



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

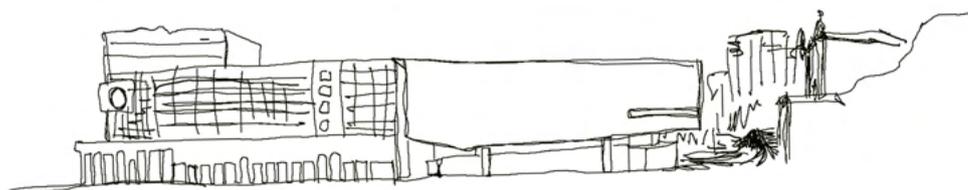
Dulce Liliana Rodrigues Branco

**UM EDIFICADO PARA A JUSTIÇA, UM COMPLEXO
JUDICIAL PARA COIMBRA**
COMPLEXIDADE, EXPERIMENTAÇÃO E SÍNTESE NO PROCESSO
DE PROJETO

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, orientada pelo
Professor Doutor António Alberto de Faria Bettencourt e apresentada ao
Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade de Coimbra.

Um Edifício para a Justiça, Um Complexo Judicial para Coimbra

Complexidade, experimentação e síntese no processo de Projeto



O presente documento segue a norma de formatação APA
(American Psychological Association), de acordo com as regras
em vigor da formatação de dissertações, presente no site oficial da
Universidade de Coimbra.

"Pensar em imagens de forma associativa, selvagem, livre, ordenada e sistemática, em imagens arquitectónicas, espaciais, coloridas e sensuais – isto é a minha definição preferida do projectar."

(Zumthor, 2003)



Fig.1- Anatecer da D'Arq

Agrededimentos

Ao meu Pai, à minha Mãe e à minha Mana, obrigada pelo apoio nos momentos em que quase desabei, pelo amor nos momentos em que não o reconheci, pelos lenços que secaram as minhas lágrimas, pelos sapatos que me permitiram correr, Obrigada. Amo-vos.

Ao Professor Bettencourt, devo grande parte da minha aprendizagem, a paixão pela arquitetura e pela construção. Pelas horas de ensinamentos, pela paciência, pelo contágio e por esta dissertação. Obrigada.

À Mariana, pelo porto de abrigo, pela companhia, pelo amor, por simplesmente estar ao meu lado em todos os momentos. Obrigada.

Ao Góis, pelos almoços antes da hora, pelas risadas, pelos desabafos, pelos ensinamentos, pela amizade. Obrigada.

Aos meus amigos de Coimbra, aos meus companheiros, à minha segunda família. Pelo carinho, pela partilha. Obrigada.

Aos professores que me acompanharam nestes longos anos, que me impulsionaram neste mundo multidisciplinar, que me ajudaram a crescer como pessoa e a saber mais. Obrigada.

Ao D'arq, a casa que me acolheu. Muito Obrigada.

I Resumo

A presente dissertação, visa propor o novo Tribunal da Comarca de Coimbra, que se irá integrar no quarteirão compreendido entre a Rua da Sofia que incorpora edifícios de valor patrimonial, a Rua Figueira da Foz que lhe dá continuidade e a Avenida Fernão de Magalhães que encerra o Loteamento. A cidade de Coimbra é considerada uma zona rica do ponto de vista patrimonial e densa no ponto de vista do edificado medieval. Da evolução urbana da cidade de Coimbra ao longo do tempo, destaca-se a expansão do seu perímetro urbano dos limites murados em direção ao Rio Mondego. Durante o século XII, a localização estratégica da cidade, na rota de *Olissipo Brácaro Augusta* e dos portos ao longo do rio, impulsionou o seu crescimento comercial e urbano. No século XVI, com a implantação da universidade de Lisboa em Coimbra, a expansão da cidade desenvolvia-se para o sentido Norte. Com a revolução industrial, houve a preocupação crescente com a salubridade e a melhoria das condições de vida na Baixa de Coimbra, tendo sido realizadas obras de expansão e requalificação, com a abertura de novas ruas e avenidas, a regularização das margens do Rio Mondego e a construção da estação ferroviária *Coimbra B*. Vários planos urbanos foram propostos ao longo do tempo para melhorar a Baixa de Coimbra, que buscavam uma estrutura urbana mais ordenada e hierarquizada. Nos dias que correm, a Baixa Coimbra é o resultado de um combinado de épocas construtivas onde o diálogo entre elas é incoerente.

Perante a realidade atual da Baixa e tendo em conta a sua história e valor patrimonial, é proposta a revitalização do núcleo medieval e a implantação do Tribunal da Comarca de Coimbra na tentativa de diálogo entre o Rio Mondego, a Cidade e o complexo Judicial. A intenção do projeto apresentado ao longo desta dissertação, consta na de realização de um complexo judiciário que pertença e dialogue com a cidade e as suas características territoriais, tendo em conta o desafio da distribuição programática, do simbolismo da instituição e da representatividade da mesma na arquitetura contemporânea.

II Abstract

The present dissertation aims to propose the new Court of the Comarca of Coimbra, which will be integrated in the block between Rua da Sofia that incorporates buildings of patrimonial value, Rua Figueira da Foz that gives continuity to it and Avenida Fernão de Magalhães that closes the Subdivision. The city of Coimbra is considered a rich area in terms of heritage and dense in terms of medieval buildings. From the urban evolution of the city of Coimbra over time, the expansion of its urban perimeter from the walled limits towards the River Mondego stands out. In the 16th century, with the establishment of the University of Lisbon in Coimbra, the city expanded towards the North. During the 12th century, the strategic location of the city, on the route to Olissipo Brácaro Augusta and the ports along the river, boosted its commercial and urban growth. to the north direction. With the industrial revolution, there was a growing concern with health and the improvement of living conditions in Baixa de Coimbra, with expansion and requalification works being carried out, with the opening of new streets and avenues, the regularization of the banks of the Mondego River and the construction of the Coimbra B railway station. Several urban plans were proposed over time to improve the Baixa de Coimbra, which sought a more orderly and hierarchical urban structure. Nowadays, Baixa Coimbra is the result of a combination of constructive eras where the dialogue between them is incoherent.

Faced with the current situation of Baixa and taking into account its history and heritage value, it is proposed the revitalization of the medieval core and the implementation of the Court of the Comarca of Coimbra in an attempt to establish a dialogue between the Mondego River, the City and the Judicial complex. The intention of the project presented throughout this dissertation is the realization of a judicial complex that belongs and dialogues with the city and its territorial characteristics, taking into account the challenge of programmatic distribution, the symbolism of the

Keywords: Court; Coimbra; Justice; Symbolism; Representative Value of Architecture

Sumário

I	Resumo	9
II	Abstract	11
III	Introdução	15
1.	O lugar	19
1.1.	História e morfologia do Lugar	21
1.2.	Consciência do lugar	29
2.	A justiça: (D)Os espaços da Justiça até à Contemporaneidade	43
3.	<i>Degraus da intimidade: O Projeto</i>	49
3.1.	A Cidade: estratégia geral de Intervenção na Baixa de Coimbra	55
3.2.	O conceito: Criação do Complexo do Tribunal da Comarca de Coimbra	61
3.3.	O programa: Organização espacial do Complexo do Tribunal da Comarca de Coimbra	67
3.4.	A justiça: O Desenho do Espaço	75
3.5.	Construção e espacialidade	79
V	Considerações finais	87
VI	Referências Bibliográficas	89
VII	Lista de Figuras	91
VIII	Anexos	101

III Introdução

No âmbito da unidade curricular de Atelier de Projeto I e II com o tema **Complexidade, experimentação e síntese no processo de projeto**, surge esta dissertação com o título **Um Edifício para a Justiça, Um Complexo Judicial para Coimbra**. A unidade curricular permitiu o desenvolvimento de competências relacionadas com o processo de projeto em arquitetura, na recolha de dados e síntese dos mesmos que suportassem as premissas do projeto, desde o projeto urbano ao Complexo dedicado à Justiça. Esta dissertação tem como foco o desenvolvimento do projeto do novo Tribunal da Comarca de Coimbra, um complexo que comporta os Juízos de todas as áreas criminais (Juízos Central Cível, Local Cível, Trabalho, Comércio, Execução de Penas, Família e Menores), o Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) e, de maneira complementar, o Registo e Notariado da Cidade.

O simbolismo da instituição judicial está vinculado a um conjunto de pré-conceitos que se consolidaram ao longo da história da justiça e sob o desígnio do seu rigor imperativo. A partir do séc. XVIII, sendo que antes dessa altura a justiça era feita em praça pública expondo o acusado num pelourinho, os edifícios dedicados à justiça tomaram os *lugares divinos*, as Igrejas. Esta escolha esteve diretamente relacionada com o programa avultado a ocupar e com a sua monumentalidade e representação da justiça soberana. Mais tarde, houve a divisão tripartida dos poderes - executivo, judicial e político - que veio ocupar edifícios mais próximos do cidadão, como os Paços de Concelho. No século XX após a instalação do regime militar foi iniciado um processo de requalificação de edifícios existentes. Em Coimbra, o antigo Colégio de S.Tomás, na época Palácio dos Condes do Ameal, deu lugar ao edifício de justiça. Só mais tarde, finais do século XX, foram construídas novas infraestruturas para albergar estes espaços judiciais. Com características que não se enquadravam nos cânones da arquitetura neoclássica, associada aos Tribunais dos séculos anteriores, estes espaços foram alvo de ensaio para uma viragem da linguagem e de métodos construtivos para uma visão da arquitetura contemporânea numa perspetiva internacional. A pedra foi substituída pelo betão e a rigidez espacial pela organicidade das formas e materiais. A arquitetura contemporânea, que acompanha o século presente, tem um lugar essencial nas novas instalações de cariz público, respondendo às necessidades cívicas, sociais e territoriais do lugar que servem. Esta nova era arquitetónica dá continuidade, de forma distinta, à mensagem de sobriedade e seriedade da instituição, sem excluir a comunidade dos processos judiciais.

A dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo - **O Lugar** - onde são apresentadas as várias fases de análise do sector da cidade onde a proposta se insere, considerando o seu percurso evolutivo, a sua expansão, a sua história, sendo ainda abordada a sua situação atual. O objetivo deste capítulo incide no reconhecimento deste setor da cidade de modo a apreender a formação da sua morfologia. No segundo capítulo - **(D)Os Espaços da Justiça até à Contemporaneidade** - é estudada a evolução dos espaços de Justiça até ao presente século como forma de compreensão da evolução das características de que fizeram parte os edifícios Judiciais. O Terceiro e último capítulo - **Degráus da intimidade: O Projeto** - que induz a uma outra interpretação que se encontra ligada

à arquitetura e à maneira que esta é apresentada e estudada: a várias escalas e aproximações, a várias fases. Este capítulo, é seccionado em cinco etapas de aproximação ao objeto arquitetónico, definindo os “*Degraus da intimidade*” (Zumthor, 2003) do complexo. Numa primeira parte do projeto, aborda-se o contexto geral d’**A Cidade** no seguimento das conclusões retiradas da primeira parte (capítulo primeiro **O Lugar**), surgindo uma proposta de intervenção geral na Baixa de Coimbra trabalhada em grupo na unidade curricular de Atelier de Projeto I. Numa segunda parte, surge o subcapítulo **O Conceito** como seguimento da proposta urbana, apresentando os princípios que geraram o Projeto individual. Posteriormente é aprofundada a questão da organização programática – **O Programa** – de grande complexidade, pedida para a construção a desenvolver e regida pela função atribuída para o complexo da justiça. Na penúltima parte do documento é exposta a relação d’**A Justiça** com o complexo, que incide nas intenções de projeto e de desenho do objeto arquitetónico. Por fim surge a aproximação da natureza material e construtiva da proposta, a **Construção e Espacialidade**, última parcela da dissertação, que procura revelar as opções para caracterizar a forma, os espaços e os ambientes interiores que se premeditaram.

Para a concretização dos vários conteúdos que compõem os capítulos de âmbito mais teórico da dissertação, expõem-se em seguida as fontes bibliográficas mais relevantes. Num primeiro momento foi fulcral o reconhecimento do setor da cidade a intervencionar no que respeita à sua evolução histórica e princípios de organização espacial, sendo imprescindível a leitura de *Morfogénese e intenções, planos e projetos de atravessamento da Baixa de Coimbra: outros contributos de um geógrafo*, de Mário Gonçalves Fernandes de 2018, *Santa Cruz e a Rua da Sofia: arquitetura e urbanismo no século XVI*, de Rui Lobo de 2005 e a dissertação de mestrado de Margarida Calmeiro intitulada de *Urbanismo antes dos planos: Coimbra 1834-1939* de 2014 como instrumental para o conhecimento do lugar. Para o desenvolvimento do segundo capítulo, foi imperativa a exploração de vários Tribunais e Palácios da Justiça nacionais e internacionais como referências e, como compreensão da evolução dos espaços da justiça nacionais, a leitura interpretativa de *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo: Templos da justiça e arte judiciária*, de António Manuel Nunes. No que respeita à realização do projeto de arquitetura, a leitura da bibliografia do arquiteto Peter Zumthor *Pensar a arquitetura e Atmosferas*, foram fundamentais na procura de referenciais sensoriais e na pesquisa de teorias que se relacionam com a arte de fazer e pensar a arquitetura. A ampliação do Museu Nacional dos coches, da autoria do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, em Lisboa, foi primordial na pesquisa da forma, na procura da imagem, nas intenções de projeto e na procura de elementos construtivos que se pretendiam para o novo complexo contemporâneo em Coimbra.

Para o desenvolvimento do trabalho realizado, recorreu-se à realização de **esquissos** imprescindíveis na exploração de soluções para o projeto ao longo de todo o seu processo no decorrer das escalas; **fotomontagens** para transmitir a vivência dos espaços criados; **diagramas** e **gráficos** para a perceção das proporções do programa a desenvolver e **desenhos rigorosos** às várias escalas como aproximação às soluções de projeto.

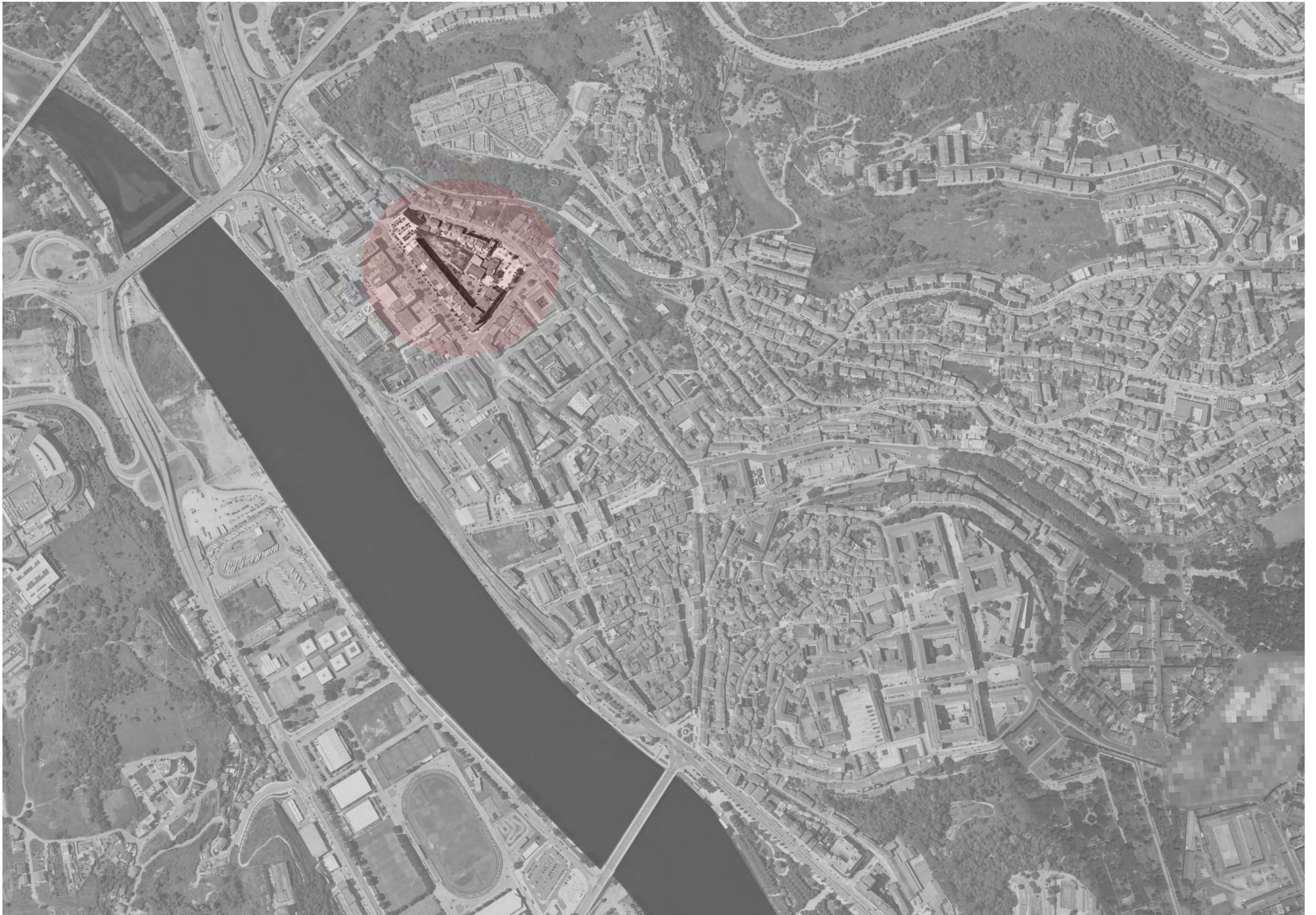


Fig.2- Foto aérea com localização do quarteirão a intervir

1. O lugar

"Surgem-me, estas outras imagens de lugares, que um primeiro olhar parecem impróprias e estranhas, das mais variadas origens. Du força-as a vir ter comigo. Necesito delas. Apenas quando, em mim, deixo entrar no lugar concreto o que é semelhante a este, aparentado ou ainda do estranho, surge esta imagem diversa e minuciosa do local que mostra referências, que torna visível linhas de forças e constrói tensões; é então que se forma um plano de fundo para o projecto, mostrando a rede das diferentes caminhas de aproximação a um lugar, o que me permite tomar decisões inerentes ao projecto." (Zumthor, 2004)

Peter Zumthor expõe nesta citação o seu olhar sobre a importância do *Lugar* e como este influencia, determina e participa na transformação do mesmo. A envolvente (o que existe) tornou-se decisiva para a definição da proposta para o Tribunal da Comarca de Coimbra. A procura da identidade do *Lugar* e a descoberta dos aspetos que determinam as suas características, foram relevantes para a realização deste projeto. O *Lugar* onde o complexo do tribunal da Comarca de Coimbra se vai implantar, encontra-se numa zona expectante, numa área residual urbana, delimitada pela Avenida Fernão de Magalhães, Rua João Machado e Rua Figueira da Foz, articulando-se, também, com o topo Norte da Rua da Sofia.

Neste capítulo, serão apresentadas as várias fases de análise do setor da cidade onde a proposta se insere, considerando o seu percurso evolutivo, a sua expansão, a sua história, sendo ainda abordada a sua situação atual. O objetivo deste capítulo incide no reconhecimento deste setor da cidade de modo a apreender a formação da sua morfologia desde o momento em que a cidade de Coimbra extravasou as suas muralhas.



Fig.3- Esboceto interpretativo da situação da urbe no século XII

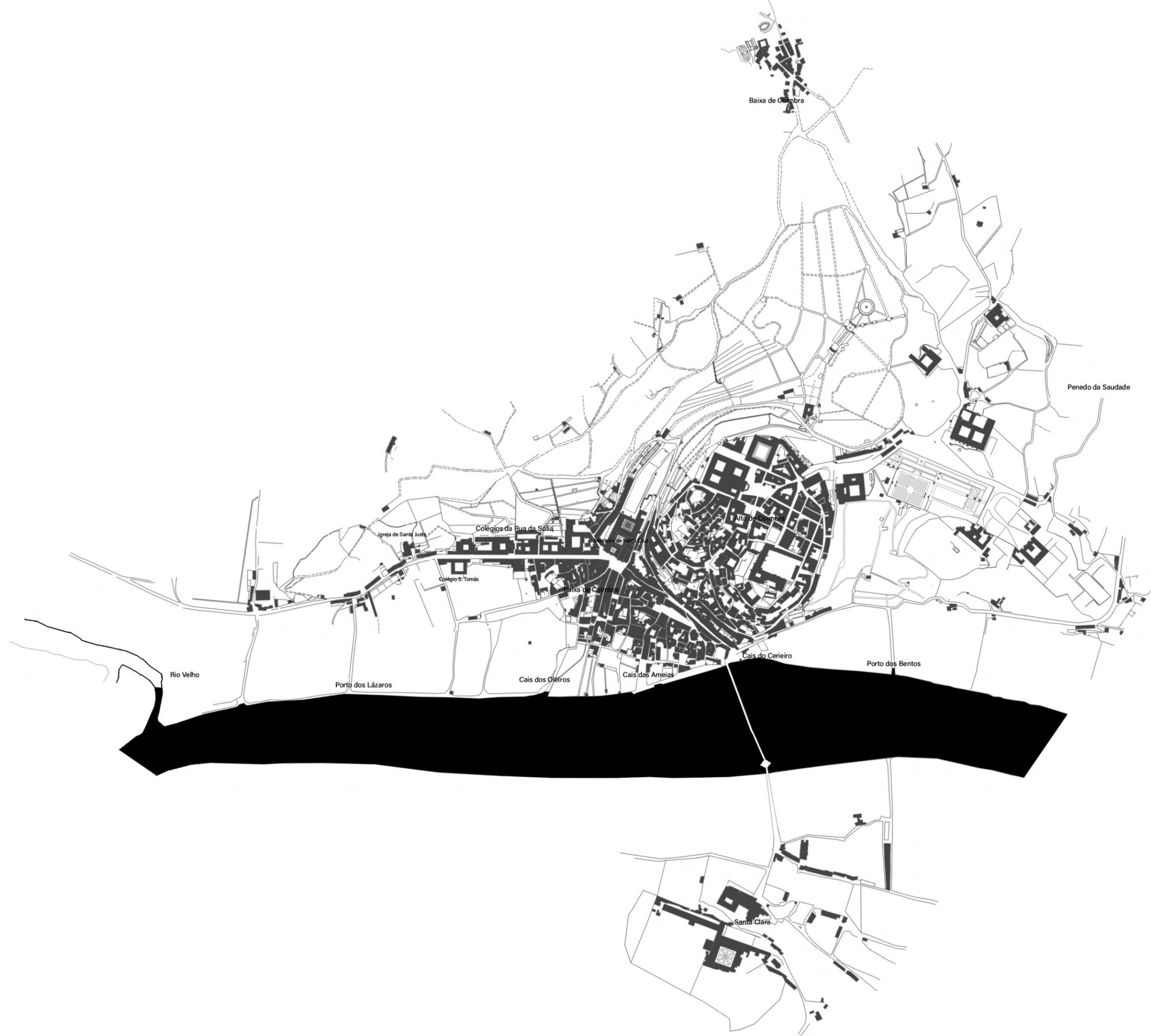


Fig.4- Planta reconstrução de Coimbra 1845

1.1. História e Morfologia do Lugar

Com o dealbar do período medieval, Aeminium libertou-se da sua função defensiva, iniciando um processo de crescimento do seu perímetro urbano. Fora do limite muralhado, Coimbra invadiu progressivamente os terrenos planos (a oeste) numa aproximação ao Rio Mondego, começando-se a formar os "nódulos morfogenéticos" (Rossa, 2001). Esses nódulos fazem parte de uma "área de sedimentação prolongada" (Fernandes, 2018), que acompanha uma malha densa e orgânica desde o início da sua formação.

A situação geográfica da denominada *baixinha* de Coimbra, no que diz respeito à contiguidade com a via de atravessamento norte-sul - Olissipo Brácaro Augusta - (figura 3) e a sua proximidade com os portos (figura 4) que se alinharam ao longo da margem Norte do Mondego, constituiu um fator de desenvolvimento estruturante na formação do aglomerado que extravasou a muralha.

Neste período histórico já existia uma consciência de fazer *cidade* baseada nas atividades urbanas, mas não havia uma racionalidade operativa na forma de ordenar o tecido urbano. No séc. XII podem-se salientar vários elementos conformadores da morfologia urbana (constituintes fundamentais no papel de agregação e formação da Baixa), como a distribuição de terrenos para implantação de edifícios dedicados às ordens religiosas. Este incentivo ao povoamento foi também um estímulo à defesa do território coimbrense. Como refere Walter Rossa em *Diversidade* "(...) Coimbra se constituiu no centro de uma rede urbana estruturadora de um território em função de uma lógica unitária de poder; (...) "(Rossa, 2001). Nessa rede estavam presentes elementos pontuais constituintes do circuito muralhado, as igrejas paroquiais reconstruídas, de S. Bartolomeu, de S. Tiago e de Santa Justa e o mosteiro de Santa Cruz (figura 3). Todos estes elementos articulavam-se e relacionavam-se diretamente com a via de Olissipo Brácaro Augusta, que ligava o Arnado, a Rua dos Caldeireiros (atual Rua Direita), a Rua do Coruche (atual Visconde da Luz), a rua dos Trancos (atual Ferreira Borges) e a Ponte Romana sobre o Rio Mondego, através do Largo da Portagem.

Como fator de controlo do desenvolvimento da morfologia da Baixa, o limite poente da cerca do mosteiro de Santa Cruz contribuiu para a definição dos limites da Baixa de Coimbra até à Alta Idade Média. A Baixa distendeu-se desde o Largo da Portagem até à igreja de Santa Justa, incorporando características rurais no núcleo da Baixa Coimbrã. Lentamente o avanço dos tempos permitiu a densificação desta malha urbana atribuindo-lhe a característica de "morfologia orgânica" (Rossa, 2001). Numa posição entre o rio e o mosteiro, surgiu, um aglomerado urbano denso, definido por ruas sinuosas, estreitas, implantadas sem aparente sentido de

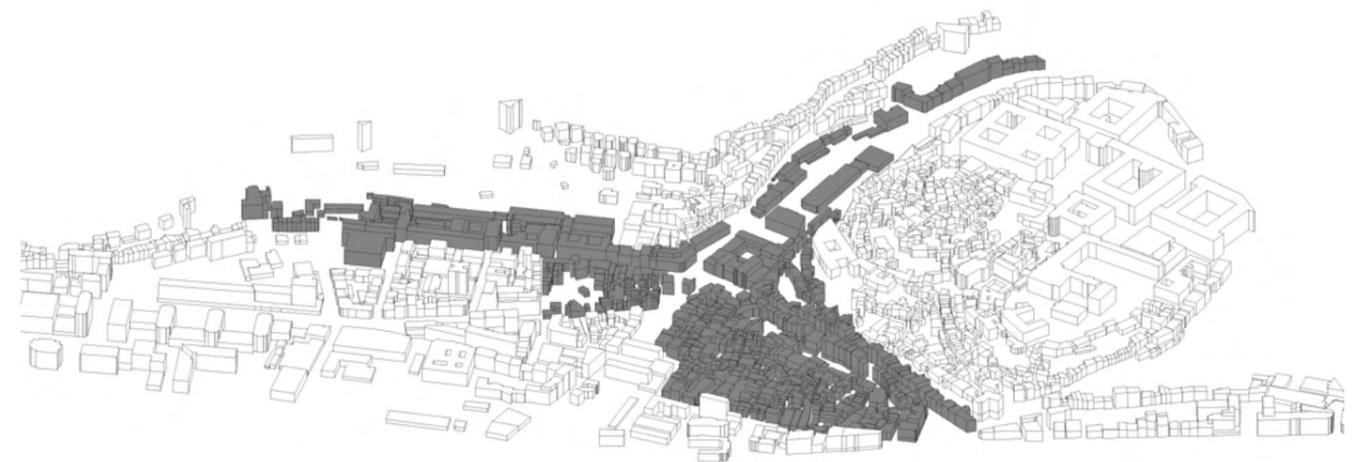


Fig. 5 - Axonometria da zona pertencente aos séculos XII ao XVIII



Fig. 6 - Foto aérea com indicação dos colégios da Rua da Sofia e Igrejas de Santa Cruz e Santa Justa circundadas a amarelo



Fig.7- Esboço do Palácio da Justiça



Fig.8- Esboço do Colégio e Igreja de Nossa Senhora do Carmo

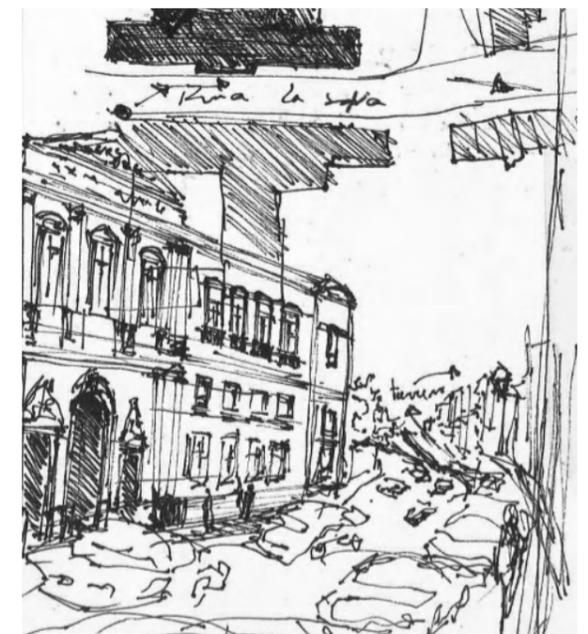


Fig.9- Esboço do Palácio da Justiça

ordem, que convergiam para largos e praças de traçados irregulares, onde as atividades de troca marcavam o dinamismo da vida urbana (figura 5). Fortemente potencializada funcionalmente, a Baixa era enriquecida pela localização periférica dos conventos das ordens Mendicantes e pelo surgimento de estabelecimentos dedicados ao comércio e ao artesanato.

A norte do largo de Santa Justa, neste período, o *Lugar*, onde irá evoluir a proposta do Tribunal, ainda era um *sítio*. Estava ausente a ação humana, era um espaço sem função, um terreno baldio que se situava entre o limite Norte da cidade e a Gafaria de S. Lázaro, que se destinava ao tratamento e acolhimento dos Leprosos e que já se encontrava edificado em 1459, justaposto à Azinhaga dos Lázaros. Este vazio urbano constituía um afastamento dos doentes da cidade, revelando a preocupação do isolamento destes em relação à restante população.

No primeiro quartel do séc. XVI inicia-se um novo ciclo para a expansão de Coimbra para Norte. Frei Brás de Braga em 1535, delineou a infraestrutura urbana para acomodar um conjunto de instalações do ensino superior. Apoiando-se no modelo Francês da Rua Sorbonne, que articulava o famoso colégio francês do mesmo nome. Duplicou as medidas para a definição da Rua Nova, que rapidamente passou a ser designada por Rua da Sofia (Lobo, 2005). Composta por duas frentes completamente distintas, é criada uma assimetria na sua composição, tanto na sua morfologia como no que diz respeito à natureza tipológica dos edifícios. De um lado, evidenciavam-se os colégios, com morfologia monumental e, do outro, como complemento e fontes dinamizadoras da cidade, surgiram edifícios de habitação e comércio, com desenvolvimento em altura e com dimensões distintas dos colégios.

Neste momento da história, o *Lugar* continuou a ser um espaço vazio, mas reduziu sensivelmente para metade na sua dimensão, devido à expansão para Norte da cidade que encurtou a distância para o hospital S. Lázaro. Ficou desta forma estabilizada a maior dimensão do lote onde a proposta do novo Tribunal irá ser inscrito.

No séc. XIX, como consequência da revolução Industrial, a higienização e a preocupação com a salubridade dos espaços urbanos e do edificado ganharam um papel de grande importância, desencadeando uma atenção particular com a saúde pública e potenciando uma consciencialização das fragilidades do tecido urbano da Baixa. Como reação, surgiu uma reformulação de várias ruas e abertura de novas avenidas como forma de melhorar as condições de vida dos habitantes residentes na Baixa. A regularização das margens do Rio, o alargamento e extensão de ruas, a construção de novas infraestruturas e a concretização de vias de acesso, fizeram parte de medidas para favorecer o eclodir de um tecido urbano industrial mais próximo do Rio Mondego.

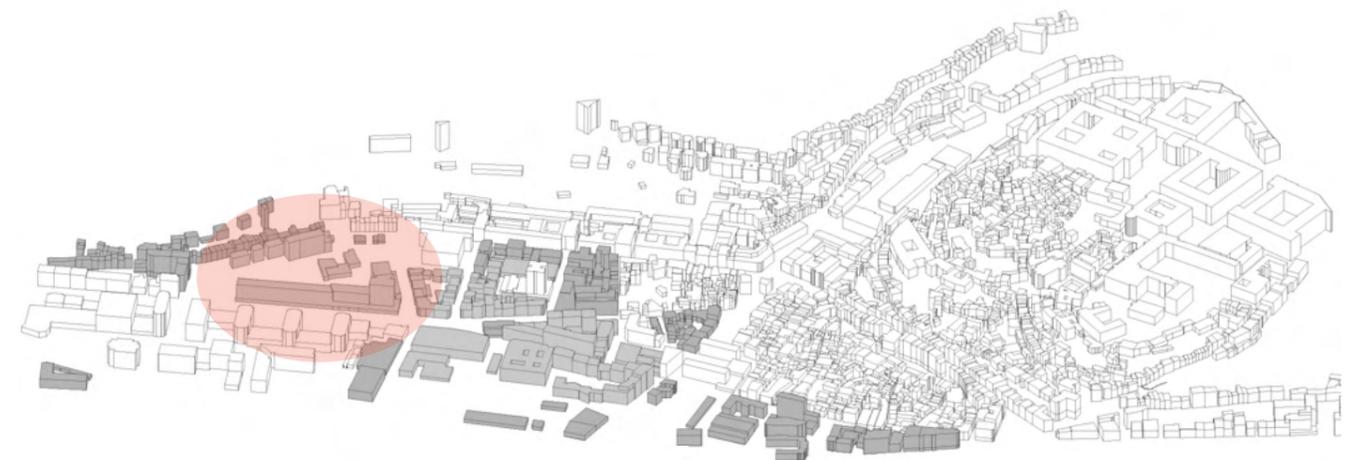


Fig. 10 - Axonometria da zona pertencente aos séculos XIX e XX



Fig.11- Cheias de 1946



Fig.12- Cheias de 1948



Fig.13- Cheias de 1948



Fig.14- Largo da Portagem 1954

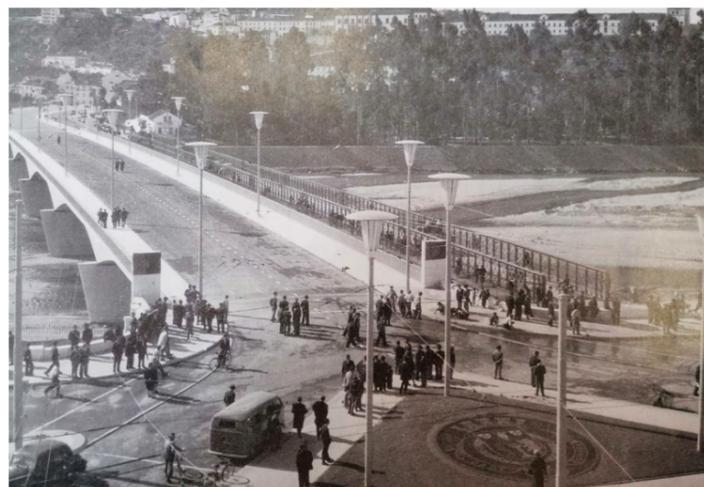


Fig.15- Inauguração da Ponte de Santa Clara 1954



Fig.16- Inauguração da Ponte de Santa Clara 1954



Fig.17- Demolição de edifícios para abertura da Avenida Fernão de Magalhães. Largo das Ameias, 1953

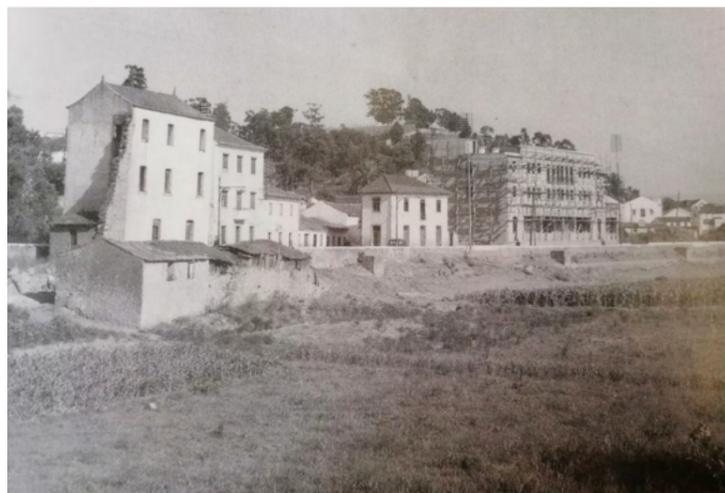


Fig.18- Casa do sal, desaterro para a Avenida Fernão de Magalhães



Fig.19- Avenida Fernão de Magalhães com a Fábrica dos Limas à direita, 1954

Fizeram parte desses trabalhos de expansão e de requalificação: o alargamento da rua do Coruche (Visconde da Luz) entre 1857 e 1866 pelo Vale do Ribelas; o redesenho do Largo da Portagem (figura 14); a abertura da Avenida Sá da Bandeira e da praça D. Luís (Praça da República); a abertura do tramo Norte da Avenida Emídio Navarro em 1888 e a criação do Parque da Cidade com princípios oitocentistas apesar de ter sido construído durante a Primeira República.

Houve igualmente uma evolução tecnológica que acompanhou esta expansão e requalificação. Neste sentido, existiu a necessidade de complementar a evolução do tecido urbano com uma rede de infraestruturas e serviços. Com isto, procedeu-se à abertura do caminho de Ferro que chegou à estação Coimbra B em 1864, facto que coincidiu com a regularização das margens do Rio. As cheias faziam também parte destas preocupações. Como consequência das chuvas intensas, houve um aumento do nível das águas; com este problema comum na cidade foi então construída em 1875 uma nova ponte de ferro substituindo a ponte de alvenaria de pedra de origem romana. Também foram impulsionadores da qualidade de vida da população a municipalização da fábrica de gás para iluminação pública e a introdução da tração elétrica nos transportes urbanos em 1911.

A definição de projetos e planos urbanos contribuiu para a evolução da baixa e equacionou a sua reabilitação futura, expondo princípios de desenho urbano e organização formal e funcional do edificado que tiveram expressão real num futuro mais ou menos próximo.

Delineado em 1919 (figura 21), o engenheiro Abel Dias Urbano previa um conjunto de ruas que enredeavam a partir da praça 8 de Maio, em direção ao Rio, em direção à Estação Nova (Coimbra A) e em direção ao Arnado. Propunha ainda uma avenida de atravessamento urbano, de ligação Norte – Sul, atual Avenida Fernão de Magalhães que incorporava a Avenida da Madalena. Sem que este plano tivesse sido levado avante, o engenheiro aperfeiçoou-o e elaborou o projeto para os novos arruamentos da cidade baixa. Para além do alargamento significativo das Ruas Visconde da Luz e Direita, a estrutura urbana enquadrava quarteirões com a preocupação de integrar regras do edificado que salvaguardavam padrões de higiene e de salubridade de acordo com as exigências da época. Este plano foi parcialmente concretizado, com a abertura de arruamentos na zona do Arnado, a Norte da *baixinha* definidos a eixo das igrejas pertencentes aos colégios da Rua da Sofia e com orientação em direção ao rio, prolongando-as até à Avenida da Madalena. Estes arruamentos obedeceram a princípios de desenho urbano em que as dimensões dos quarteirões, as medidas transversais das ruas e o referencial ortogonal que determinam os seus traçados, afastaram-se da densidade e da organicidade do tecido urbano da época medieval.

Permaneceu esta vontade de encaminhar Coimbra para os princípios do urbanismo moderno, com a hierar-

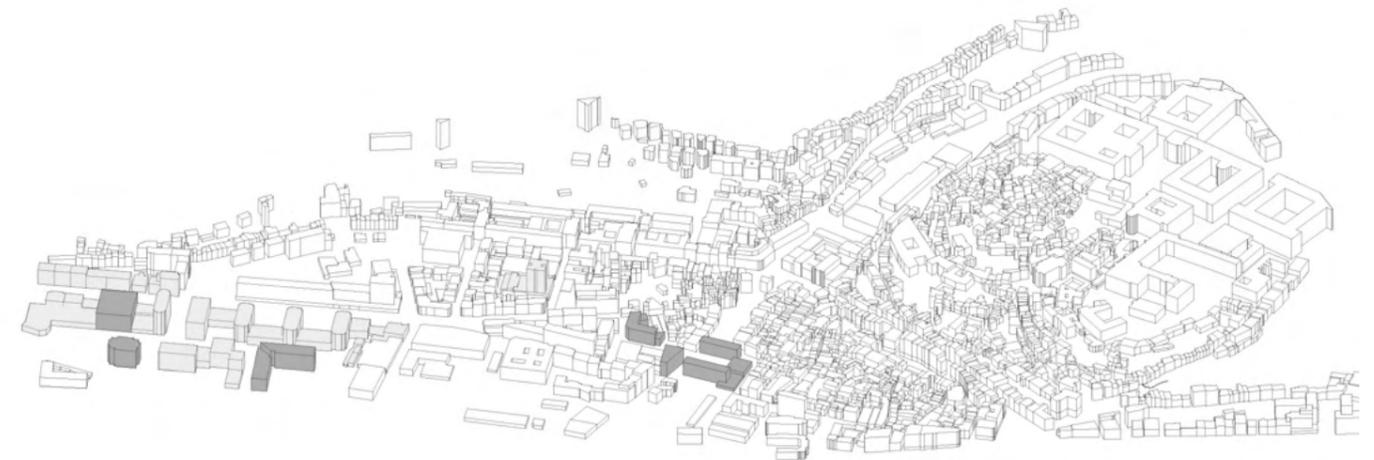


Fig. 20 - Axonometria da zona pertencente ao século XXI

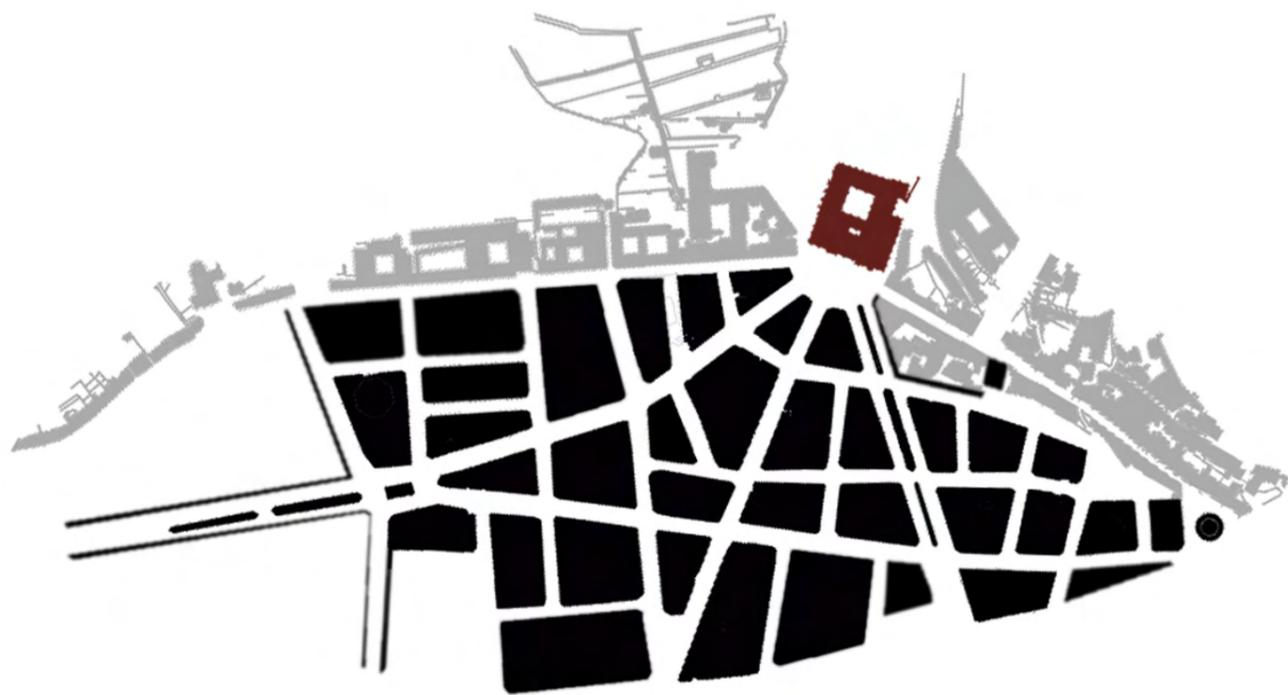


Fig.21- Reconstituição do Plano de Abel Dias Urbano 1919

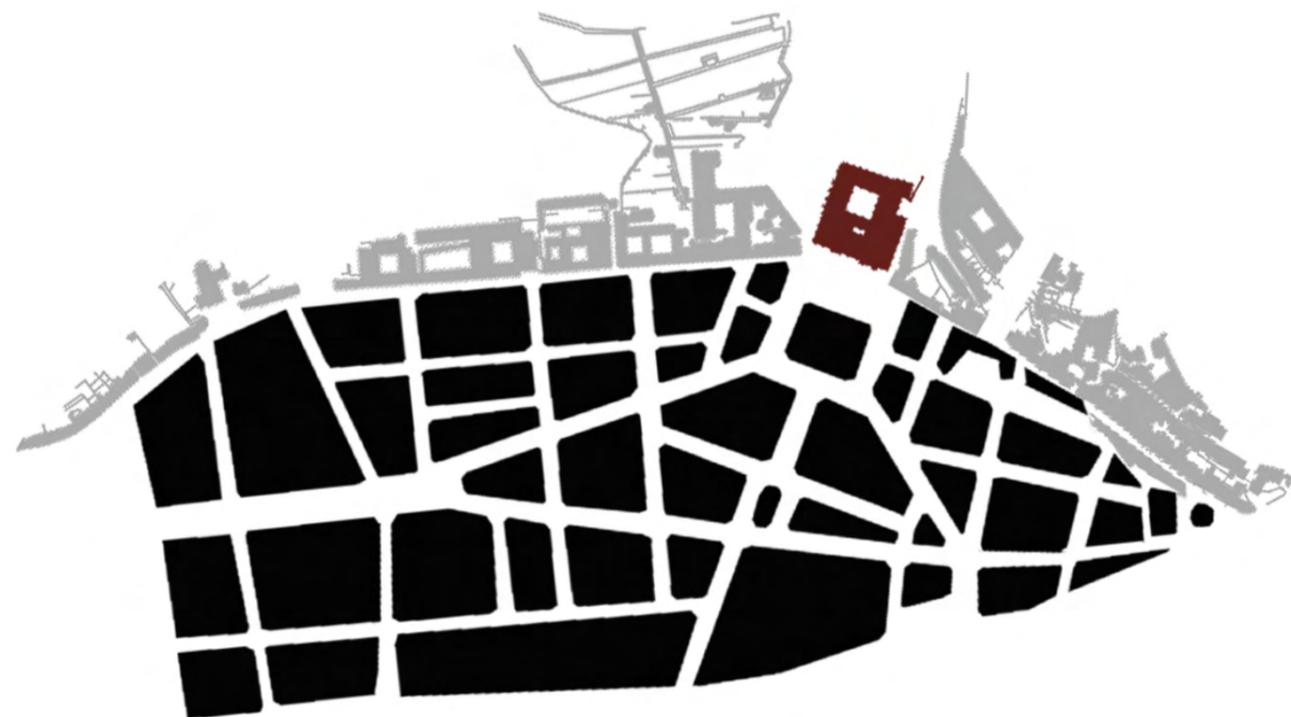


Fig.22- Reconstituição do Plano de Luis Benavente 1936

quização das Ruas, das zonas funcionais de acordo com o referencial ortogonal. Em 1936 o arquiteto Luís Benavente apresentou o seu plano que seguia igualmente uma linguagem moderna de fazer cidade (figura 22). Na publicação "*Morfogénese e intenções, planos e projetos de atravessamento da Baixa de Coimbra*", em relação aos planos de Luís Benavente e de Abel Dias Urbano, Mário Fernandes cita José Santiago Faria "*faziam tábuas rasa da malha medieval existente*", ambos apresentam arruamentos que irradiavam de um ponto (fachada da Igreja de Santa Cruz) e se disciplinam geometricamente. Luís Benavente, seguindo a matriz compositiva dos arruamentos do Arnado, propôs uma rede viária entre o Arnado e a Casa do Sal, premeditando a expansão da cidade.

Com o traçado de Luís Benavente ficou apontado o limite poente da área de intervenção para a implantação do novo tribunal da Comarca de Coimbra. A cartografia de 1934 e a figura 19 do livro "*Coimbra – Imagens do Passado*" revelam que à data existia um equipamento industrial – a fábrica Dos Limas (figura 19) – que ocupava parte do sector da área de intervenção, localizando-se especificamente numa relação de continuidade entre a Rua João Machado e a Avenida Fernão de Magalhães.

O limite Poente foi determinado pelo plano de Alberto Pessoa de 1956. O plano para o troço entre o Arnado e a casa do Sal introduziu um conceito de morfologia para o edificado urbano. Este é suportado por edifícios hierarquizados formal e funcionalmente. Nos pisos térreos e primeiros pisos, os edifícios incorporavam comércio, escritórios e serviços e nos pisos superiores, nas torres, integravam habitação.

Nas décadas de quarenta e cinquenta do século vinte, com o aumento populacional, houve o desenvolvimento rápido da cidade com a construção de edifícios para acomodar habitação e serviços. Consultando a cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal, em particular as plantas topográficas entre 1947 e 1993, procurou-se descortinar os momentos de construção dos edifícios que delimitam o quarteirão. Apurou-se que os edifícios de habitação justapostos à rua Figueira da Foz foram edificados em dois tempos de construção distintos: os edifícios de dois pisos foram erguidos entre 1947 e 1960 e o edifício de maiores dimensões de habitação coletiva surgiu entre 1970 e 1978. No mesmo período temporal referido para habitação coletiva, foram concretizados os primeiros edifícios, igualmente de habitação coletiva no limite poente do quarteirão numa relação com a Avenida Fernão de Magalhães. Outro edifício relevante na envolvente do quarteirão é o edifício projetado pelo arquiteto Vasco Cunha, que articula a Rua João Machado com a Avenida Fernão de Magalhães. O início do projeto ocorreu em 1982 e apresenta um desenvolvimento planimétrico em L, evidenciando composição e expressividade pós-moderna. Este último edifício e os de construção mais recente referidos atrás, definem a cêrcea do edificado do sector da Baixa com expansão mais recente.



Fig.23- Fotomontagem do núcleo do quarteirão

1.2. Consciência do Lugar

Neste subcapítulo são apresentadas várias análises que procuram aprofundar o conhecimento sobre o *lugar* na atualidade, bem como investigar fatores da sua identidade. A atenção orientou-se na procura de indicadores, vinculados ao espaço urbano, à caracterização do edificado e à dimensão social, que constituíssem um embasamento sólido para as tomadas de decisão que o processo de conformação do Tribunal da Comarca de Coimbra viesse a exigir. A análise seguidamente apresentada foi o resultado de um trabalho de campo desenvolvido no primeiro semestre em Atelier de Projeto I da turma C no ano letivo 2020/2021.

Um olhar inicial sobre o lugar, resultante da primeira visita ao local, fez prevalecer a ideia de que se está perante um sector da cidade fragmentado, consequência de tempos de construção que se justapuseram ao longo dos séculos. As análises foram fulcrais no entendimento do *todo* para a proposta de projeto, tanto ao nível urbano como do complexo desenvolvido. Seguidamente são expostas as análises desenvolvidas ao longo da identificação do lugar.



Fig. 24 -Esboço do esquema do quarteirão entre as Ruas João Machado, da Sofia e Direita

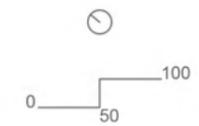


Fig.25- Eixos Preponderantes Lineares e não Lineares



Fig.26- Vista aérea Praça 8 de Maio



Fig.28- Vista aérea Largo da Portagem



Fig.30- Vista aérea Terreiro da Erva



Fig.32- Vista aérea Praça do Comércio

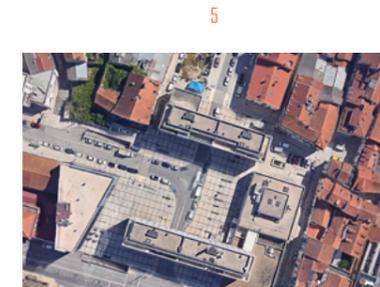


Fig.34- Vista aérea Bota-abaixo



Fig.27- Fotografia Praça 8 de Maio na atualidade



Fig.29- Fotografia Largo da Portagem na atualidade



Fig.31- Fotografia Terreiro da Erva na atualidade



Fig.33- Fotografia Praça do Comércio na atualidade



Fig.35- Fotografia Bota-abaixo na atualidade

Identificação e hierarquização dos espaços públicos

A primeira abordagem centrou-se na identificação e hierarquização dos espaços públicos que condensam a vivência coletiva na Baixa de Coimbra. Na atualidade, existem dois eixos públicos lineares, importantes tanto na dinâmica social da cidade, como na sua dimensão territorial: composto pelas ruas Visconde da Luz e Ferreira Borges estendendo-se até ao topo norte da Rua da Sofia, devido ao seu fluxo influenciado pelo turismo e pelo pequeno comércio, e, a Avenida Fernão de Magalhães, por via da concentração dos serviços e de possibilitar o atravessamento urbano. Estes eixos para além de impactantes na dinâmica da cidade, são fundamentais no enraizamento e formação de vários núcleos de edificado que compõem a Baixa.

Como polarizadores da vida urbana, surgem outros eixos igualmente importantes que estruturam a zona do Arnado. A Rua João Machado, a Rua João de Ruão, a Rua Dr. Manuel Rodrigues e a Rua Dr. Rosa Falcão, definem um traçado urbano de malha ortogonal, já pensado no plano de 1919 por Abel Dias Urbano (figura 24).

A Rua Direita, sem a dinâmica de outrora, dissolve-se em processos de reabilitação do seu edificado, em que os odores intensos remetem para um passado mais ou menos longínquo. Esta rua perde definição com as sucessivas intervenções analíticas e o desabamento de algum do edificado que outrora a compôs, impedindo uma leitura unitária de conjunto.

A par destes espaços lineares surgem os espaços não lineares, com formas irregulares (figura 25). Influência do tempo da malha porosa medieval, evidenciam-se vazios, distribuídos ao longo da *baixinha*. Na sua maioria estão circunscritos pelo alinhamento definido pela Rua da Sofia / Largo da Portagem e pelo desenvolvimento da Av. Fernão de Magalhães. Estes vazios são equivalentes a pontos que resultam da convergência da malha urbana. A Praça 8 de Maio (figura 26 e 27) é um espaço não linear que se formaliza a partir da interseção das ruas circundantes (Rua Direita, Rua da Moeda, Rua da Louça) e onde se localizam equipamentos de interesse municipal e religioso (a Câmara Municipal de Coimbra e serviços associados e, a Igreja de Santa Cruz). O Terreiro da Erva (figura 30 e 31) e a Praça do Comércio (figura 32 e 33), nos dias de hoje são espaços não lineares consolidados pelo edificado que os envolvem e pelo desenho do pavimento que os qualifica, este fator associado ao dinamismo da atividade turística tornam estes espaços referenciais na vida da cidade. O bota-abaixo (figura 34 e 35) é emergente de um confronto entre a malha medieval e um conceito de cidade do fim do século XX que promoveu o carácter desagregado desta realidade. Não obstante este facto, o conjunto de serviços integrados no novo edificado convocou para este setor de cidade uma nova centralidade. Apesar dos espaços públicos referidos serem polarizadores da vida urbana, não está salvaguardada uma rede viária/pedonal qualificada que permita uma fruição contínua do espaço urbano da Baixa.

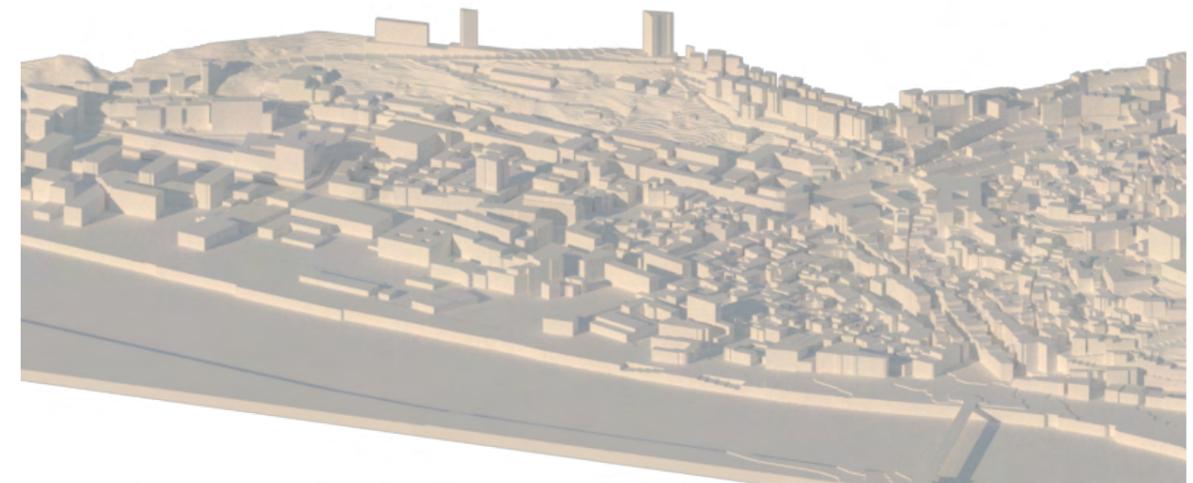


Fig. 36 - Modelo 3D da Baixa e da Alta de Coimbra na atualidade

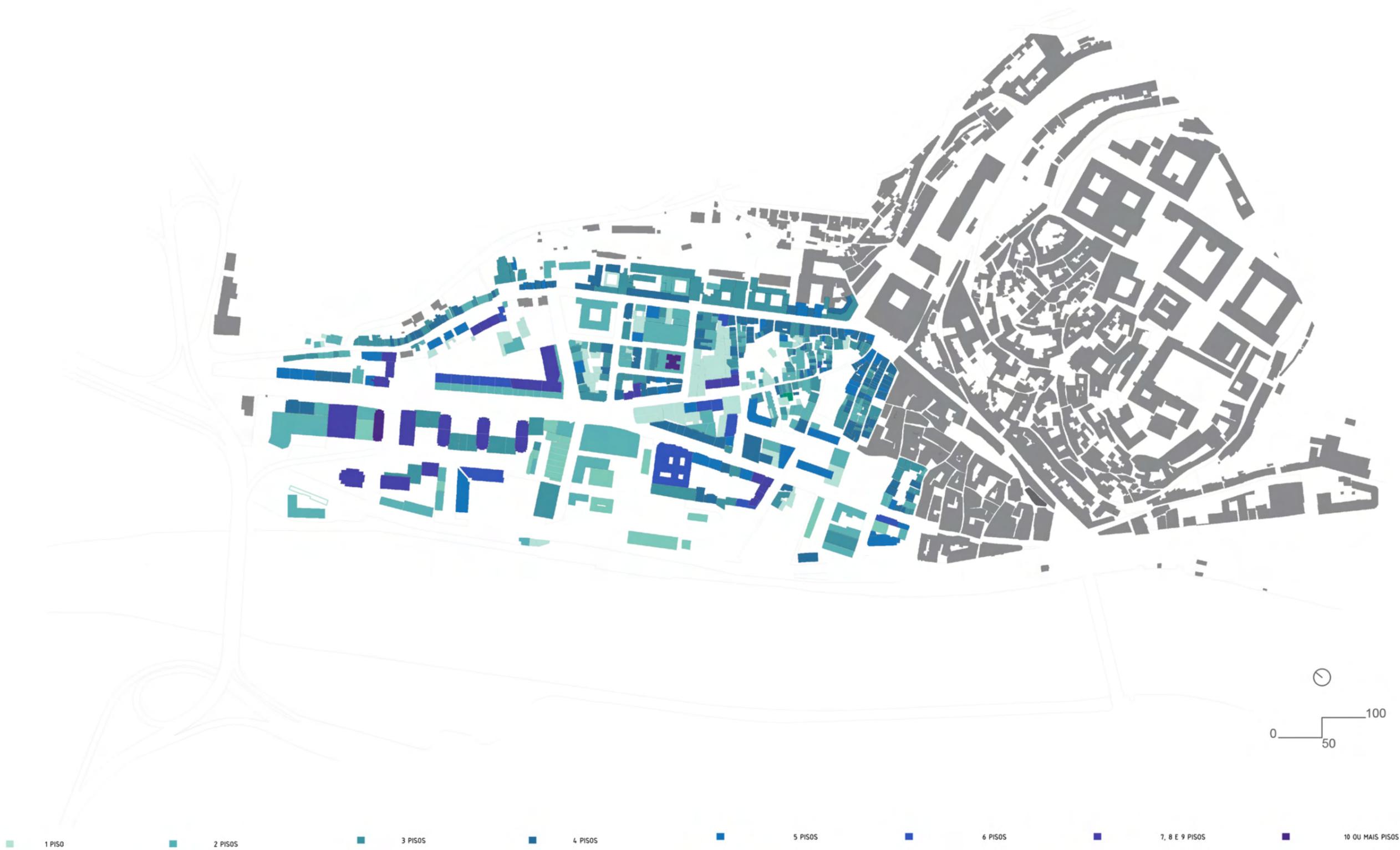


Fig.37- Planta de Análise de Cércas da Baixa

Morfologia e composição do edificado

A zona a Norte da Baixa, de tardia evolução, caracteriza-se por uma malha regular contrastando com a zona a Sul de característica medieval (figura 36). Estas duas frentes da Baixa (Norte e sul), são obrigadas a conviver uma com a outra. Separados pelo tempo de construção, percebemos que a morfologia dos edifícios é diferente. No lado a sul é mais densa e concentrada, com ruas estreitas e alongadas, apontadas para o rio (delimitadas por alinhamentos do edificado), com vários becos e largos pontuais pequenos. A norte, essa composição não se repete. Existem mais pontos de respiração no núcleo dos quarteirões, maior espaçamento entre edifícios, acompanhando as suas alturas em relação às ruas, ou seja, a escala do loteamento, nesta porção da Baixa, acaba por influenciar a densidade do edificado. Os quarteirões são compostos por malhas ortogonais cujos edifícios transportam morfologias proporcionais em consonância com os espaços envolventes e os eixos de ligação convergem diretamente para as zonas de maior afluência. O quarteirão em estudo segue o modelo de loteamento típico da zona Norte da Baixa e encontra-se aparentemente delimitado pelo edifício do Arquiteto Vasco Cunha que, nos anos 80 do século XX, foi projetado na sequência do modelo previamente desenhado por Alberto José Pessoa em 1956. Este edifício trouxe alguma coerência e continuidade à Rua Fernão de Magalhães com a sua imponente arquitetura e serviu de exemplo aos edifícios construídos posteriormente. Este quarteirão, hoje, serve nos seus extremos, dois grandes espaços de estacionamento, sem qualquer sistema de organização. O seu núcleo encontra-se baldio, contendo algumas ruínas e edifícios descaracterizados, sobrantes de épocas anteriores de construção. A uma cota superior, a rua Figueira da Foz, introduz uma escala de edificado e largura de rua completamente opostas às características da Rua da Sofia. No encontro das duas, a Igreja de Santa Justa, que devido à sua posição recuada em relação à rua Figueira da Foz e se localizar no ponto mais alto, acaba por ter pouca evidência e conseqüentemente, pouco destaque e impacto na rua a que faz frente.



Fig. 38 - Estacionamento arbitrário numa das extremidades do Quarteirão, Fachada cega do Hotel Tivoli

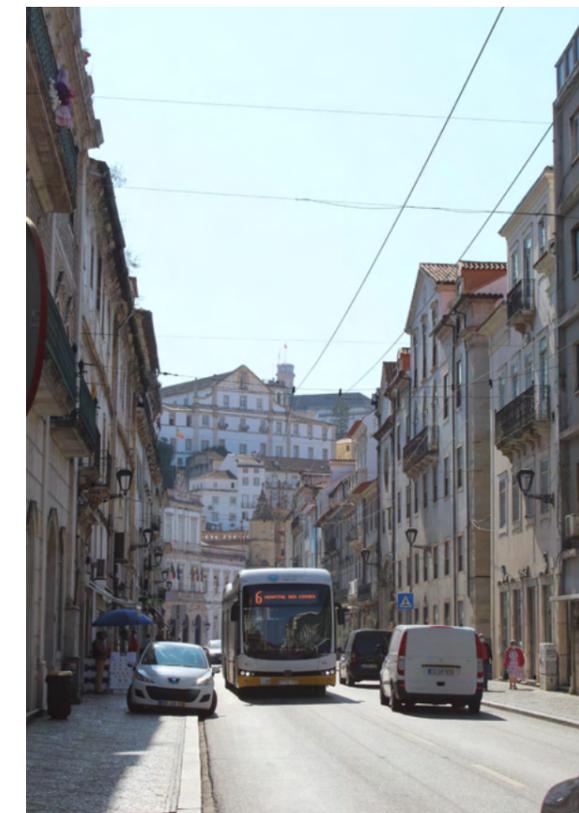


Fig. 39 - Fotografia Atual da Rua da Sofia, Sentidos de Trânsito

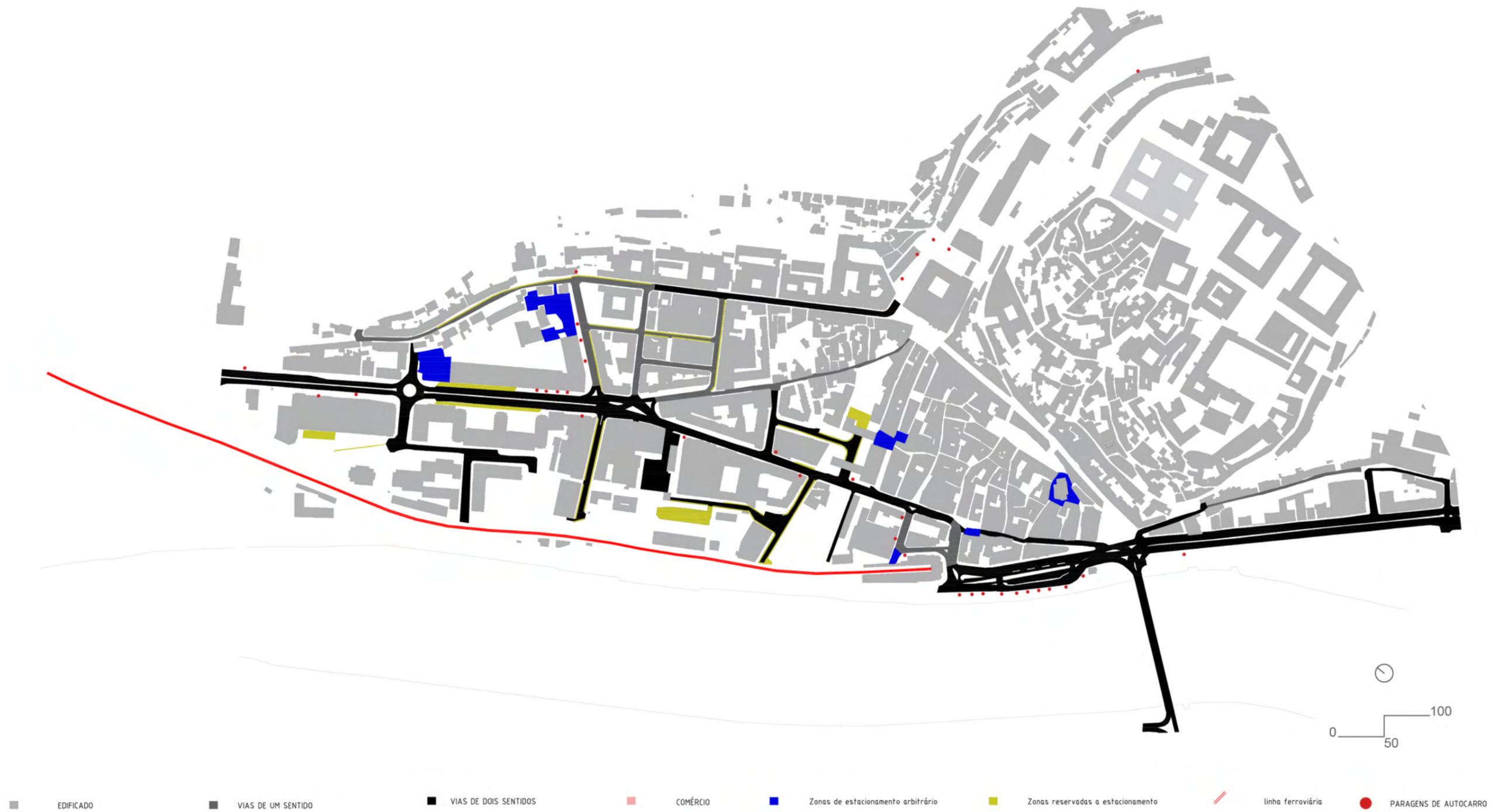


Fig.40- Planta de Análise de Mobilidade

Mobilidade

Com a dispersão e descentralização dos serviços, houve um aumento da disponibilização de meios de transporte públicos, criando assim uma rede de mobilidade extensa. Apesar desta descentralização, os serviços de pequeno comércio e edifícios públicos do interesse do cidadão, estão concentrados maioritariamente neste centro. A par, existe falta de estacionamento para viaturas particulares, sendo uma opção recorrente o estacionamento arbitrário em vários vazios urbanos (figura 38). Passando a ser uma prática habitual, alguns desses "vazios" tornaram-se, efetivamente, parques de estacionamento improvisados.

A rua da Sofia, localizada a nascente, é um dos pontos de mobilidade central e de entrada na cidade. Apesar de pouco preparada, compreende apenas uma faixa de rodagem (figura 39) para cada sentido, tornando-se de difícil atravessamento viário, especialmente nas horas de ponta. Os passeios com reduzida largura para a afluência de pedestres, impedem a aproximação dos mesmos à *Rua da Sabedoria*.



Fig. 41 - Desenho, Nota de Campo da Vivência da Praça 8 de Maio e início da Rua Ferreira Borges



Fig.42- Planta de Análise de Funcionalidades do Edifício

Funcionalidade do edificado

Apoiado numa análise de diagrama de cores, que corresponde ao registo de atividades humanas relativamente aos pisos térreos do edificado do setor da Baixa (figura 42) próximo da área de intervenção, ressalta, num primeiro momento, que as funcionalidades do edificado são consentâneas com um setor central da cidade; não obstante, ter perdido nas últimas décadas protagonismo relativamente à atividade comercial, que, entretanto, foi deslocizada para outras zonas da cidade com base em novos modelos de comércio. Mesmo assim, a Baixa continua a conter espaços onde o pulsar da vida quotidiana é mais forte. Surgem edifícios de carácter público, equipamentos e edifícios para fins comerciais, mas numa percentagem bastante significativa, percebe-se a quantidade de edifícios inativos ou devolutos que, na maioria deles, se encontram em estado de degradação muito avançado, de ruína. A maioria do edificado desta zona desenvolve-se na sua verticalidade, dedicando o piso mais próximo do nível da rua ao estabelecimento comercial e, nos pisos superiores, ou se repete esta função anteriormente referida ou acolhe a função habitacional (figura 41).



Fig.43- Planta de Análise de Zonas verdes

Zonas verdes

Na Baixa há uma grande concentração de edifícios de escritório, equipamentos ligados à saúde, instituições financeiras, de justiça e do cidadão. Esta concentração de edificado que faz parte integrante do dia-a-dia da população e dos seus visitantes, faz sobressair a falta de espaços de descanso e espaços verdes como compensação ao fluxo rodoviário e da agitação da cidade. Apenas nos extremos Norte e Sul da baixa (figura 43) existem lugares de paragem: o Parque Verde (que se encontra mais próximo deste núcleo, à beira-rio) e a Mata do Choupal (posicionado na outra extremidade da baixa). Estes espaços são bastante convidativos aos habitantes para a realização de atividades relacionadas com o lazer e bem-estar. Foi apurado que apesar de serem parques extensos, não transferem relações nem um com o outro, nem com o núcleo da Baixa, nem com os restantes espaços envolventes nesta porção da cidade. Esta constatação traduz-se na sua localização, virada exclusivamente para a frente ribeirinha, e, na distância dentre eles.



Fig.44- Fotografia da Rua Direita na atualidade

Vivência social

A habitabilidade da baixa e o seu carácter de vivência social, foram estudados através de visitas ao local e permanência em espaços de interesse, constituindo, assim, um acréscimo fundamental às análises anteriormente apresentadas. Este estudo fez sobressair que o núcleo da “baixinha” se encontra sobrelotado de comércio e de ruínas, que se encontra pouco habitada e sem dinamismo, pois são poucos os que permanecem neste local e aceitam tais condições (figura 44). Esta desertificação dá origem ao mau uso dos espaços urbanos, ruas estreitas e vários becos, transmitindo falta de segurança para quem ali se encontra ou de maneira permanente, vive. Percebe-se que a “baixinha” se encontra desajustada às vivências e atividades de uma cidade contemporânea. A quantidade de edifícios devolutos, inutilizados, abandonados no decorrer das fases temporais, é substancialmente preocupante, tendo como principais razões a carência de manutenção ao longo das décadas. Na zona circundante ao quarteirão, sente-se o alargamento das ruas que servem, de maneira quase exclusiva, a mobilidade viária a par com os edifícios de grande escala que lhes fazem frente, determinando uma charneira de época construtiva abruta na Baixa.

2. A Justiça: (D)Os espaços da Justiça até à Contemporaneidade

O equilíbrio entre a justiça e o cidadão nem sempre foi uma premissa do espaço de julgar. Sofrendo várias mutações ao longo dos séculos, a arquitetura destes espaços, foi-se moldando ao tempo.

Até ao séc. XVIII o ato de exercer a justiça não implicava um edifício próprio para esse fim. A justiça era exercida em plena praça pública, ao ar livre, elevando o acusado num pelourinho, onde se aplicava a pena a ele atribuída. Esta exposição pública e simbólica do criminoso era uma alusão à relação entre o pecado dos mortais que habitavam a terra e o céu divino que julgava.

Durante o período que vigorou a inquisição entre os séculos XII e XV, a prática da justiça passa a ter *teto religioso*, tutelada pelo Clero. As igrejas tornam-se espaços de referência para os julgamentos tendo um forte impacto na comunidade.

Em 1820, consequência proclamada pela revolução Francesa, iniciou-se um processo de separação de poderes judiciais dos poderes políticos e executivos. Em Portugal, contrariamente ao que acontecia nos países mais desenvolvidos, esta divisão tripartida dos poderes Nacionais, não abriu espaço a novas construções para o efeito, vindo a ocupar já os existentes Paços dos concelhos, espaços polivalentes. Esta separação conduziu mais tarde à construção de novos edifícios estritamente dedicados ao ato de exercer a justiça.

Nas principais metrópoles foram-se multiplicando edifícios dedicados à justiça aliados ao neoclassicismo, tais como the Courthouse no Norte da América, o Palácio da justiça em França, entre outros, com composição e rigor geométrico separando hierarquias e implementando a simetria, traduzindo-se em mensagens não verbais tais como: noção de equilíbrio, justiça, rigor e austeridade. Esses edifícios eram organizados verticalmente em níveis hierarquizados de apropriação, registando-se nos pisos térreos a disposição de espaços de maior pendor público e nos pisos superiores, progressivamente, são dispostos espaços de carácter mais individualizado.

Em Portugal, "*A nacionalização dos bens da Igreja Católica em 1834 deixou devolutos inúmeras conventos e colégios.*"(Nunes, 2003) abrindo a possibilidade de serem ocupados por serviços públicos: Câmaras, Tribunais, Liceus, Hospitais, Orfanatos, Paços Episcopais, etc. Em Coimbra, o colégio da Santíssima Trindade foi ocupado com o tribunal até 1881. A justiça começou a ganhar a sua identidade e o seu lugar na sociedade portuguesa, em que a pesada e simbólica ornamentação, algo herdado da iconografia do clero, se transformou em fator representativo do processo judicial - "*A longa permanência dos serviços de Justiça nos conventos ficou associada*



Fig.45- Fotografia Palácio da Justiça de Coimbra na atualidade, Eng. Manuel Castelo Branco



Fig.46- Fotografia Palácio da Justiça de Lisboa na atualidade, Arq. Januário Godinho

a uma imagem de imponente e autoridade reforçada por uma gramática decorativa povoada de claustros, fontes, arcarias, lógias, depois retomada pelos arquitectos ao serviço do Ministério da Justiça durante o Estado Novo.”(Nunes, 2003)

Foi necessário e imposto no século XX, após a instalação do regime militar, restauros e construções novas com o objetivo do melhoramento das condições dos espaços de administração da justiça. Em Coimbra, no Palácio dos Condes do Ameal, o antigo Colégio de São Tomás (figura 45), localizado na Rua da Sofia, após a sua reconstrução, foi instalado o Tribunal da Relação no “novo edifício” assim completadas as obras em 1940. Este edifício veio “(...) constituir um proto-paradigma para os Palácios da Justiça.” (Nunes, 2003); faziam parte das suas características arquitetónicas a planta quadrada, com um vazio central de acordo com o modelo de claustro Castilhiano, e uma fachada de honra neoclássica. Restaurado pelo engenheiro Manuel Castelo Branco, este edifício localiza-se no centro histórico, ligeiramente afastado do núcleo urbano e rodeado pelos restantes colégios monumentais da Rua da Sofia. Os edifícios de justiça da altura, seguiam as ideologias de Duarte Pacheco, ministro das obras públicas e comunicações de 1932 a 1936 e novamente de 1938 até à sua morte em 1943. Foi um dos políticos mais marcantes do século XX que operou transformações profundas em todo o país. Estas eram construções austeras, desenhadas sob regra de simetria, construídas com materiais regionais duradouros e separados da malha urbana.

Depois das “hesitações historicistas e revivalistas” (Tostões, 2008) nos anos 30, na segunda metade do século XX a arquitetura moderna deu lugar a uma “síntese histórica e o ensaio crítico” (Tostões, 2008). Apostando em novos materiais como o betão e em salas com formatos orgânicos, o arquiteto Januário Godinho trouxe uma nova visão com o Palácio da Justiça em Lisboa de 1970 (figura 46). Esta visão era contrária à de Duarte Pacheco, implementava espaços abertos ao público para convívio na sequência das ruas e praças urbanas. A implantação do edifício de justiça na malha urbana, transmitia a ideia de aproximação à comunidade.

Os espaços judiciais foram sujeitos a mutações de desenho no decorrer dos tempos, acompanhando a necessidade de criação de espaços modernos, mais amplos, mais abertos. Os ornamentos e simbologias que se associam desde que existem espaços de Justiça, foram também substituídos com premissas de desenho menos austeras, com maior aproximação ao cidadão e maior transparência no ato de julgar, utilizando novos materiais. É exemplo o Palácio da Justiça de Córdoba (figura 47), que se relaciona diretamente com o espaço



Fig.47- Fotografia Palácio da Justiça de Córdoba, Arquitetos Mecanno+AYESA

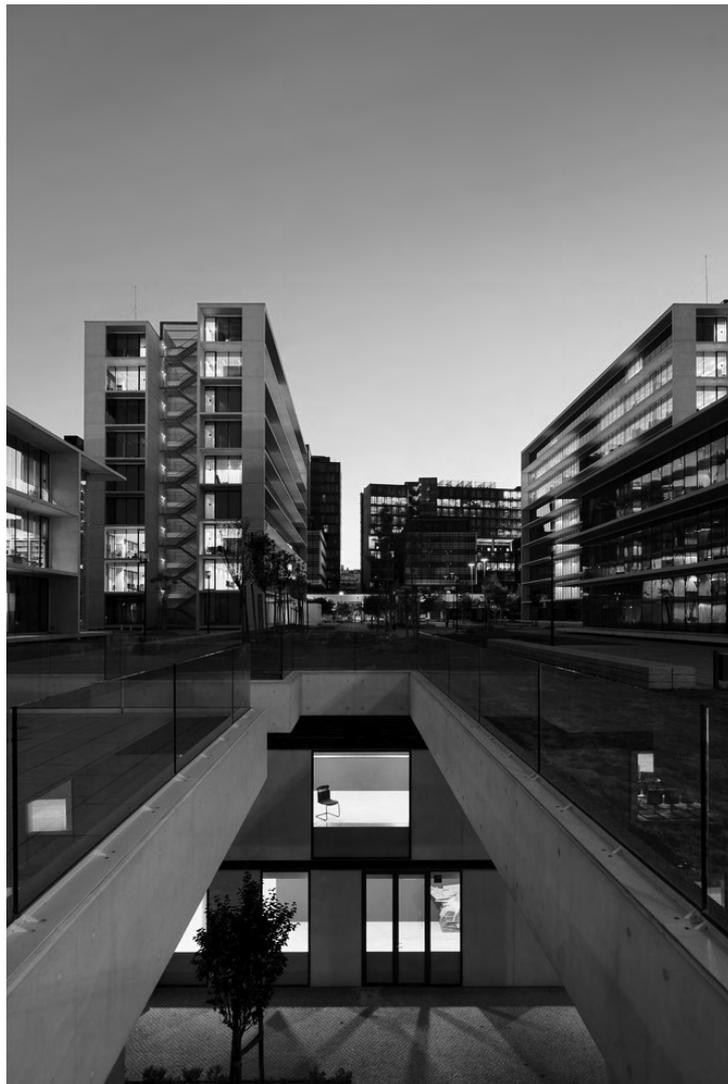


Fig.48- Fotografia Campus da Justiça Lisboa, arquitetos Frederico Valsassina

público que o próprio edificado cria. À medida que a tecnologia da construção avança, os tribunais têm vindo a acompanhar essa evolução contemporânea do século XXI, adicionando materiais e experimentando novas linguagens para os edificados da justiça. Este palácio espanhol implementa uma leveza tanto na materialidade da fachada como nos momentos arquitetónicos exteriores/interiores.

O tribunal contemporâneo substitui os símbolos e elementos decorativos, por espaços que transmitem ideias inerentes ao seu poder associado, apostando em diferentes pés-direitos, na compressão e no desfogo dos espaços, na sua simetria ou assimetria, na organização espacial e funcional. A proximidade do edifício com a comunidade onde este se insere tem como objetivo a pertença do edifício ao povo, sendo cada vez mais importante a interação Homem - Edifício e por isso, os edifícios contemporâneos apostam cada vez mais na procura de pertença ao lugar, em forma de encaixe na malha que os circunda.

A questão construtiva e a linguagem do objeto arquitetónico que dá lugar aos espaços de justiça são aspetos determinantes nos edifícios de construção recente. O Campus de Justiça em Lisboa (figura 48), determina uma afirmação tanto de qualificação do espaço público como de um território servindo a Justiça Nacional. Com as suas fachadas envidraçadas transmite uma ideia de transparência das suas atividades e de interação com o envolvente urbano.

É importante referir que, apesar da austeridade associada ao edifício de Justiça, estes edificados ganharam uma nova linguagem através da arquitetura contemporânea, trocando a austeridade e punição por transparência e Justiça. Podemos perceber que os edificados de justiça foram-se adaptando às necessidades e atividades do Homem, sempre associado à imponente de um edifício público de grande importância na sociedade.

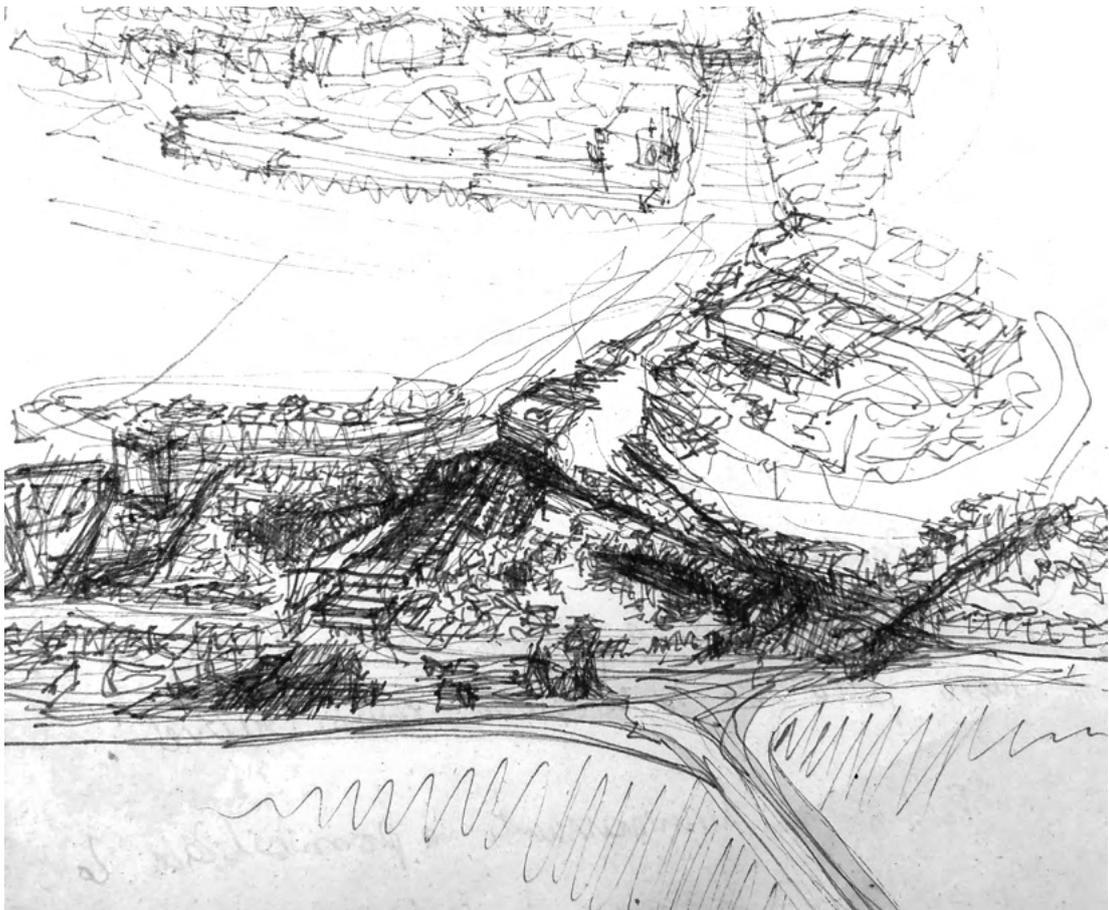


Fig.49- Desenho da Baixa e terreno a interencionar

3. *Degraus da intimidade*: O projeto

"Dei o título de: Degraus da intimidade. Relaciona-se com proximidade e distância. Um arquiteto clássico diria: escala. Mas isso soa muito académico, estou a falar num sentido mais corporal de escala e de dimensão. O que abrange vários aspetos que se relacionam comigo, o tamanho, a dimensão, a escala e a massa da obra. Por vezes são elementos maiores, muito maiores do que eu e noutras são objetos mais pequenos." (Zumthor, 2003)

Degraus da intimidade é a expressão que Zumthor nomeia para traduzir, de forma mais intimista, as aproximações e sensações que as escalas dos edifícios lhe oferecem. O tamanho dos elementos arquitetónicos em relação ao elemento corpóreo humano e às atividades do mesmo, traduzem-se em medidas, métricas e proporções para o edificado, provocando no utilizador sensações ou pensamentos tanto de conforto como de incómodo. A lotação, a função e a utilização do espaço determina os degraus da intimidade de qualquer edifício, seja ele de dimensões aproximadas ou maiores em correspondência com o tamanho do próprio Homem. Esta pesquisa pela dimensão adaptada à função, tanto do complexo do tribunal como das intervenções a nível urbano no território em que este se irá inserir, acompanhou o processo deste projeto desde a fase embrionária até às fases finais da sua concretização.

Degraus da intimidade induz a uma outra interpretação que se encontra ligada à arquitetura e à maneira que esta é apresentada e estudada: a várias escalas e aproximações, a várias fases, a várias *layers* (termo inglês que significa camadas). Após o estudo das componentes formativas da Baixa de Coimbra e das análises realizadas em grupo na cadeira de Atelier de Projeto I do ano letivo 2020/2021, houve a necessidade de dividir esta dissertação em várias etapas, desde o processo do projeto urbano, que se apresenta a uma escala mais desaproximada do *Lugar*, aos detalhes do complexo do Tribunal da Comarca de Coimbra relacionados com a pormenorização da sua construção.

Seccionando em cinco etapas de aproximação ao objeto arquitetónico, são definidos os *Degraus da intimidade* desta dissertação. Numa primeira parte do projeto, aborda-se o contexto geral d'**A Cidade** no seguimento das conclusões retiradas da primeira parte (capítulo primeiro), surgindo uma proposta de intervenção geral no território. Numa segunda parte **O Conceito** como seguimento à proposta urbana, apresentando os elementos formadores do Projeto, aproximado à escala do complexo. Em terceiro lugar é aprofundada a questão do **Programa** pedido para a construção a desenvolver, regido pela função atribuída ao complexo de justiça. Na

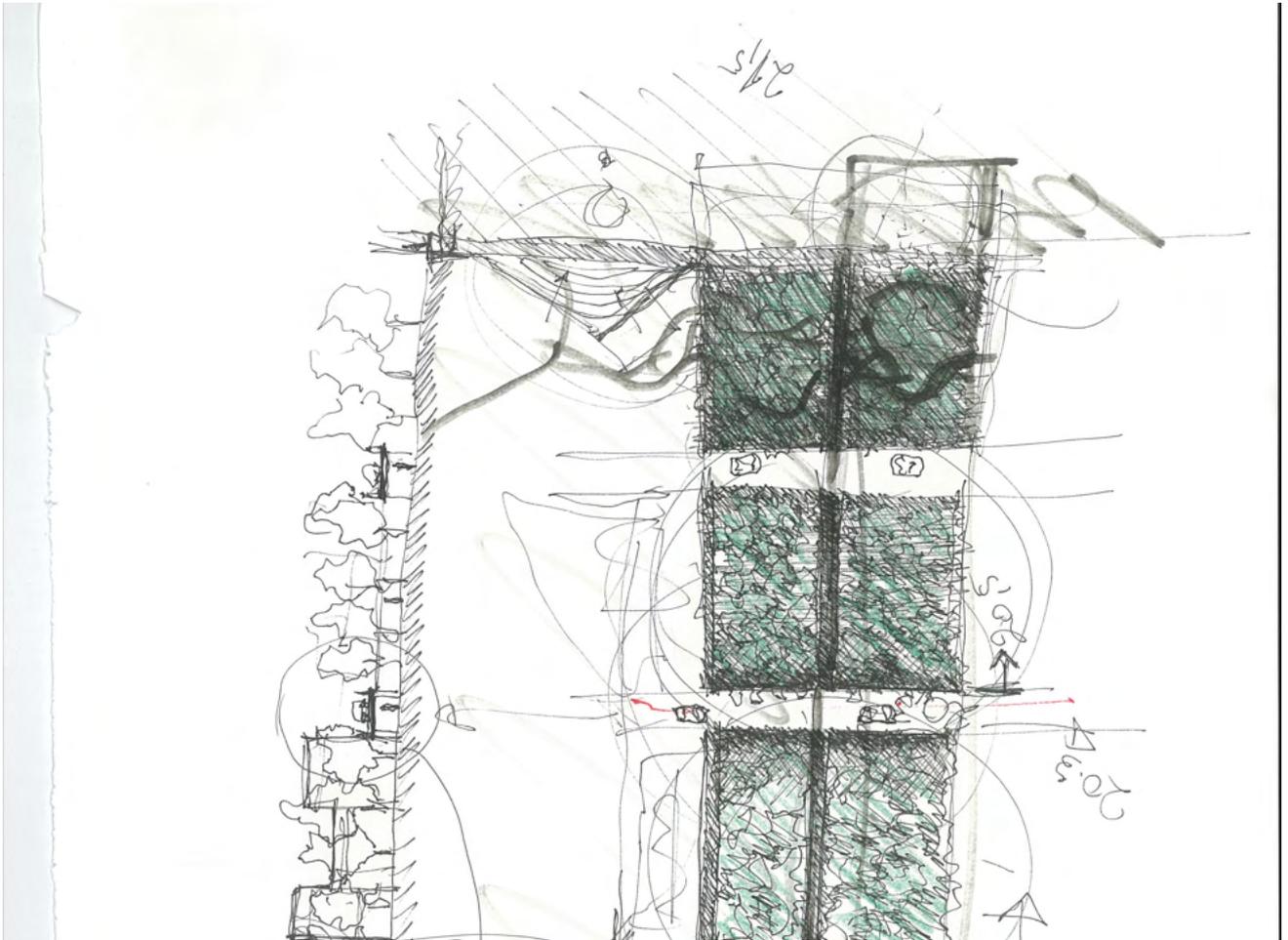


Fig.50- Proposta inicial para a intervenção urbana

penúltima parte é aprofundada a relação d'*A Justiça* com o complexo criado, que incide no Programa e no conceito a ele atribuído. A uma escala de caráter mais profundo de pormenorização, a *Construção e Espacialidade* como última parcela da presente dissertação, traduzido no culminar das intenções de projeto com os elementos anteriores a ele intrínsecas, presentes nos capítulos primeiro e segundo.

A intervenção urbana, pertencente ao subcapítulo *A cidade*, incide na proposta para a Baixa de Coimbra, apoiando-se em vários pontos cruciais regentes das intenções de melhoramento da zona. A Promoção da relação do rio com a cidade, a consolidação da mancha verde com a cidade, a inserção de espaços públicos de qualidade, a reformulação de vias de forma a melhorar a mobilidade e, como ponto principal e consequência das soluções eleitas, o aumento de salubridade e higienização do núcleo de casario denominado de "baixinha", sendo estas as intenções que acompanharam o processo do projeto até ao seu término.

"(...) ces hybrides de nature et de société sont légions et servent de référent pour "donner l'échelle" de toutes les constructions. L'avion à l'aéroport, l'automobile aux espaces de parking. L'homme n'est plus le référent unique et doit composer avec la taille des objets pour déterminer le dimensionnement des choses."(Tric, 1999)

Como seguimento da proposta realizada em grupo, a apresentação da proposta individual estrutura-se a partir dos pontos seguintes definidos como degraus da intimidade: *O Conceito: Criação do Complexo do Tribunal da Comarca de Coimbra*, *O Programa: Organização espacial do Complexo do Tribunal da Comarca de Coimbra*, *A Justiça: O desenho do espaço* e *A Construção e Espacialidade*. Esta proposta tem como desígnio o projeto do novo Tribunal da Comarca de Coimbra, um complexo que comporta os Juízos de todas as áreas criminais (Juízo Central Cível, Local Cível, Trabalho, Comércio, Execução de Penas, Família e Menores), o departamento de investigação e ação penal e, de maneira complementar, o Registo e Notariado da Cidade.

O projeto labora sobre um espaço expectante, interior do quarteirão, desqualificado no ponto de vista do uso e sem qualquer critério de desenho, pretendendo assumir-se como uma oportunidade que o "Lugar" e a sua área envolvente oferecem para a qualificação do espaço urbano. Ambiciona, igualmente, a definição de um edifício de cariz público onde a carga simbólica e a sua representatividade social são fatores de interação com

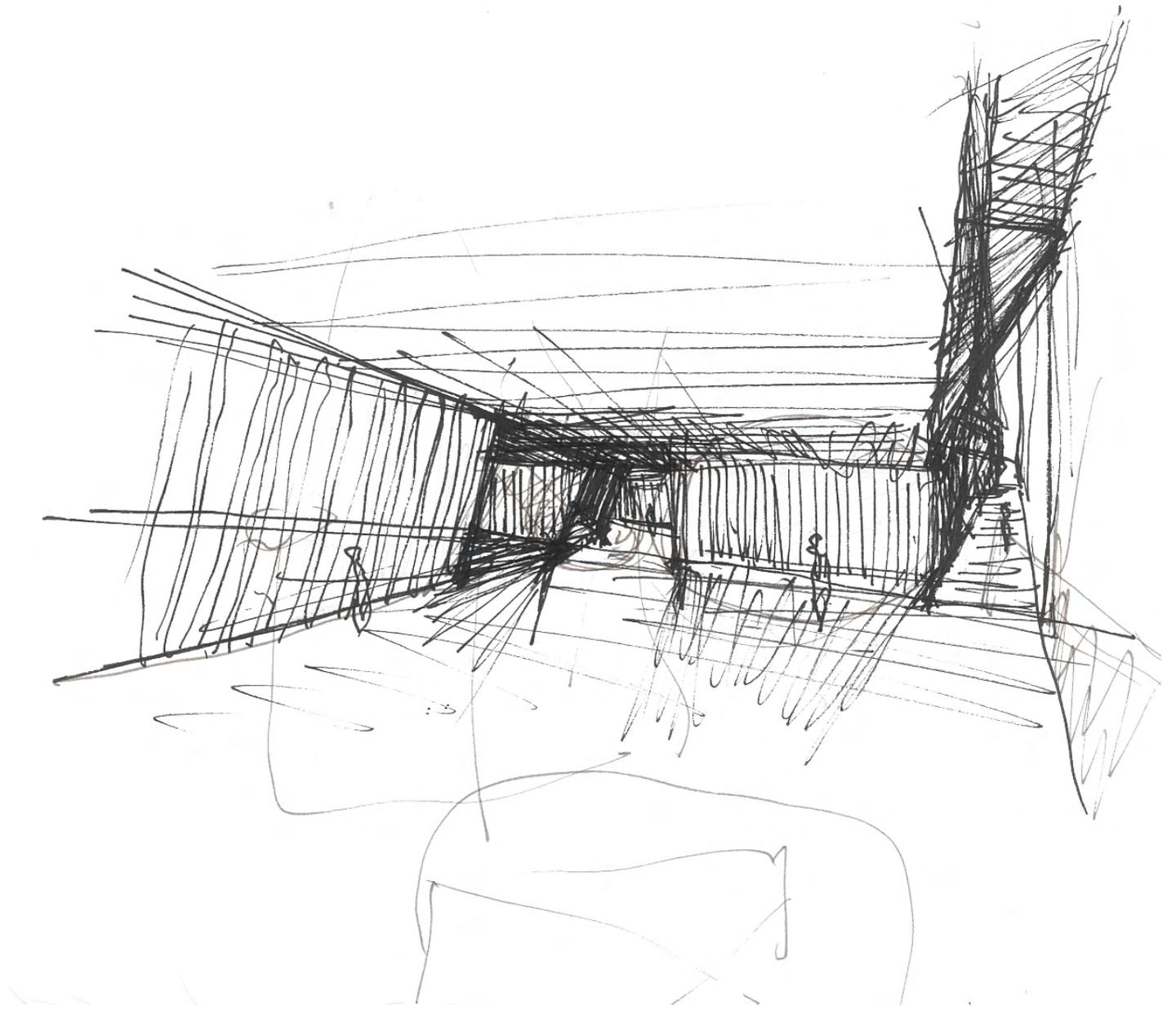


Fig.51- Proposta inicial do interior do volume principal

3. Degraus da intimidade: O projeto

a cidade e com o Homem. Este diálogo é acentuado pelos Degraus da intimidade, pela definição volumétrica da forma do complexo edificado e igualmente decorrente da organização programática. Como Olivier Tric refere em *Conception et projet*, o referente que fornece a escala de todas as construções são os híbridos da natureza e da sociedade e que esta proximidade se encontra intrínseca às atividades e necessidades do homem.

A proposta, na sua totalidade, tanto de caráter urbano como no que concerne ao objeto arquitetónico, procura responder a vários objetivos: o de oferecer a esta porção do território uma oportunidade de rejuvenescimento, de respiração e, na sequência das escalas, no que diz respeito à aproximação do quarteirão, uma continuidade e unidade presentes na história e formação da Baixa atribuindo-lhe um caráter arquitetónico contemporâneo.

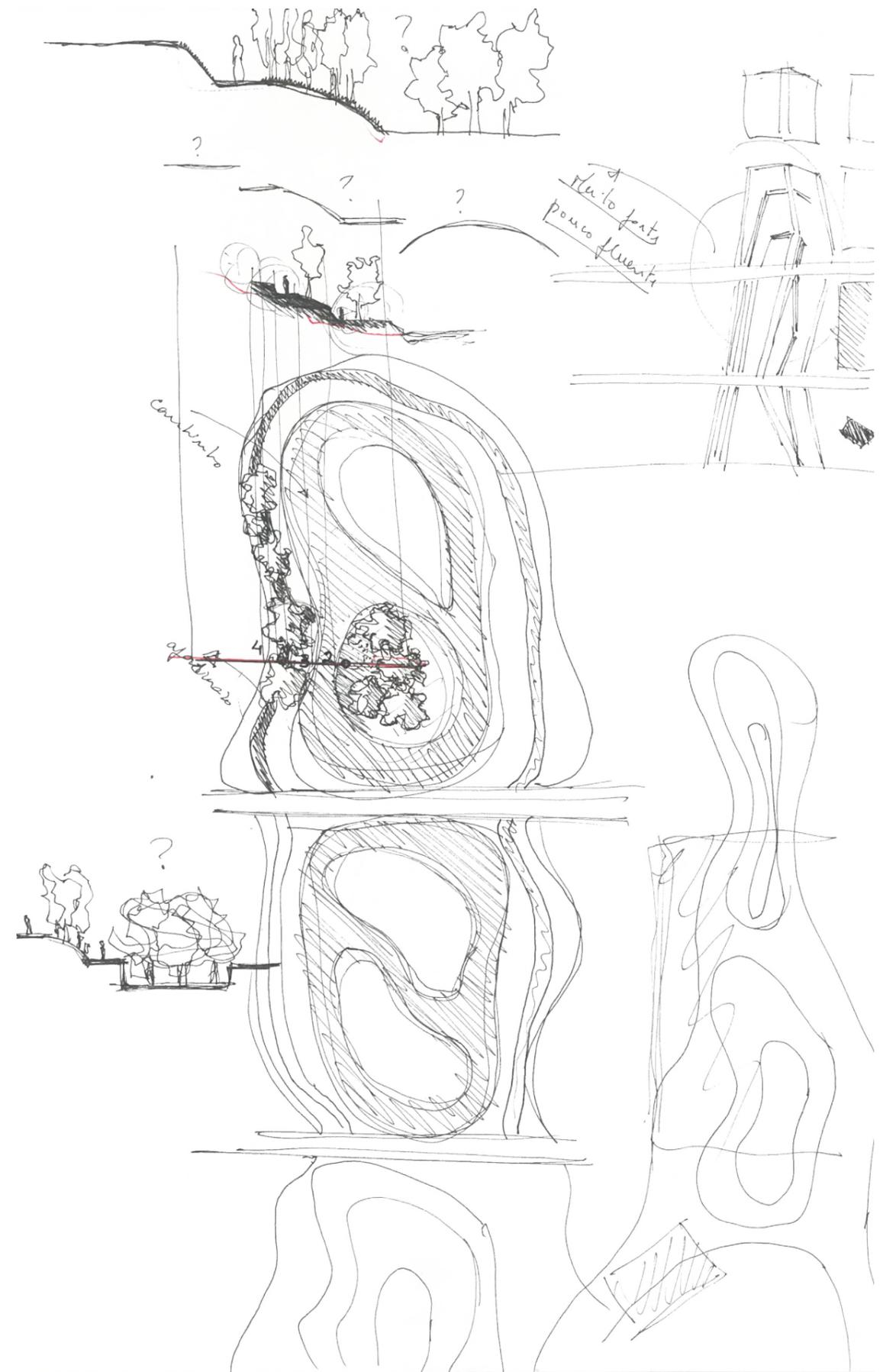


Fig.52- Proposta pensada para a intervenção Urbana

3.1. A Cidade: estratégia geral de Intervenção na Baixa de Coimbra

Analisando a mancha urbana de Coimbra, intui-se de imediato que se encontra fracionada pela presença do Rio Mondego, tendendo a ser unida pelas manchas verdes e num ponto intermédio pelo casario. De Este surge o Parque Verde eixo paralelo à margem (figura 53), de Oeste evidencia-se a Mata Nacional do Choupal. Estes dois espaços de proeminência natural tendem para uma ligação entre eles, mas são interrompidos pelo edificado da Baixa de Coimbra que frequentemente sofre fenómenos de inundação na época de chuvas intensas, constituindo uma grande preocupação dos residentes. Surgem na margem Norte edifícios maioritariamente de carácter industrial, sem reconhecimento de valor patrimonial excecional, com implantações desordenadas e morfologias não integradas na envolvente. Este edificado industrial constituiu uma barreira na frente ribeirinha que se consolidou ao longo do Séc. XX.

“Se o projecto se nutre somente do existente e da tradição, se repete apenas o que o lugar lhe oferece, falta-me o debate com o mundo, falta-me a irradiação do contemporâneo. Se a peça de arquitectura apenas conta o mundano e o visionário, sem fazer oscilar com ele o seu lugar concreto, sinto a falta da ancoragem sensorial da obra no seu lugar, do peso específico do local.” (Zumthor, 2003)

Debateu-se a ideia de poder *coser os pedaços* pelo tempo esquecido, insalubres, abandonados, descaracterizados e perdidos. Ou pensar uma nova solução, que projetasse futuro, mais viável e *limpa*. Assim, se trataria da linhagem medieval de uma forma mais clara, mais coesa que facilitasse o dinamismo de uma cidade pertencente ao séc. XXI, expectante dos próximos séculos. Um recetor do futuro é o que é procurado nesta proposta urbana para Coimbra.

Desprovido de limitações da tradição, pensado em grupo e em contexto académico, o espaço a intervir teria de dar resposta a uma solução mais contemporânea, mais duradoura e que iniciasse uma era de debate; respostas mais resistentes às de intervenções analíticas de requalificação de moradias devolutas, em estado muito avançado de degradação e, algumas, totalmente descaracterizadas (figura 52). Foi a partir desta linha de pensamento, que surgiu o conceito inicial deste projeto, uma cidade que dialogasse com os seus elementos naturais respeitando-os, trazendo o Rio Mondego à cidade, deixando-a respirar e, por sua vez, oferecer aos habitantes e à cidade espaços públicos de qualidade e cómodos momentos de alargamento, separando e fun-



Fig.54- Fotomontagem do percurso pedonal e cicloviário à Beira-rio



Fig.55- Fotomontagem da proposta do metro implantado no jardim à Beira-rio

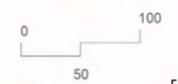


Fig.56- Planta Proposta Urbana



dindo ambientes e funcionalidades. Esta ideia inicial decorre de uma leitura das análises do lugar expostas no ponto dois do capítulo primeiro.

Os princípios são claros, a vontade de renovar os espaços públicos tornando-os sóbrios, salubres e sãos, trazer maior fluidez ao espaço e à sua circulação e, conseqüentemente, trazer ligações entre: o rio, os espaços verdes e a cidade. O interior do núcleo medieval seria contagiado pelos espaços verdes envolventes (figura 56), a Mata do Choupal e o Parque Verde, que convergiam numa zona central conquistando uma frente urbana verde que injetava em direção a Santa Cruz, retomando os circuitos hidráulicos do território. Este núcleo central reconquistado pelo Rio seria atravessado por pontes que surgem na continuação de percursos pedonais de ruas ou avenidas existentes, salvaguardando as dinâmicas de mobilidade já implantadas no território. Este núcleo verde, com o rasgo do Rio invadindo a baixa (figura 57), permitiria um maior fluxo da água, atribuindo à cidade uma função mais sustentável, em que a água das chuvas que descem pelo antigo Vale de Ribelas e a água rio se emergiam, tendo o papel de rega para a extensão verde criada na sua envolvência e impedindo que a baixa formasse uma bacia de água sem oportunidade de ser escoada.

Esta intervenção traria à cidade uma nova experiência e uma interação acrescida com o maior constituinte natural da cidade, o Rio Mondego, mitigando o problema das inundações sazonais e assumindo-se como valor infraestrutural para resolver a drenagem do Vale de Ribelas, reequilibrando a percolação das águas do subsolo com implicação na qualidade do ambiente urbano. Neste contexto, Santa Cruz, reconfigura uma nova centralidade, não numa perspectiva de estruturação do edificado, mas numa oportunidade de definição do eixo compositivo urbano já experimentado desde 1940 por Étienne de Gröer, por Alberto Pessoa, entre outros.

A abertura da Avenida Sá da Bandeira até à margem, proporciona uma maior fluidez na mobilidade viária, pedonal e metropolitana. Como consequência, a Rua da Sofia ganha um sentido único (sentido Sul-Norte) que permite um maior fluxo do trânsito ganhando um novo caráter pedonal no seguimento das Ruas Visconde da Luz e Ferreira Borges, propondo-se um princípio de desenho transversal que valorize a oportunidade de apreciar o património do Rua da Sofia. Como complementaridade à Avenida Fernão de Magalhães, na tentativa de minimizar a densificação do fluxo de trânsito, foi proposta uma avenida a uma distância entre a antiga rua da Madalena e a margem redesenhando os quarteirões como espaços qualificados, no lado Norte, seriam reformulados de maneira a equilibrar os espaços cheios e vazios. Minimizando-se os espaços residuais ou



Fig.57- Fotomontagem do núcleo da intervenção urbana

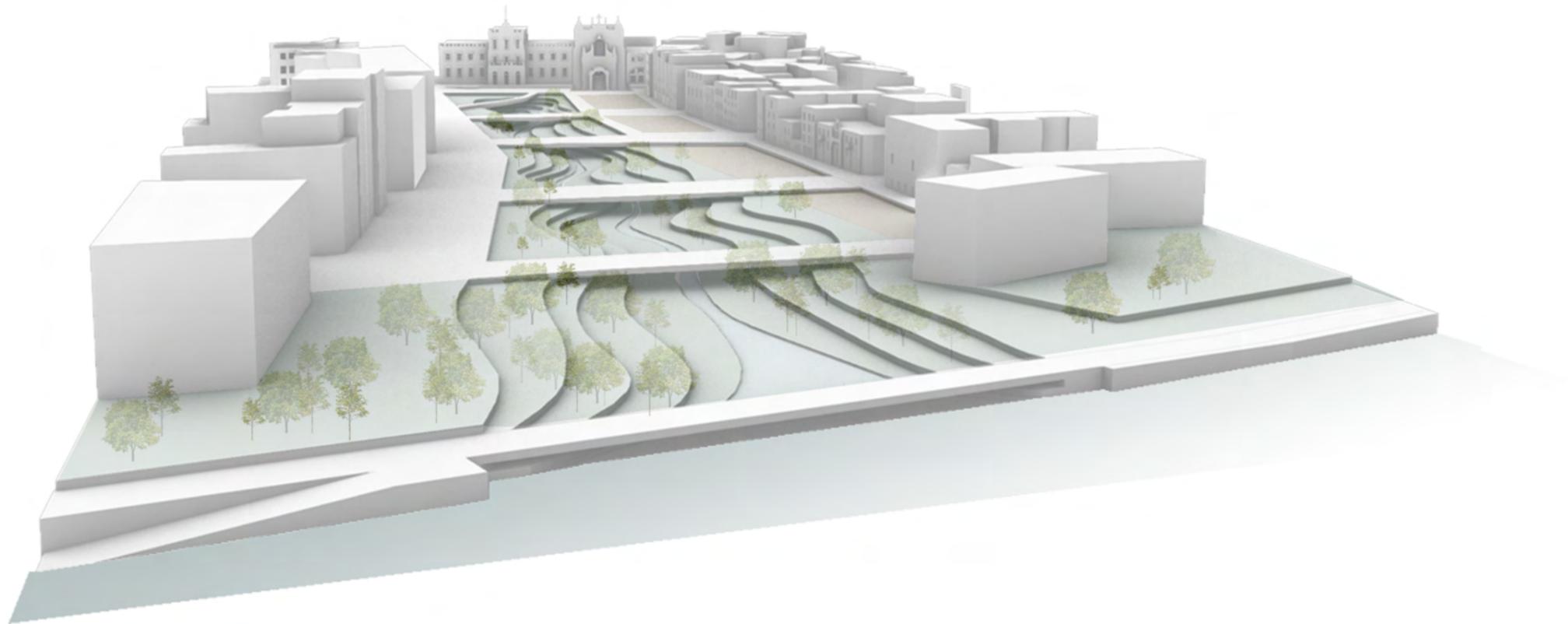


Fig.58- 3D do núcleo da proposta de intervenção urbana



Fig.59- Alçado da Rua da Louça com intervenção

quarteirões sem desenho qualificado, com estas intervenções a mancha urbana ganha por sua vez maior consistência e regularidade.

A intenção do projeto à escala urbana, centra-se na criação de um eixo unitário com amplitude entre a Praça da República e o Rio. A proposta procura um debate para a zona central de Coimbra partindo de conceitos de renaturalização fundamentado na revitalização dos circuitos hídricos na Baixa de Coimbra que constituem o património com maior ancoragem na história do que o edificado construído ao longo dos séculos.

O tribunal Comarca de Coimbra, que resultou em um complexo pertencente à baixa de Coimbra, determina e termina assim o grande eixo sul-Norte: Largo da Portagem, Praça 8 de Maio, Colégios e Rua da Sofia, Santa Justa e o complexo no seu término.

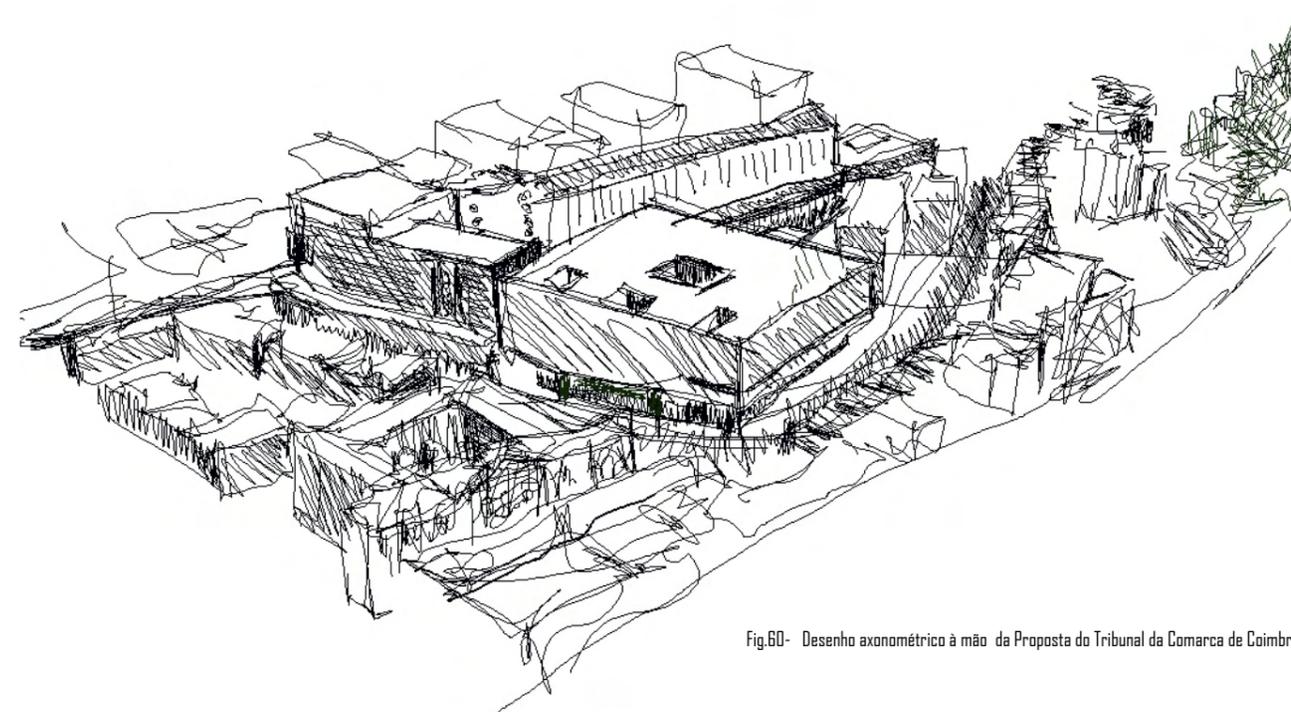


Fig.60- Desenho axonométrico à mão da Proposta do Tribunal da Comarca de Coimbra

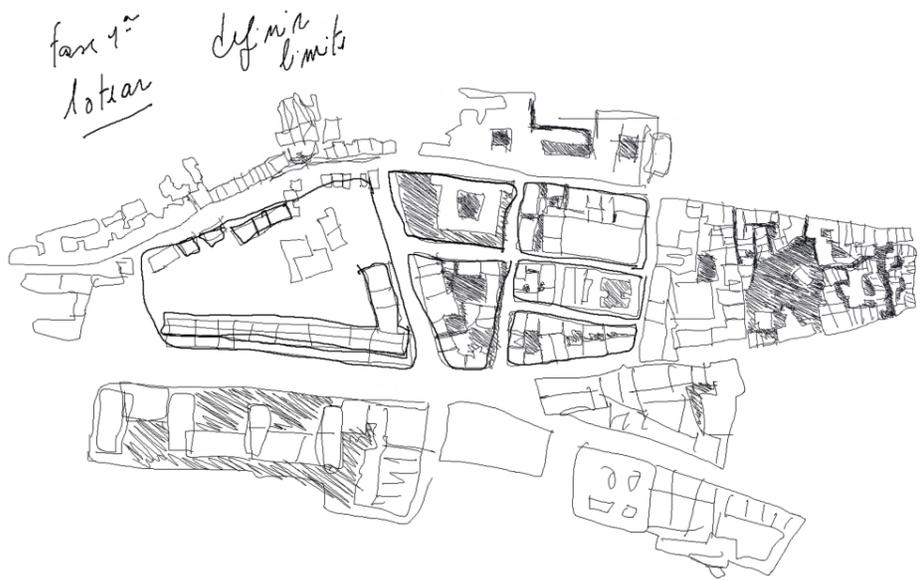


Fig.61- Esquisto da definição dos limites do loteamento

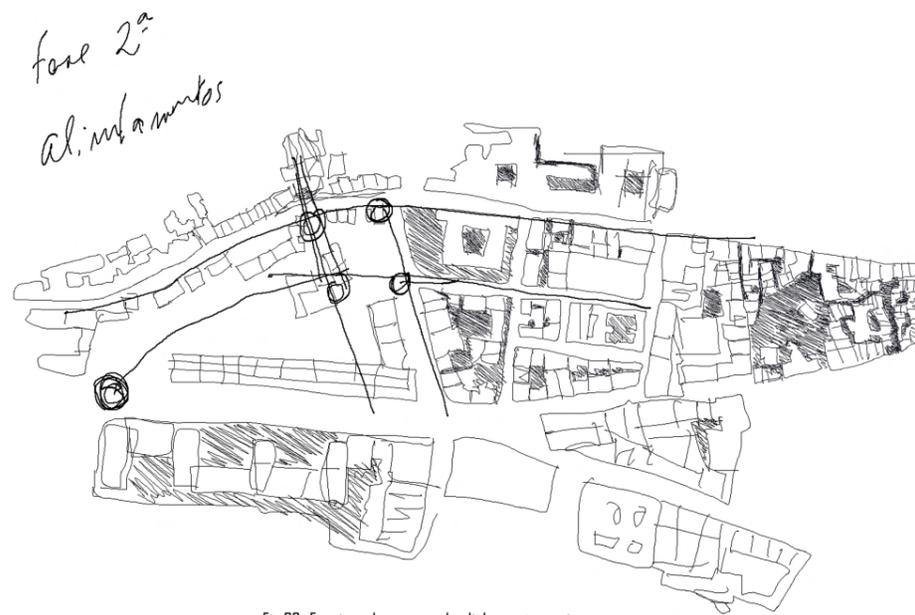


Fig.62- Esquisto da procura de alinhamentos e eixos

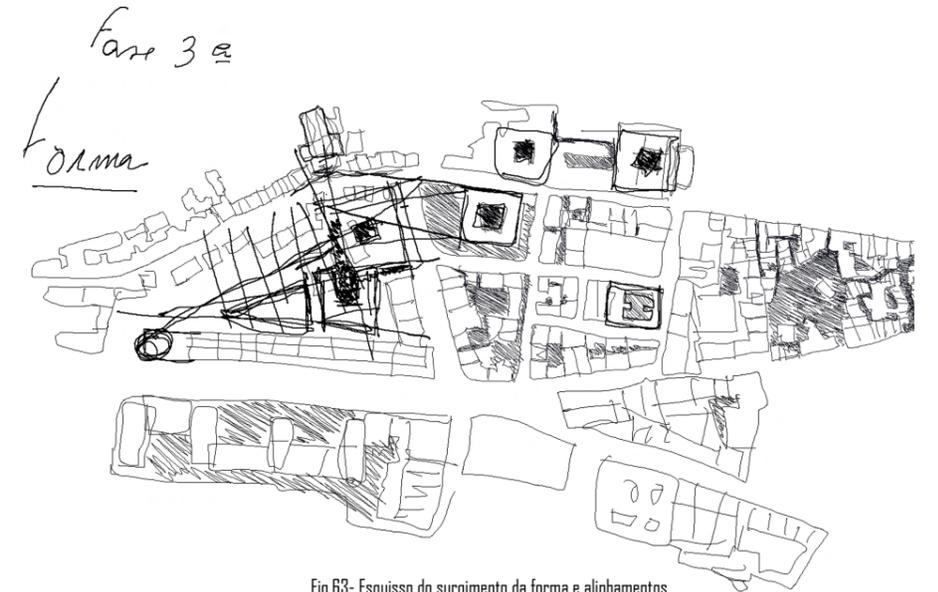


Fig.63- Esquisto do surgimento da forma e alinhamentos

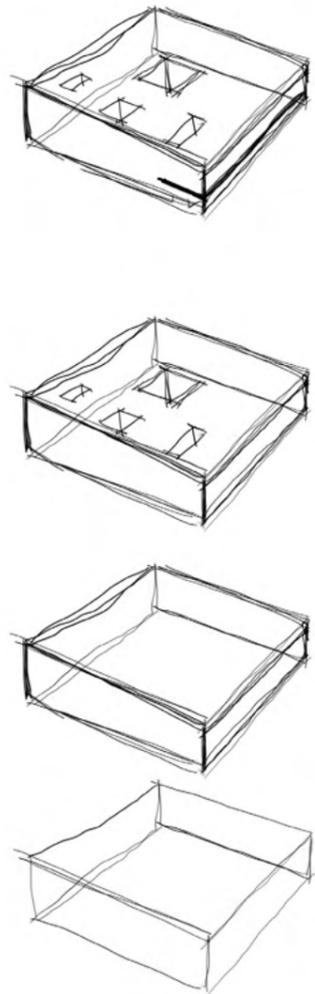


Fig.64- Esquisto da evolução da proposta até ao objeto arquitetónico final

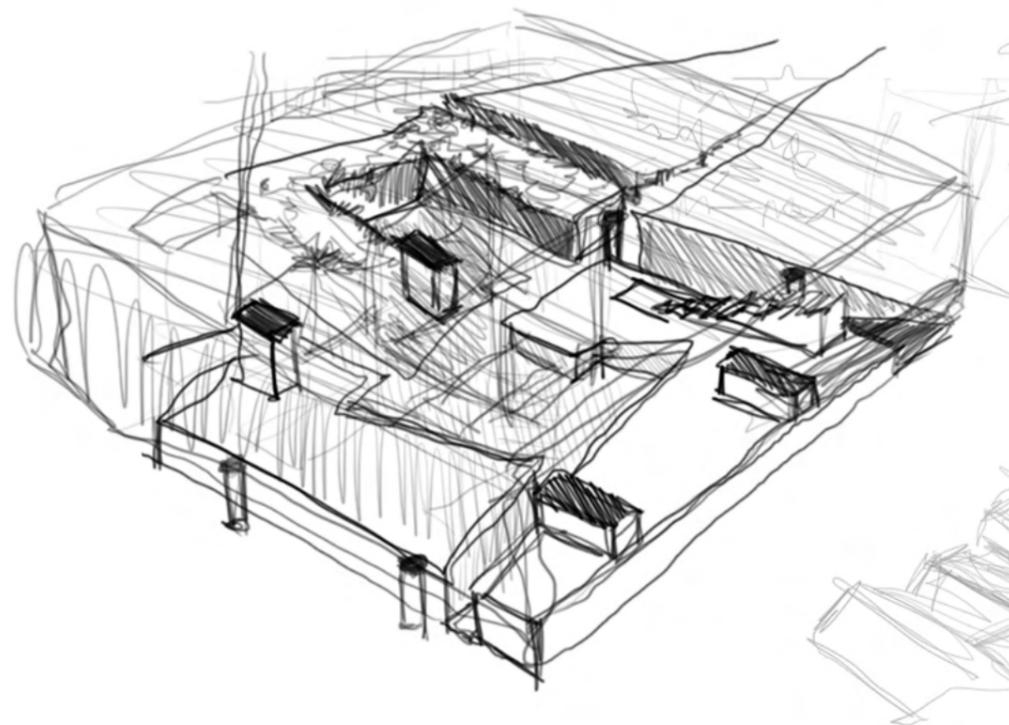


Fig.65- Esquisto do nível térreo do complexo

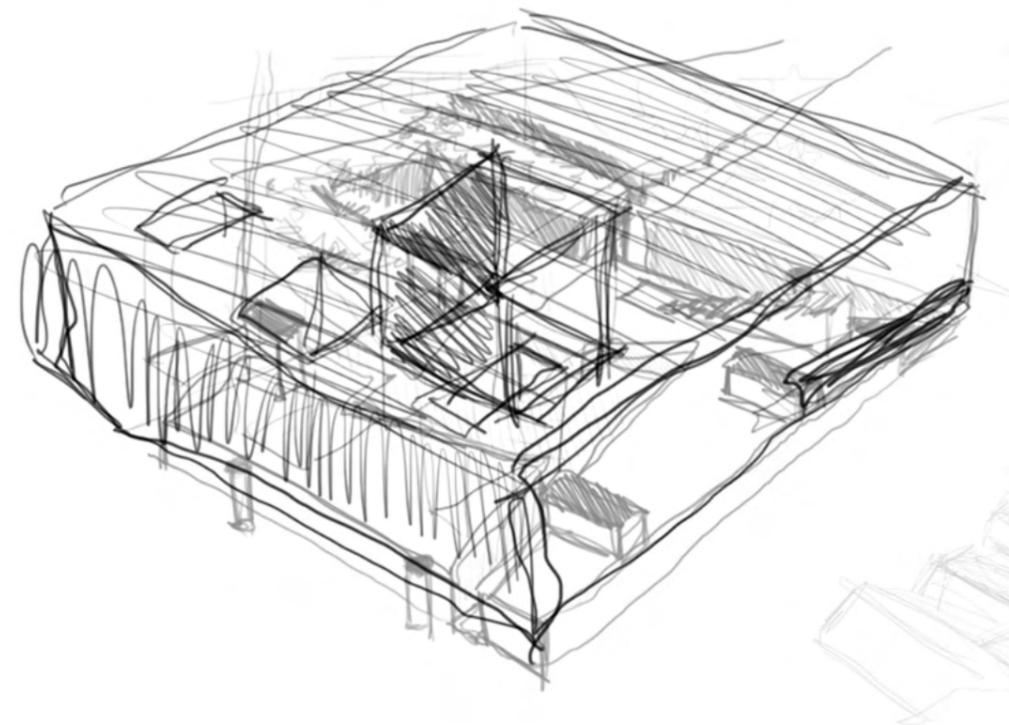


Fig.66- Esquisto do volume principal suspenso

3.2. O conceito: Criação do Complexo do Tribunal da Comarca de Coimbra

"Conduzir, preparar, iniciar, alegre surpresa, descontração, mas sempre de uma forma que, devo dizer, já nada tem de didático, mas sim que parece perfeitamente natural" (Zumthor, 2003)

A interação entre Homem - Edifício é construída a partir da premissa de pertença ao lugar onde se insere. A ampliação do Museu Nacional dos Coches, da autoria de Paulo Mendes da Rocha foi a referência mais relevante para este projeto, tanto a nível da forma e linguagem como do conceito e da definição construtiva. Apesar de não se substanciar uma estrutura física para acomodar a função judicial, é um edifício para a cidade, para o utente e para o povo português. A intenção do arquiteto de elevar o museu, definiu como premissa a pertença do edifício ao lugar, unindo-o à paisagem.

Baseado nessa ideia da afirmação da individualidade e da articulação dos elementos, fez parte deste projeto individual, desde a fase embrionária, a incorporação de vários aspetos chave, tais como:

- A conexão da proposta com o contexto do lugar, tendo em conta o edificado preexistente e o espaço público;
- A relação da proposta com as incidências sociais, culturais e históricas do lugar e do programa;
- A requalificação do espaço exterior;
- A consideração da parte e todo com a mesma atenção;
- A coordenação da parte e do todo como condutores da criação da identidade do objeto arquitetónico a propor.

Foi estudada a envolvente de forma incisiva e detalhada para que o complexo se articulasse e se enquadrasse no *lugar*. Dar um remate à Rua da Sofia, enquadrar a Igreja de Santa Justa no contexto local, trazer unidade ao quarteirão e permitir o seu atravessamento, foram quatro dos grandes pontos de partida para que o complexo se integrasse no *lugar*.

Através dos elementos que compõem a Baixa, baseados na sua ordem e composição, existiram várias fases de iniciação e aproximação à forma do complexo do Tribunal da Comarca de Coimbra. É de realçar que a análise feita anteriormente levou a conclusões determinantes no momento de iniciação do projeto. A pouca interação do pedestre com a Rua da Sofia e a falta de espaços públicos de qualidade entre quarteirões foram conclusões

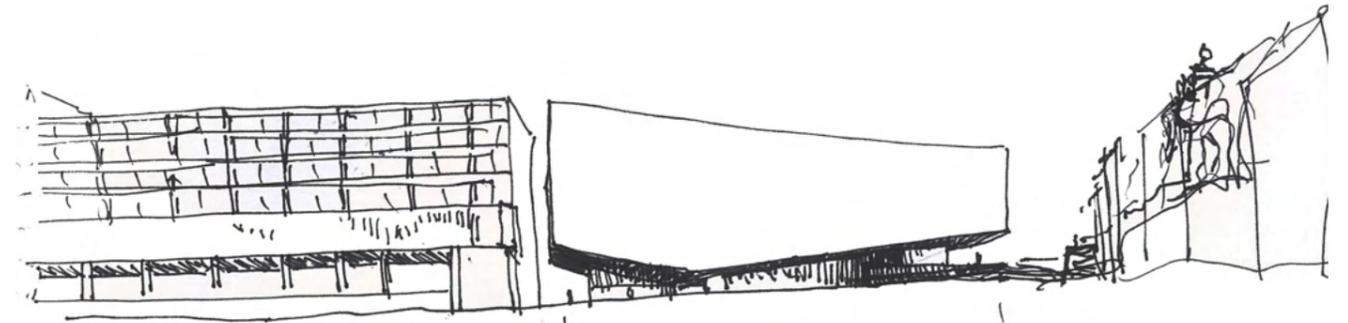


Fig.67- Esquisso da forma e ideia de continuidade da galeria do Hotel Tivoli

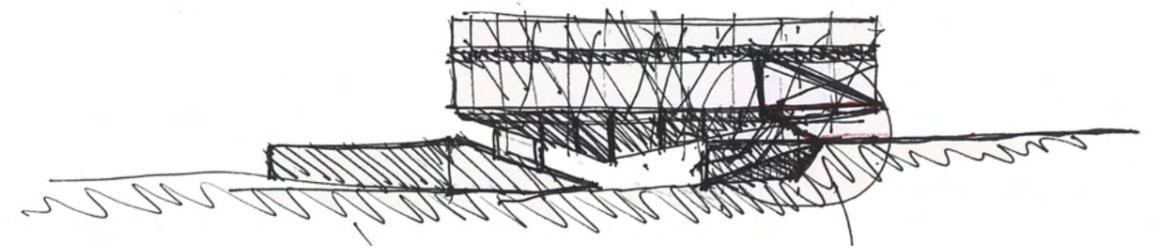


Fig.68- Esquisso do estudo da estrutura, das entradas e colunas de acessos verticais

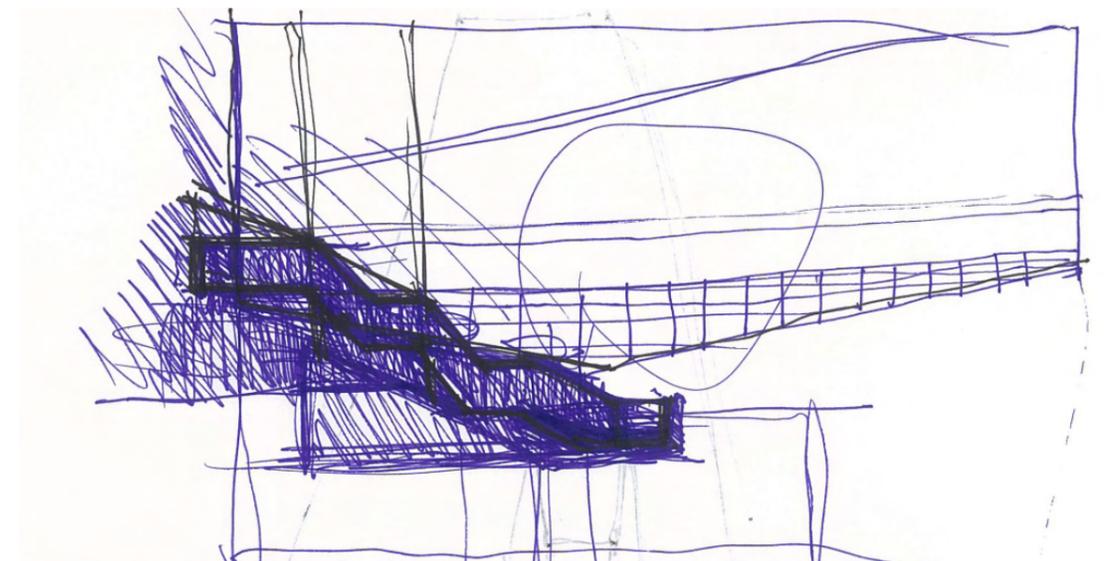


Fig.69- Esquisso do estudo das escadas Miradouro/monumentais

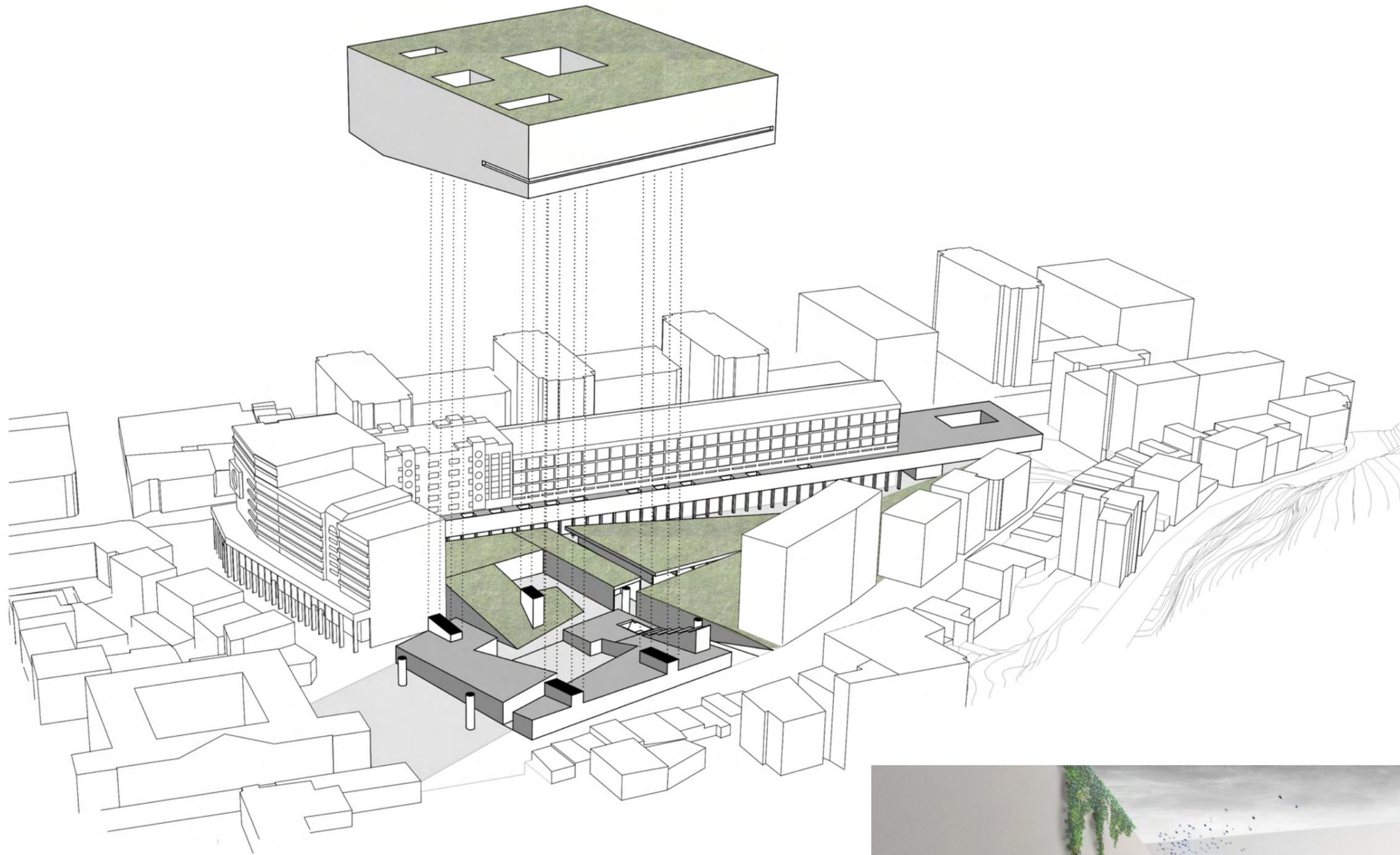


Fig.70- Axonometria explodida do interior do quarteirão



Fig.71- Fotomontagem vista interior do Quarteirão

que influenciaram as premissas deste projeto.

A zona do Arnado, definida por vias com traçados ajustados à malha urbana existente, pela Rua da Sofia, eixo monumental fulcral na definição da Baixa e pela Avenida Fernão de Magalhães, estruturante na definição do limite Nascente do quarteirão, foram elementos urbanos primordiais na definição dos limites e da composição do complexo (figura 61) a definir no quarteirão. Uma vez estudada a envolvente e as suas características morfológicas, surgiram alinhamentos e eixos com a intenção de procurar definir uma disposição do complexo de modo a criar espaços públicos qualificados. Definiram-se volumes tanto a nível térreo como a níveis superiores, consequência das intenções, eixos e alinhamentos (figura 62) que procuram firmar continuidades entre o existente e o novo, isto é, estabelecer uma nova ordem para uma realidade em transformação. Partiu-se da ideia de atravessamento no quarteirão (figura 63). Esta foi fulcral para o processo de procura tanto da forma de cada um dos edifícios que fazem parte do Complexo do Tribunal da Comarca de Coimbra como do conceito que suportam as narrativas de projeto.

Numa perspetiva conceptual, o complexo, dividido em dois níveis – um de articulação direta com o solo e outro com desenvolvimento a nível superior referenciado a um estádio de levitação –, oferece linguagens distintas e experiências arquitetónicas díspares (figura 65 e 66). Esta decisão projetual está diretamente relacionada com a proximidade entre o complexo e a Cidade, promovendo assim uma hierarquização entre o programa de carácter mais público e as atividades humanas que merecem um enquadramento mais particularizado, nomeadamente o ato da prática da justiça.

Ao nível do piso térreo surge um edificado em continuidade com a envolvente urbana recuperando a densidade e a organicidade presente na *baixinha* (figura 70). A este nível a circulação é predominantemente pedonal, existindo a possibilidade de circulação automóvel acontecer em períodos muito curtos para cargas e descargas ou quando se está na presença de veículos prioritários. Assim a interface entre os cidadãos e os serviços públicos que compõem o complexo é facilitada e valorizada. O edificado proposto desenha a malha do interior

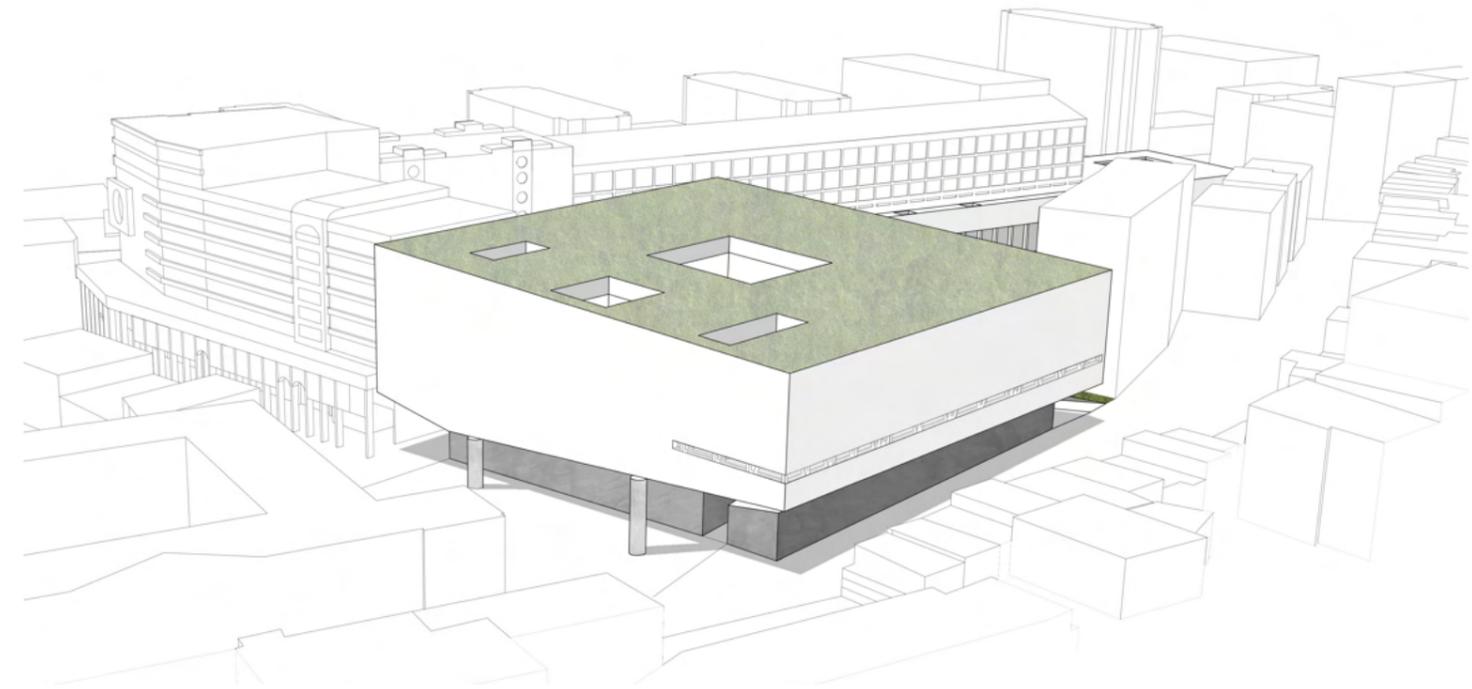


Fig.72- Axonometria do Quarteirão com a Proposta



Fig.73- Fotomontagem da Galeria criada na continuidade da Rua João Machado



Fig.74- Planta piso 0, escala 1.100

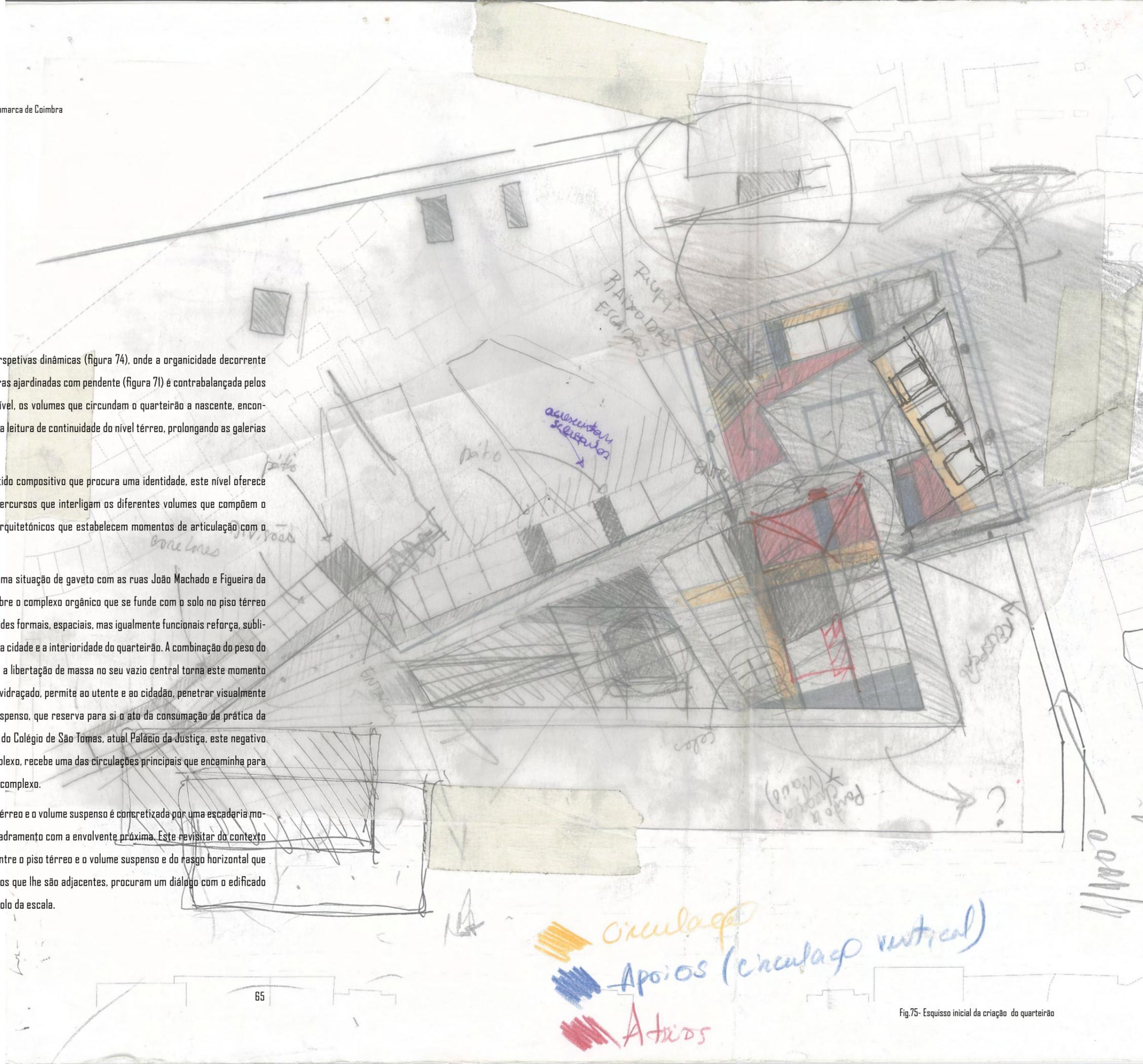


do quarteirão, um tecido denso que cria perspectivas dinâmicas (figura 74), onde a organicidade decorrente do modo de dispor o edificado e das coberturas ajardinadas com pendente (figura 71) é contrabalançada pelos limites estabilizados do quarteirão. Neste nível, os volumes que circundam o quarteirão a nascente, encontram-se numa posição recuada oferecendo uma leitura de continuidade do nível térreo, prolongando as galerias do edifício do Hotel Tivoli.

Fracionado em secções, mas com um sentido compositivo que procura uma identidade, este nível oferece tensões e formas, dando origem a vários percursos que interligam os diferentes volumes que compõem o complexo judicial marcado por elementos arquitetónicos que estabelecem momentos de articulação com o espaço urbano que circunda o quarteirão.

No limite sul-nascente do quarteirão, e numa situação de gaveto com as ruas João Machado e Figueira da Foz, surge um volume que parece levitar sobre o complexo orgânico que se funde com o solo no piso térreo (figura 72). A tensão entre estas duas entidades formais, espaciais, mas igualmente funcionais reforça, sublinha e sublima o momento de transição entre a cidade e a interioridade do quarteirão. A combinação do peso do volume superior que desafia a gravidade e a libertação de massa no seu vazio central torna este momento de transição mais impactante. Este vazio envidraçado, permite ao utente e ao cidadão, penetrar visualmente na dinâmica formal e espacial do volume suspenso, que reserva para si o ato da consumação da prática da justiça. Reproduzindo o recorte do claustro do Colégio de São Tomás, atual Palácio da Justiça, este negativo cubico suspenso no volume principal do complexo, recebe uma das circulações principais que encaminha para as salas de audiência, espaços principais do complexo.

A conexão espacial de ligação entre o piso térreo e o volume suspenso é concretizada por uma escadaria monumental e que conduz a momentos de enquadramento com a envolvente próxima. Este revisitar do contexto local alcança-se através do desfasamento entre o piso térreo e o volume suspenso e do rasgo horizontal que este último incorpora. As alturas dos edifícios que lhe são adjacentes, procuram um diálogo com o edificado circundante e promovem o intencional controlo da escala.



3.3. O programa: Organização espacial do Complexo do Tribunal da Comarca de Coimbra

O programa que suporta o desenvolvimento da proposta para albergar o Tribunal da Comarca de Coimbra é constituído pelos seguintes grupos funcionais:

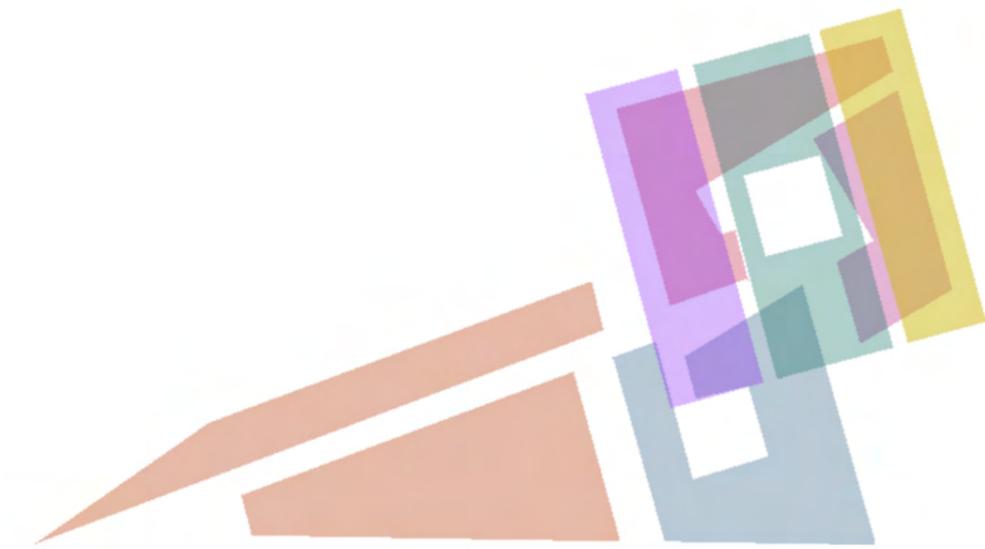
- Juízo cível;
- Juízo de trabalho;
- Juízo de Comércio;
- Juízo de Família e Menores;
- Departamento de Investigação e Ação Penal,
- Registo civil e de Notariado.
- Administração, gestão e arquivo do Tribunal

No *anexo 3* encontra-se uma listagem de todas as exigências programáticas que importa considerar para cada um dos espaços a criar e as áreas mínimas a lhes serem atribuídas, cedida pelo Conselho de Gestão da Comarca de Coimbra e pelo Instituto dos Registos e do Notariado.

Neste subcapítulo são aprofundados dois conceitos: um referente à hierarquização dos espaços e outro referente ao valor simbólico do tribunal como instituição pública em que a escala e proporção são fatores determinantes da identidade do objeto arquitetónico a propor.

O intuito de projeto consistiu na imersão do utilizador no complexo procurando uma inteligibilidade para o espaço que promova uma apropriação fácil e eficaz do ponto de vista do cidadão. Numa aproximação a este objetivo o espaço público e privado recebeu tratamento distinto.

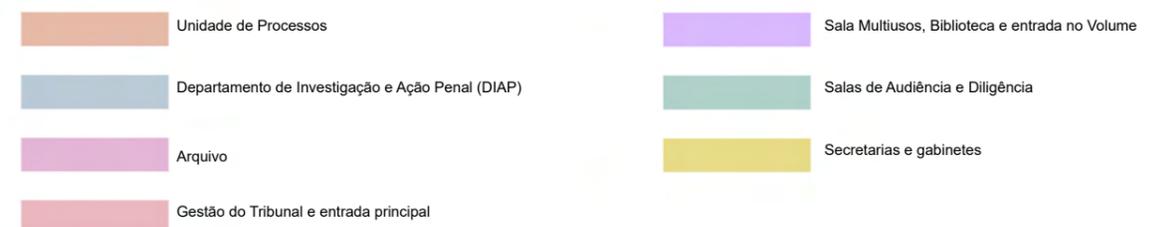
Tendo em conta este conceito de divisão, mas igualmente de complementaridade entre parcelas públicas e privadas, começou-se por perceber a dimensão dos espaços a criar e de que forma é que estes se poderiam articular. Considerando os Juízos Cível, de Trabalho e de Comércio, o Juízo de Família e Menores, o DIAP (Departamento de Investigação e Ação Penal) e o Instituto do Registo e Notariado, como núcleos funcionais principais, desenvolveram-se esquemas e organogramas (figura 76) que traduziram a proporcionalidade da área útil de cada núcleo e, numa perspetiva de desdobramento, os grupos de espaço que lhes são subordinados. Para além duma perceção de proporcionalidade entre núcleos funcionais, estes esquemas iniciais deram oportunidade de fixar a localização relativa dos espaços uns em relação aos outros, condição para se iniciar um pensamento que refletisse no modo de formalizar as articulações espaciais. Através de um gráfico resumi-



pisos superiores



piso 0



2 sala de Deligências

2.3- Instrução criminal

4 Unidade de Processos

4.1- Balcão e central

3 Gabinetes

3.2- Secretariado

5.Espaços Comuns

5.2- Átrio de Entrada

5.5- Núcleo de Celas (DIAP)

5.6- Copa

5.7- Economato

5.8- Espólio

5.9- Sala Multiusos

5.13- Balneários

5.14- Refeitório

5.15- Garagem

7 Gestão do Tribunal

7.1- Sala de Apoio Técnico

7.2- Sala de Reuniões (sede)

7.3- Gabinete

7.4- Secretariado

7.5- Arquivo

8 Registo e Notariado

8.1- Atendimento

8.2- Sala de Atos

8.3- Atendimento Privado

8.4- Gabinete

9.1- Gabinete do Conservador

9.2- Secretaria

10 Arquivo

10- Recepção

10.1- Arquivo

10.2- Antecâmara de controlo de Segurança

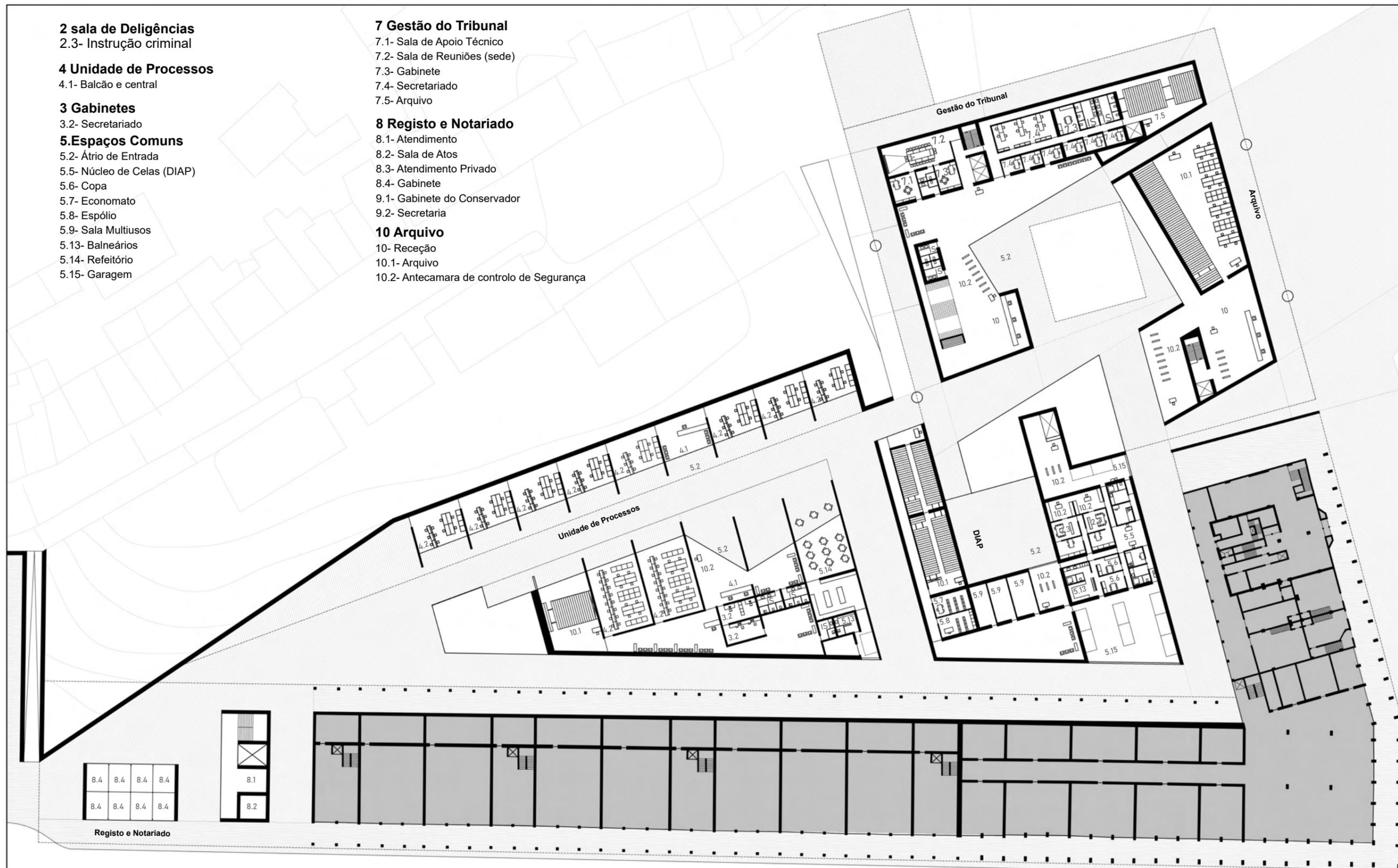


Fig.79- Planta piso 0 com legendas. escala 1.700



do (Figura 77) que traduz as dimensões e o carácter dos espaços do programa atribuído, conseguiu traduzir-se as áreas totais dos espaços disciplinados por categorias funcionais: Espaços comuns (2977m²), Audiências (2122m²), Diligências (558m²), Serviços do Ministério Público (94m²), Secretaria Judicial (358m²), Serviços ligados à Família (38m²), Conselho de Gestão (130m²) e Gabinetes (1004m²). Este elemento gráfico permite ainda verificar o peso relativo que cada categoria funcional tem no cômputo global do edifício a propor.

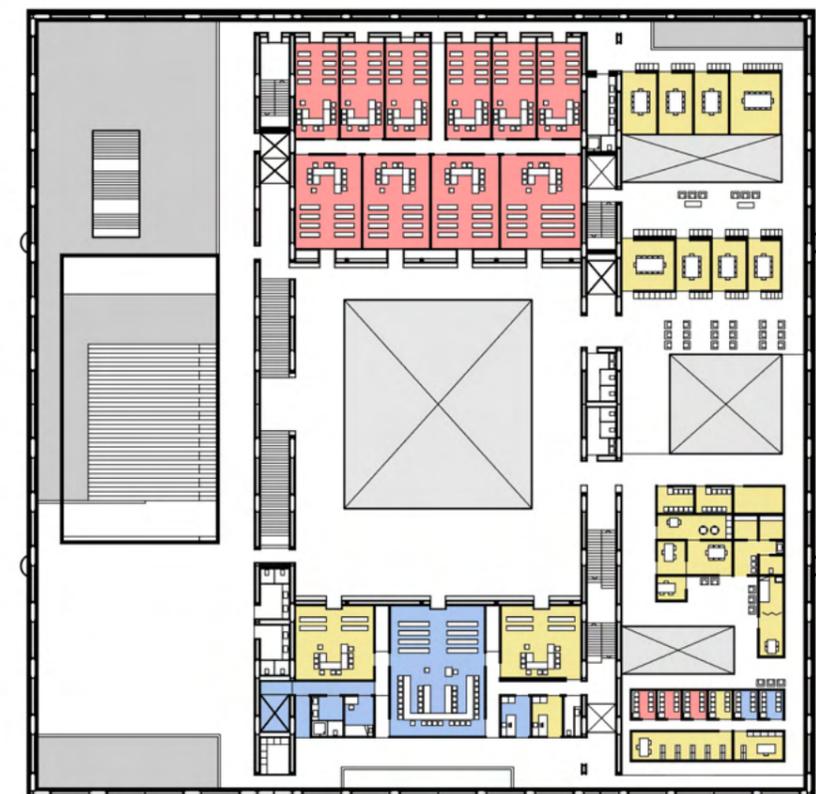
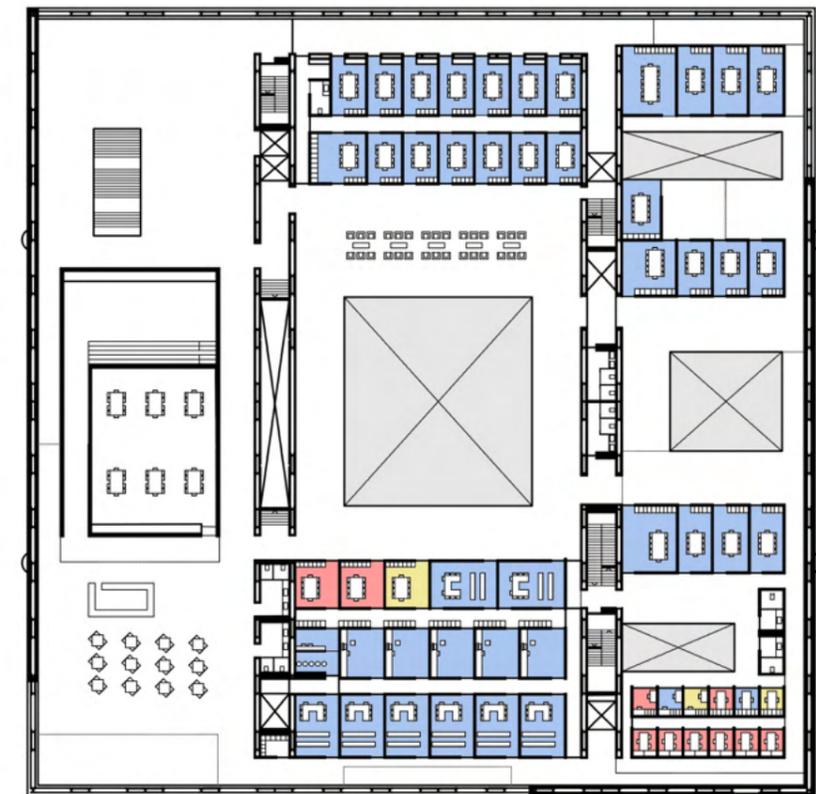
Baseado na hierarquização dos espaços e na forma fracionada do complexo, resultante dos alinhamentos envolventes, os espaços criados estão vinculados a categorias funcionais distintas. Sendo que o critério de organização do espaço não decorreu unicamente de uma hierarquia de apropriação dos cidadãos, comprometeu-se igualmente com a maior ou menor independência entre serviços ou de espaços.

O piso térreo incorpora as zonas de carácter mais público do complexo onde estão acomodadas zonas de serviço. Desta forma, é dado espaço e instalada a unidade de processos, a gestão do tribunal e o DIAP (Figura 78).

Incorporada neste nível, a unidade de processos encontra-se fragmentada pelo eixo central do quarteirão que facilita o atravessamento do mesmo e oferece a oportunidade de usufruir de várias secções que compõem o referido grupo funcional.

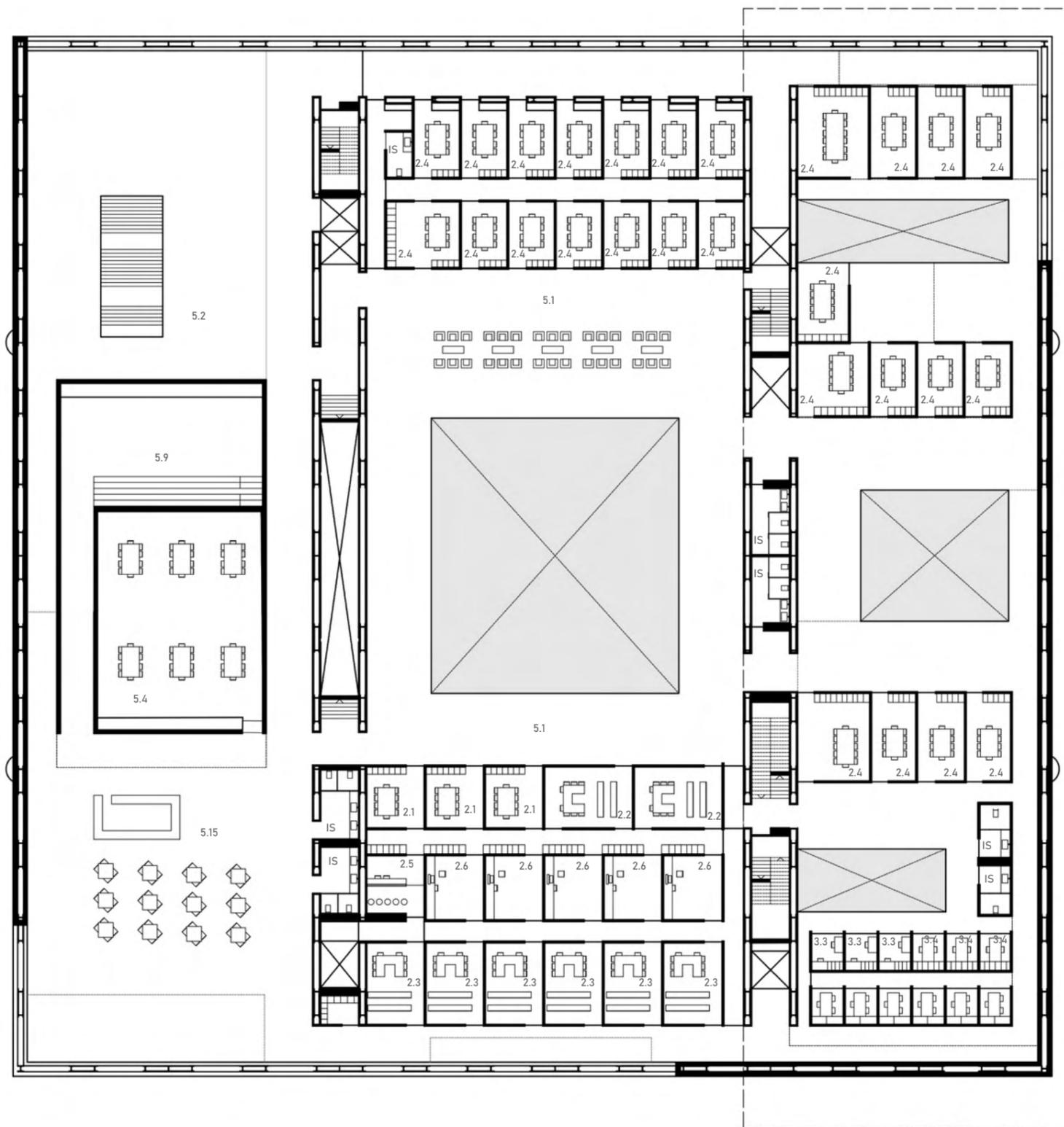
Os traçados dos percursos no interior do quarteirão foram desenhados com o intuito de valorizar o enquadramento com as funções implantadas e o contraste entre o edifício proposto, com as suas coberturas em pendente e ajardinadas, e os edifícios existentes que estabilizam morfologicamente os limites do quarteirão.

Os espaços afetos ao DIAP (figura 79) estão dispostos na sua totalidade numa articulação com o piso térreo, existindo, no entanto, uma coluna vertical de acessos (composta por ascensores e caixa de escadas) que possibilita a conexão deste serviço com as salas de audiência localizadas no piso dois do volume principal suspenso. A solução congemina para a organização dos serviços do DIAP propõe a partilha do núcleo de celas e correspondentes espaços de apoio com os juízos integrados no tribunal.

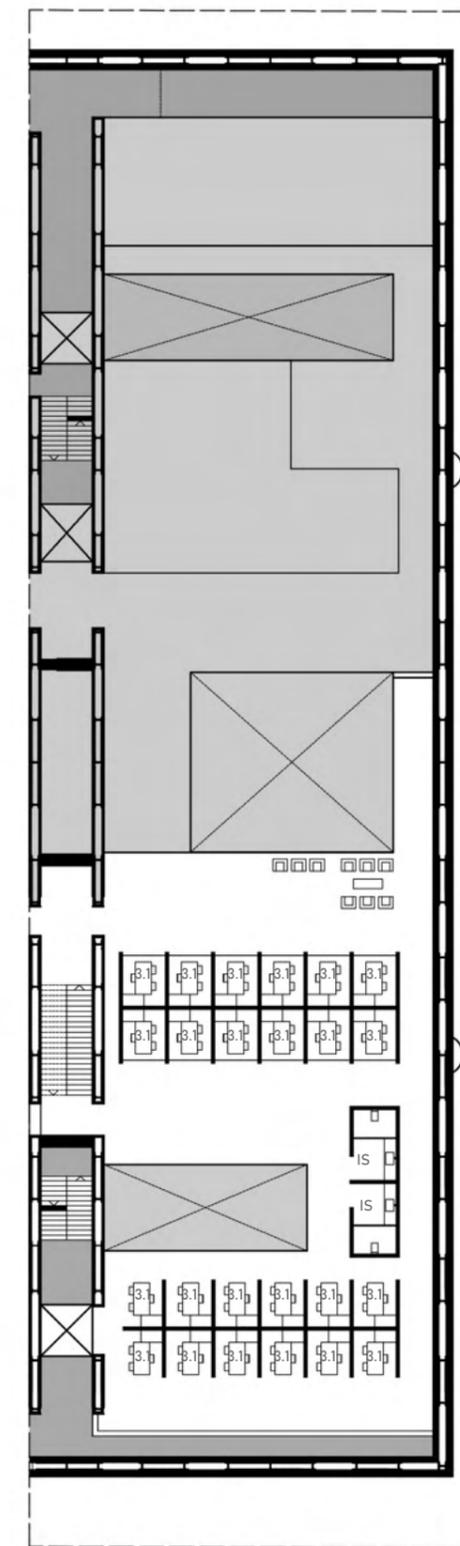


Central Cível | Local Cível | Comércio | Execução de Penas
Jizo Família e Menores
Departamento de Investigação e Acção Penal

Fig.80- Diagrama de cores, divisões pertencentes aos juízos, piso 1 em cima, piso 2 em baixo



Piso 1



Piso intermédio 1

2 sala de Deligências

- 2.1- Audências Prévias
- 2.2- Debate Instrutório
- 2.3- Instrução Criminal
- 2.4- Ministério Público
- 2.5- Reconhecimento Visual
- 2.6- Vídeoconferência

3 Gabinetes

- 3.1- Magistrado
- 3.3- Informático
- 3.4- Telefonista

5 Espaços Comuns

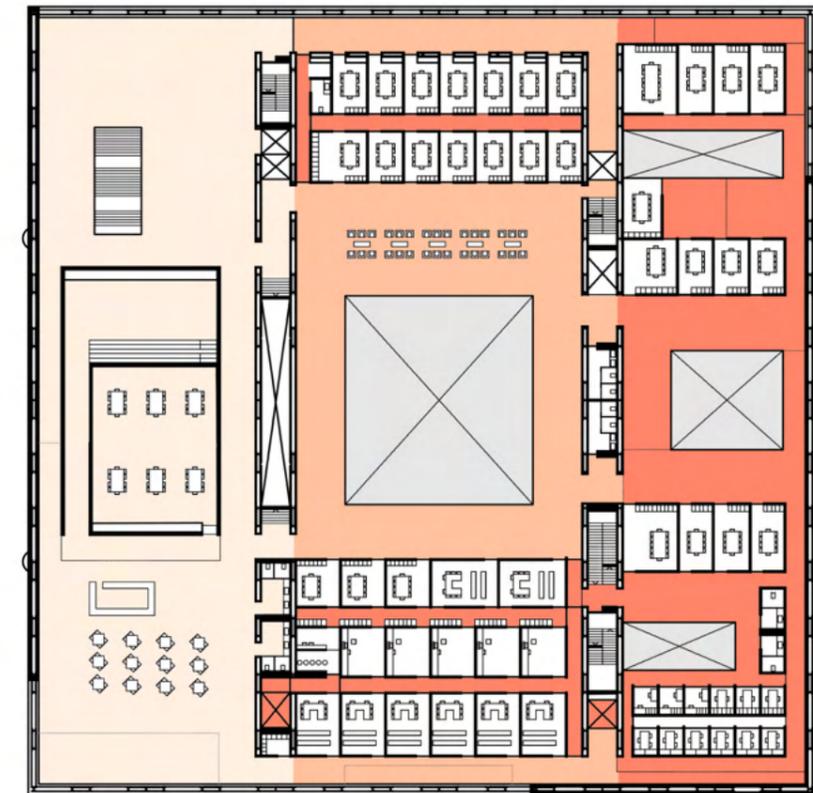
- 5.1- Átrio de Audiências
- 5.2- Átrio de entrada
- 5.9- Sala Multiusos (Auditório)
- 5.10- Sala Mandatários



Entre este grupo funcional de espaços e salas de audiência, é salvaguardado como estritamente interno aos serviços e privado, isto é, sem qualquer contacto com áreas coletivas ou comuns. Este percurso incorpora a coluna de acesso vertical e permite conduzir o mais diretamente possível o arguido até à sala de Audiência (figura 80). Este sistema de mobilidade vertical também se destina aos funcionários que exercem as suas atividades no âmbito da estrutura organizativa do tribunal.

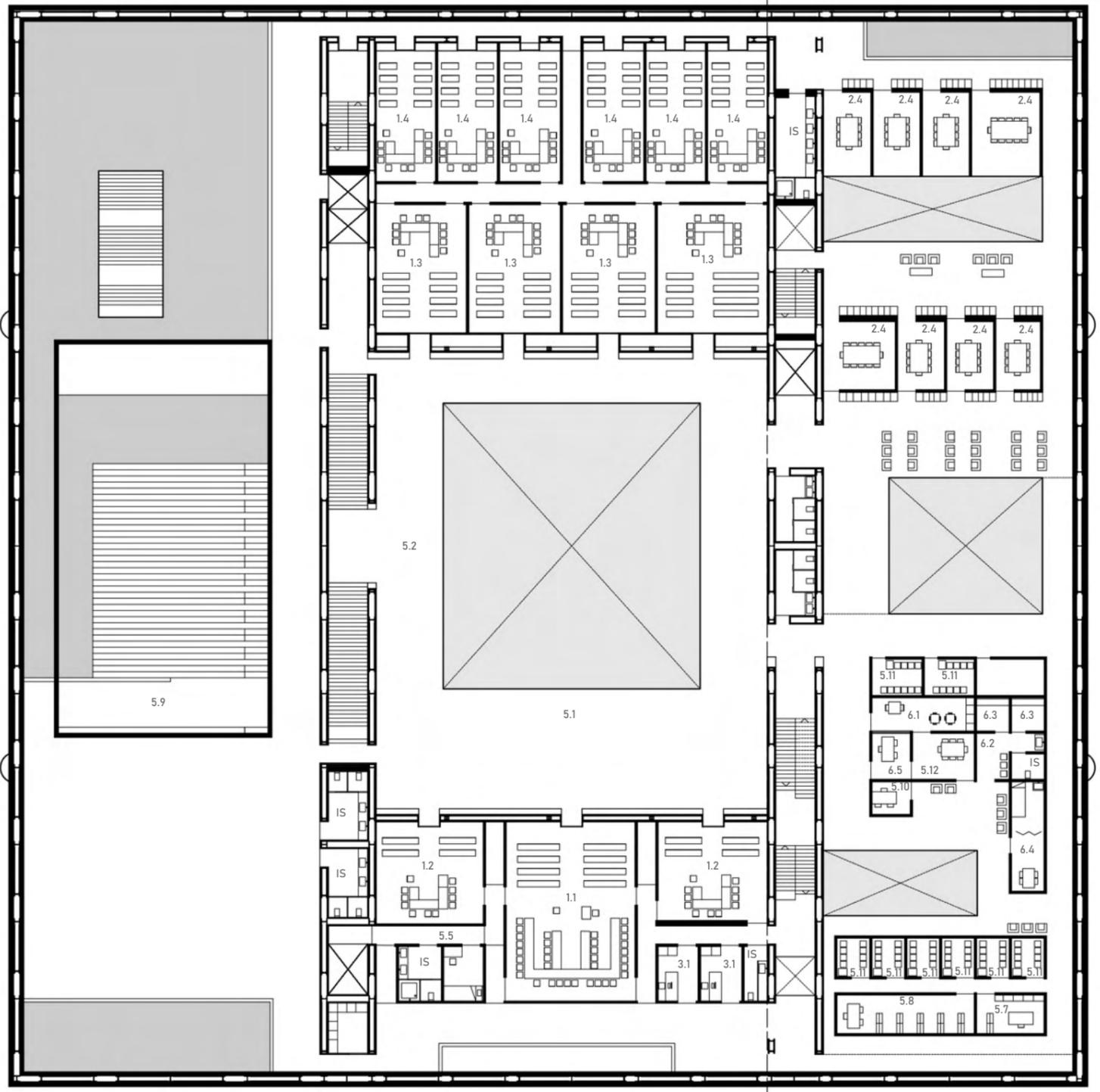
O volume principal em levitação assume o papel principal no complexo judicial, tanto pelas funções que acomoda como pelo seu caráter de valor representativo e identitário do tribunal. Trata-se de um volumoso corpo branco perfurado por vazios em torno dos quais se estruturam as funções mais relevantes num desenvolvimento preponderante de dois pisos.

Em planimetria horizontal, da distribuição programática concretiza-se em três sectores: um primeiro, de apropriação pública contempla o momento de chegada, um amplo espaço que integra a escadaria monumental e um rasgo que permite revisitar a envolvente próxima e um enquadramento particular com a Igreja de Santa Justa (figura 81); este sector incorpora ainda um auditório, biblioteca e um espaço de café como forma de promover a socialização principalmente entre utentes. O segundo sector ocupa a área central do volume e organiza-se em torno de um vazio que faz penetrar a luz natural até ao piso térreo. Nos pisos superiores, numa justaposição a este vazio, foi definido um sistema misto de circulação e espaços de espera que antecedem a entrada no programa mais distintivo do tribunal, as salas de audiência. Estas são de três tipos e apresentam uma variação dimensional - Tipo 1 (100 m²), Tipo 2 (50 m²), Tipo 3 (45 m²) - e são acompanhadas por um conjunto de espaços de apoio com funções associadas ao juízo (figura 83). O terceiro sector disciplinado a partir de três perfurações do volume acomoda as várias secretarias de apoio aos juízos Cível, Criminal, de Trabalho e de Comércio e comporta ainda o gabinete de todos os Magistrados, posicionados de modo a facilitar a aproximação às salas de audiência.

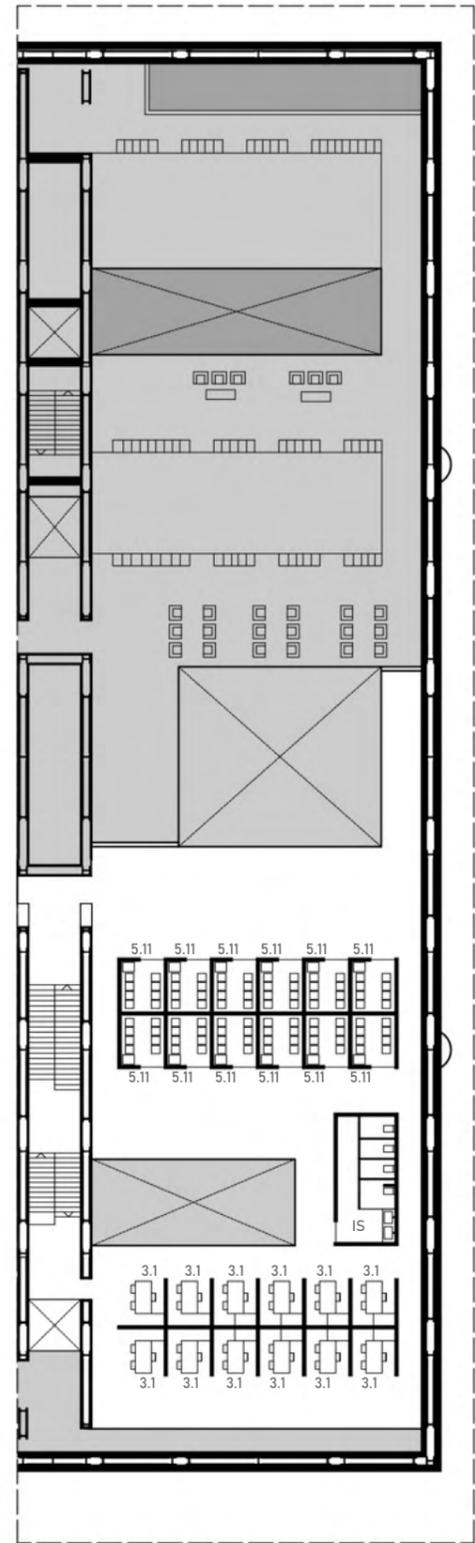


Público
Semipúblico
Restrito

Fig.82- Diagrama de cores de níveis de privacidade piso 1 em cima e piso 2 em baixo



Piso 2



Piso intermédio 2

- 1 sala de Audiências**
- 1.1- Tipo 1 (modular grande)
- 1.2- Tipo 2 (modular)
- 1.3- Tipo 3 (genérica)
- 1.4- Tipo 4 (não criminais)
- 2 sala de Diligências**
- 2.4- Ministério Público
- 3 Gabinetes**
- 3.1- Magistrado
- 5 Espaços Comuns**
- 5.1- Átrio de Audiências
- 5.2- Átrio de entrada
- 5.7- Economato
- 5.8- Espólio
- 5.9- Sala Multiusos (Auditório)
- 5.11- Sala de testemunhas
- 5.12- Sala Técnica
- 6 Espaços Específicos**
- 6.1- Espaços de apoio à família
- 6.2- Núcleo de detenção de menores
- 6.3- Sala de detenção de menores
- 6.4- Sala de exames médicos



Circulação

Segundo o documento da Direcção-Geral da Administração da Justiça de *Normas Reguladoras das condições de instalação e funcionamento para edifícios de Tribunais* "O edifício deve garantir a segurança de todos os seus utilizadores. O equilíbrio entre a segurança e a privacidade dos utilizadores e, paralelamente, a sensação de espaço público, são o grande desafio. Para tal, é essencial garantir as circulações corretas.

Consideram-se duas circulações obrigatoriamente distintas, circulação pública e circulação privada, existindo ainda, em algumas situações, dois níveis diferenciados dentro destas."

A circulação escolhida para o complexo (figura 82), tornou-se uma das mais importantes tarefas a definir no processo deste projeto. A intenção de fazer imergir o utilizador no espaço da justiça em paralelo com o rigor imperativo da separação de acessos para a proteção e segurança de todos os intervenientes, constituiu um grande desafio no processo da realização do projeto do Tribunal. Foram então implementadas estratégias que facilitassem a deslocação de todos os intervenientes processuais e utilizadores do complexo.

Os acessos que servem de transição do exterior para o interior de cada edifício são protegidos com postos de segurança criando antecâmaras para o efeito no momento de chegada. Posteriormente, a proximidade das divisões com a entrada, determina a posição das mesmas, atribuindo uma sequência de espaços desde as divisões de carácter público às divisões de carácter privado.

A Direcção-Geral da administração da justiça, no documento de *Normas Reguladoras das condições de instalação e funcionamento para edifícios de Tribunais*, também refere que: "*Existem espaços onde o acesso do público será restrito, normalmente onde ocorrem diligências para as quais os utentes são convocados, devendo por isso existir uma circulação diferenciada entre a zona pública geral e esses espaços, a qual se considera circulação de público restrito."*

No volume suspenso, do qual fazem parte as divisões de maior importância, existiu uma necessidade acrescida tanto no controle de segurança como na divisão de percursos. Nesta medida, surgiu um percurso de carácter mais público, situado no perímetro interior pertencente ao núcleo do volume, e outro de carácter privado pertencente ao perímetro circundante ao volume. Baseado na interação de cada divisão, foram surgindo percursos de ligação direta interna entre estes dois principais de distribuição. Desta forma, as divisões funcionam como núcleos hierarquizados, de fácil deslocação tanto do utente do Tribunal como dos seus funcionários.

"(...) um tribunal não é apenas um conjunto de salas, de corredores ou de entradas. É, sobretudo, um espaço social e emocional, na medida em que a organização física do espaço do Tribunal transmite mensagens não-verbais de conteúdo social e psicológico aos seus utilizadores." (Branco, 2015)

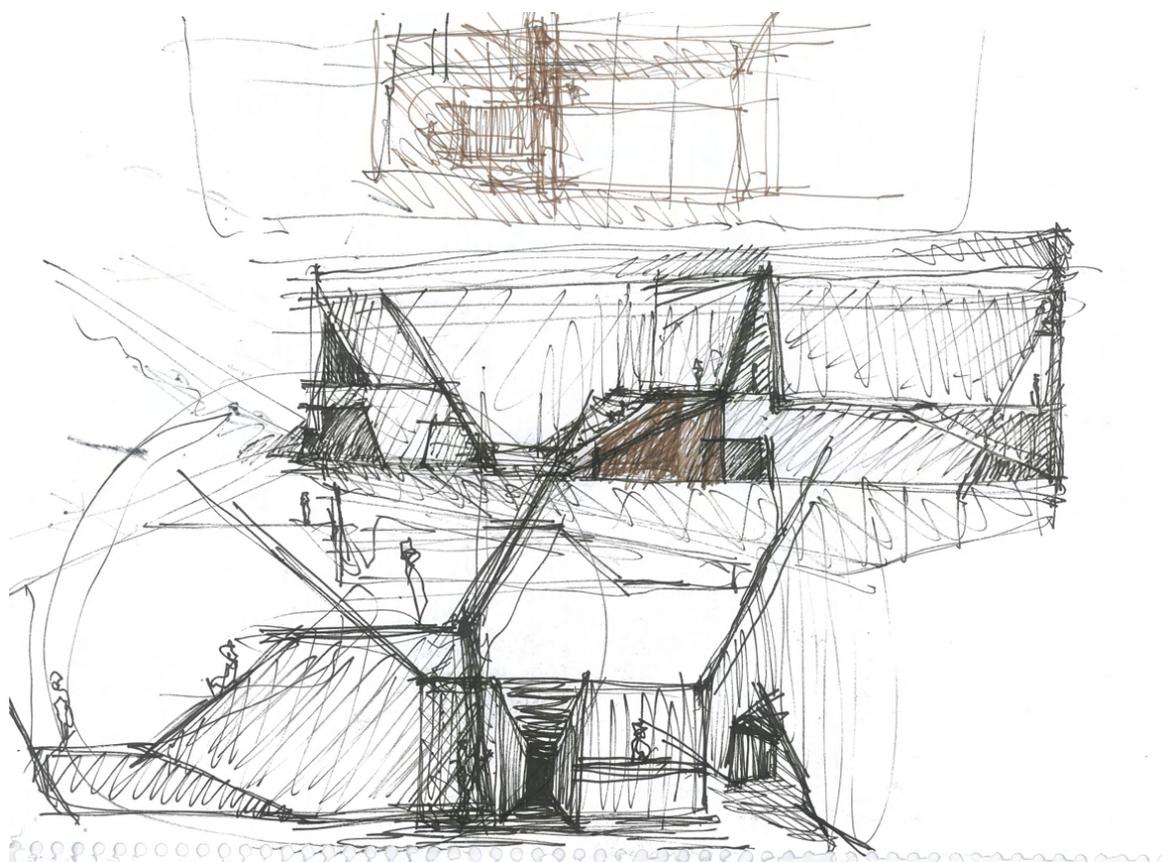


Fig.84- Esquisso de cortes e vistas interiores

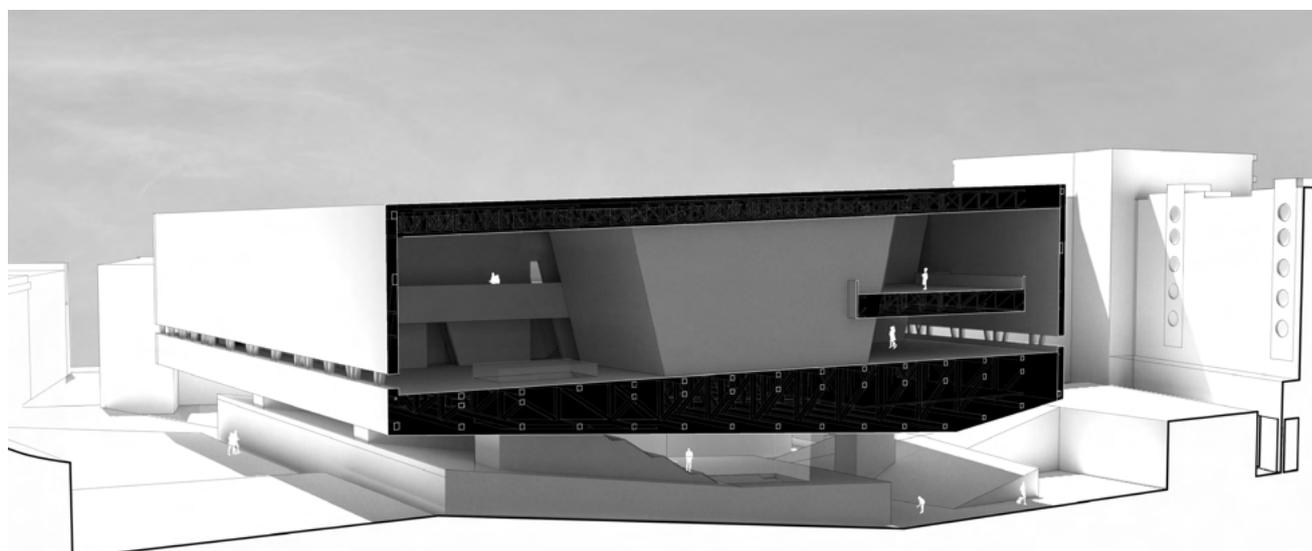


Fig.85- corte perspectivado A'

3.4. A justiça: O desenho do espaço

O homem é constantemente confrontado com diferentes e novas realidades perante a arquitetura, apoderando-se dos seus sentimentos, oferecendo-lhe experiências e lembranças, respondendo às suas necessidades. A proposta para realizar um complexo judiciário não poderá exigir menos que isso, um lugar onde se gerem sentimentos, emoções e onde se aplica a justiça de forma rigorosa de acordo com os cânones democráticos e da separação dos poderes presidencial, executivo e judicial. Com isto, foi feita uma compilação de dois momentos distintos presentes na história da justiça e no seu significado, resultando num volume de expressão formal avassaladora vinculando a primazia do ato da justiça.

O volume principal, suspenso sobre os edifícios do piso térreo, alberga um conjunto de detalhes pensados na simbologia do poder e na sua mensagem não verbal. A sua forma geometricamente regularizada e o momento de chegada, composto por uma escadaria dramaticamente monumental, estabelece a aproximação aos ambientes onde se desenrolam sob uma área de proteção divina à prática da justiça. A sua simetria e organização tripartida no que respeita a uma ordem de apropriação do edifício, remetem para uma mensagem inerente à função social do tribunal e para o representar como valor simbólico de aplicação dos regimentos judiciais. No mesmo sentido, o seu afastamento do nível do solo, criando um momento de aparente levitação, para além de estabelecer uma separação entre o que é do domínio público e o que se circunscreve ao domínio privado, convoca uma ideia de sublime para a prática do ato de justiça, em que a aproximação da esfera do divino torna o ato mais rigoroso, credível ou isento de erro. Esta transposição do ato da justiça para um nível mais elevado cria um contraponto relativamente ao nível do pulsar da cidade, rés-do-chão, onde os conflitos e os atropelos aos regimentos que organizam as relações entre os cidadãos são postos em causa em muitas situações.

No interior a cor branca domina, procurando-se conformar um ambiente neutro, sóbrio, condição inspiradora para que se faça a justiça de forma isenta, clara, em que todos os intervenientes, independentemente do seu estatuto, tenham a oportunidade de esclarecer a questão judicial em discussão. Os pés-direitos generosos e os extensos planos verticais ou inclinados (figura 85) acentuam carácter que se pretende alcançar para o espaço interior.

A organização espacial do edifício estrutura-se em três sectores desenhados a partir de uma modelação rigorosa (figura 86) que se ajusta às hierarquias dimensionais compatibilizadas à atividade a desenvolver em cada espaço. Um sistema de percursos disciplinados separados por circuitos privados e públicos, transfor-

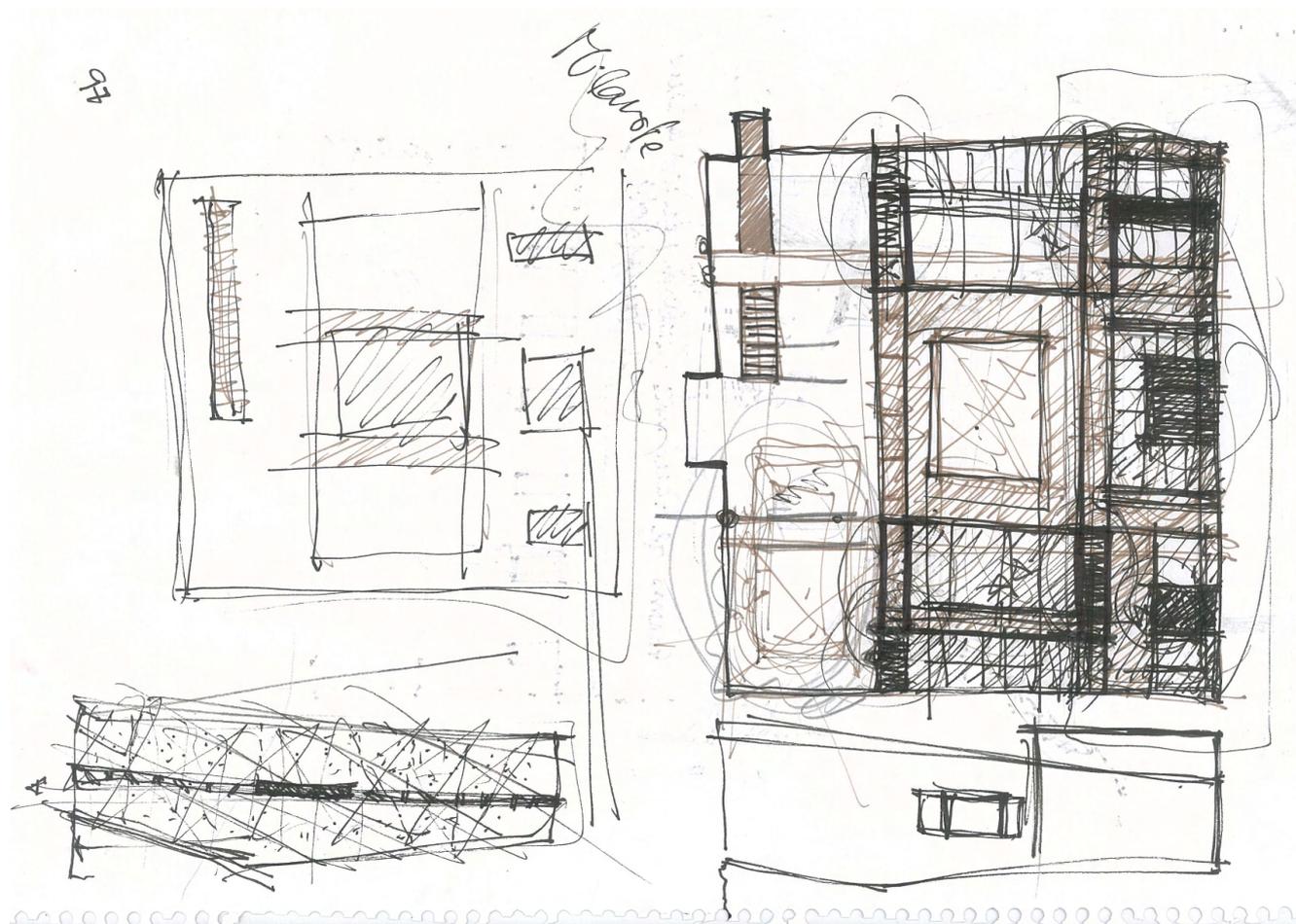


Fig.86- Esquisso de planificação de pátios, divisões do secretariado, circulação e alçados

mam o volume em um sistema compositivo abstrato, um ambiente fluído e inteligível.

As salas de audiência encontram-se no último andar, aquele mais próximo do *Céu* e o mais longe da *Terra*, estabelecendo-se aqui uma analogia ao Pelourinho, primeiro objeto associado ao momento de concretização do ato de justiça, como se se tratasse de uma ação divina. Estas, posicionam-se numa relação entre percursos públicos, semipúblicos e restritos numa secção central da divisão tripartida em planta e encontram-se divididas por necessidade de área a cumprir. Da mesma forma, conforme o documento disponibilizado pela direção-geral da Administração da Justiça, estas salas com maior papel de relevo de todo o complexo são acedidas por zonas laterais dedicadas a funcionários e, separadamente, pelo réu. A porta de entrada principal, ocupa uma posição a eixo, virada para o cubo envidraçado ao encontro do percurso também ele central. A sala principal ocupa um lugar central em secção horizontal do volume e contém ainda percursos para as áreas mais restritas de apoio à sala, assim como gabinetes e uma área dedicada ao réu.

O grande desafio é conduzir com sensatez, o usufruidor no espaço, tendo em conta que pertencerão a vários grupos profissionais e a fases processuais distintas os seus intervenientes. Um espaço público desta natureza, que se deve abrir a todas as culturas e aos mais diversos credos, tem como objetivo projetar serenidade a todos os seus usufruidores e transmitir confiança no poder institucional da justiça, consagrando na constituição da República Portuguesa. Apesar dos tribunais estarem associados a um estigma social vinculado à ideia de condenar ou reprimir, é essencial reverter esta perceção e transmitir a convicção de que este complexo ou qualquer outro complexo judicial salvaguardem o bem estar das pessoas através de um exercício de verificação de regras pré-estabelecidas de acordo com o regimento jurídico, a lei fundamental da nação.

São duas maneiras distintas no funcionamento, na imagem e na organização do edificado, que definem os serviços judiciais na contemporaneidade e que inspirou nalguns dos princípios de formação dos espaços de Justiça pertencentes à história.

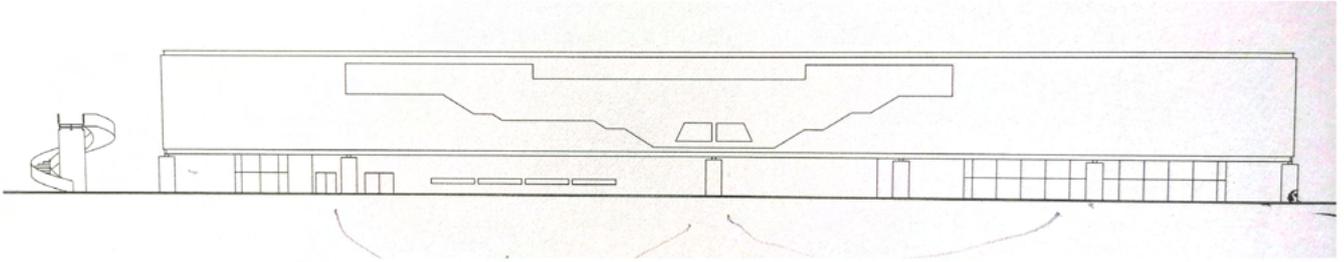


Fig.87- Alçado Sul do Museu Nacional dos Coches

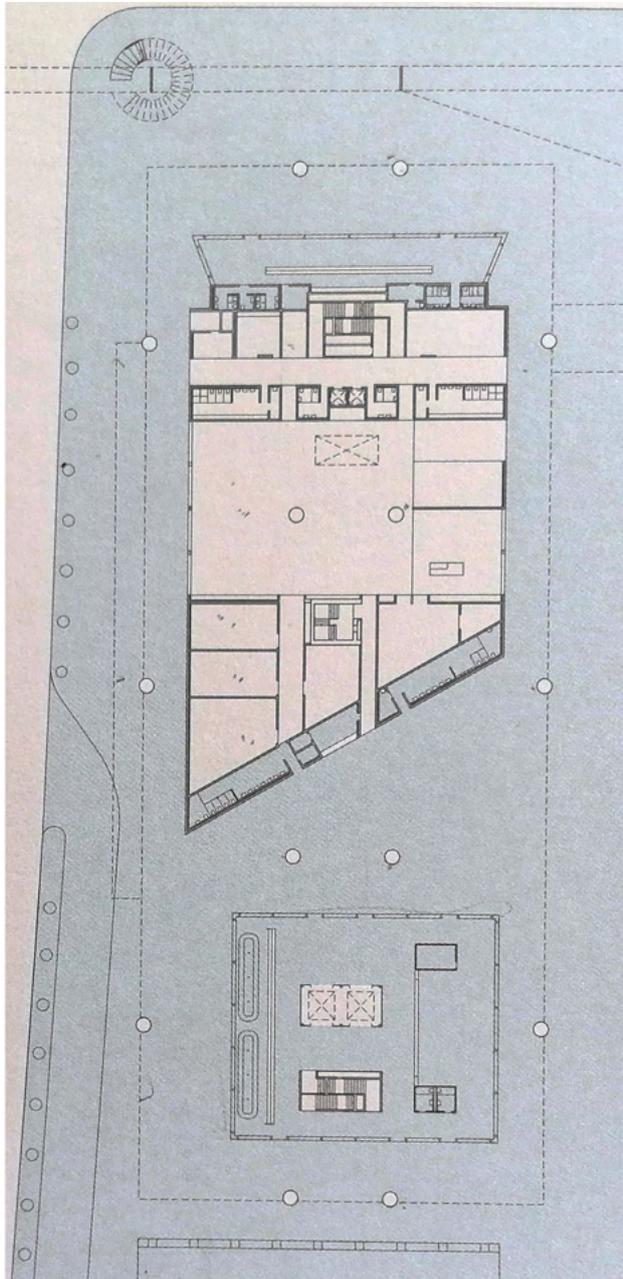


Fig.88- Planta piso 0 do Museu Nacional dos Coches

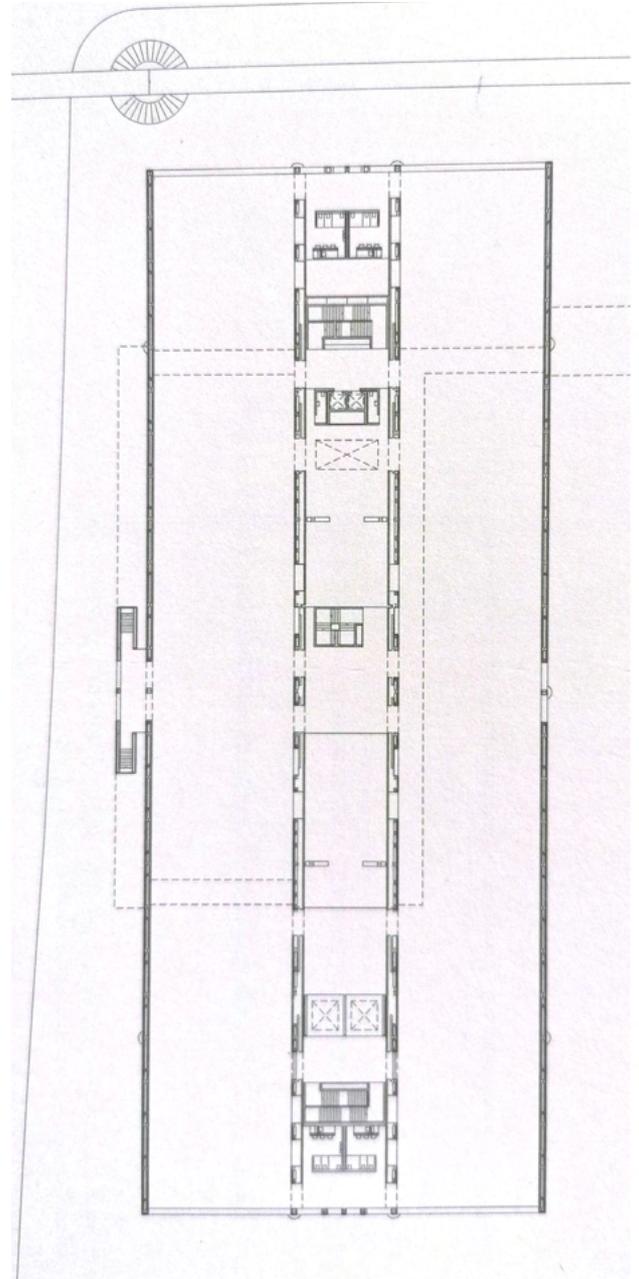


Fig.89- Planta piso I do Museu Nacional dos Coches

3.5. Construção e espacialidade

“Forma e construção, aparência e função já não podem ser separadas. Pertencem um ao outro e formam um todo.” (Zumthor, 2003)

A definição material e construtiva deste complexo, compromete-se com os conceitos de projeto dos pontos anteriores que constituem o terceiro capítulo. A ideia de dilatar o espaço urbano da cidade para o interior do quarteirão, introduzindo uma densificação do edificado numa relação de continuidade com a *baixinha*, e o conceito de acomodar o ato primordial da justiça num patamar mais elevado, volume em aparente levitação, criaram dois momentos com identidades construtivas e estruturais díspares na proposta.

O primeiro momento, agarrado ao solo, com desenvolvimento no piso térreo, de atravessamento urbano e onde se instalaram os serviços judiciais, são organizados por modelações espaciais e métricas compositivas ajustadas à natureza funcional das atividades a enquadrar em cada espaço, encontra na capacidade técnica e na expressão do betão armado, os valores estéticos e construtivos que se pretendem aprofundar. Um conjunto de paredes e lâminas portantes de betão armado estabelecem um sistema de organização dos espaços interiores e exteriores onde a lógica do desenho busca acentuar a percepção de solidez, de robustez, como condição referenciadora da instituição a representar. A definição de um edificado denso, pesado, que emerge do solo, como dele brotasse é reforçado pela incorporação de coberturas com suporte verde. Esta reinterpretação do natural, convida à apropriação dos cidadãos e contribui para a qualificação do ambiente do interior do quarteirão nomeadamente no que respeita ao conforto multissensorial e térmico.

O segundo momento, convoca a ideia de leveza como contraponto à noção de gravidade. É deste confronto que surge o conceito de levitação. Perseguir este *efeito* de percepção de volume que aparenta flutuar sobre um conjunto de edificado que se dispõe ao nível do frenezim da cidade, piso térreo, constitui o desafio para a definição construtivo. Esta sensação de elemento que paira decorre da intencionalidade de desenhar o objeto arquitetónico de modo a aludir a uma solução rarefeita de pontos de transmissão dos impulsos verticais ao solo e do controlo das perspetivas que o observador possa ter sobre o volume. Um aspeto fundamental para alcançar-se a percepção formal pretendida depende diretamente da conceção e da geometria do sistema estrutural (figura 90).

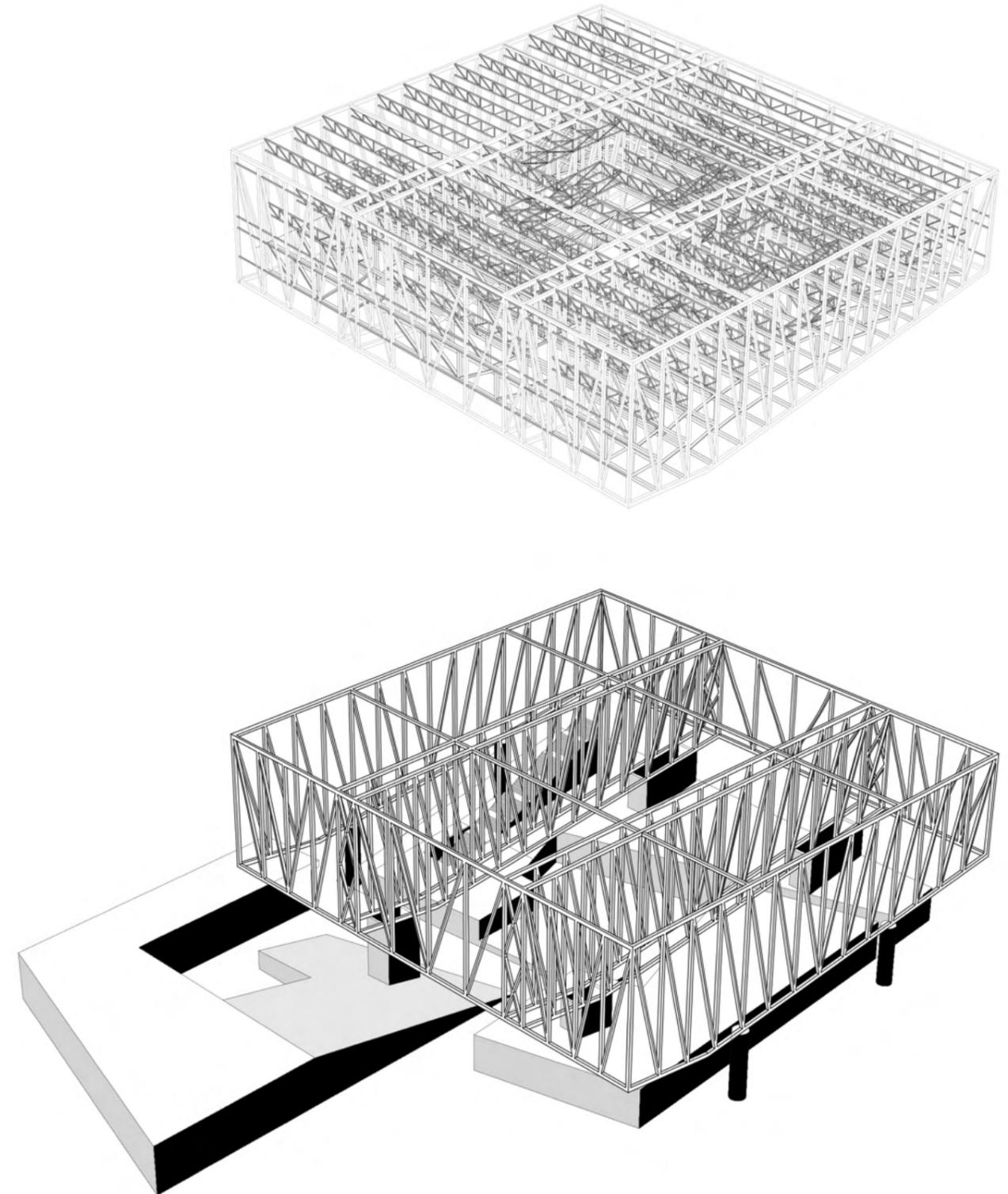


Fig.90- Mega estrutura e apoios do piso térreo da proposta do Tribunal

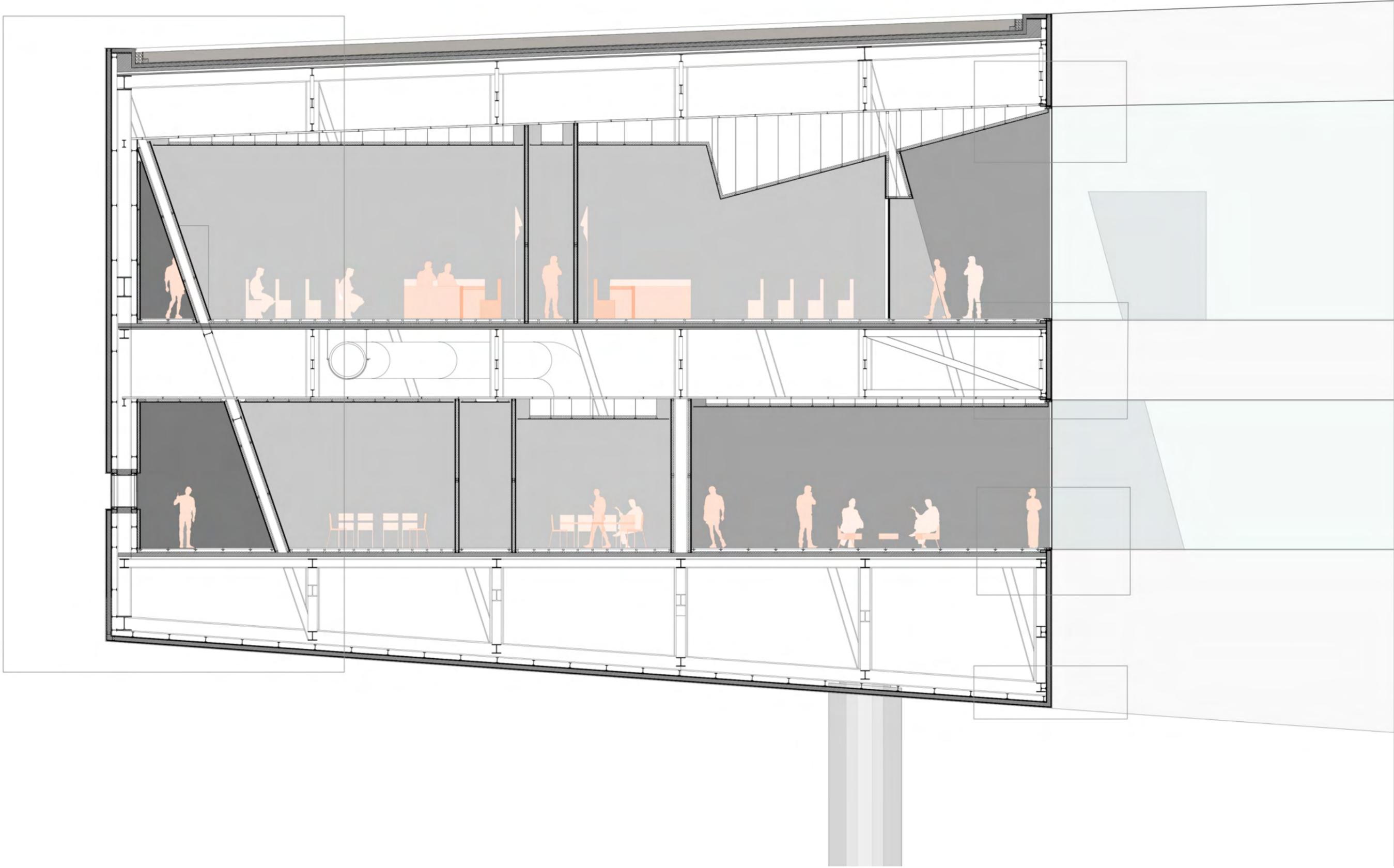


Fig.91- Corte constructivo escala 1.100

Foi da maior importância para a definição do princípio de desenho da estrutura assumir como caso de referência o edifício mais longilíneo do conjunto edificado que constituiu a ampliação do Museu Nacional dos Coches, da autoria do arquiteto Paulo Mendes da Rocha.

Trata-se de um volume branco levantado do chão 6 metros (figura 87) com desenvolvimento formal que assume paralelismo com a Avenida da Índia. Extenso, de fachadas cerradas com 12 metros de altura, pontuado por vãos, é suportado, nas suas fachadas mais longas, por pilares, dispostos num compasso de 42 metros (figura 88). Nas suas extremidades, o volume balança 21 metros, tornando mais delicada a sua relação com o solo e aduzindo uma sensação de leveza. O volume encerra um grandioso espaço interior vocacionado para a exposição de coches. Este foi disciplinado em três alas de 128 metros de comprimento, duas laterais com 20 metros de dimensão transversal e uma central com 10 metros. Na concretização deste espaço interior volumoso a estrutura assume um papel de relevo. Quatro mega treliças metálicas a todo o comprimento do espaço interior e com a altura da fachada, são complementadas por duas de topo e um sistema de outras treliças de menor dimensão que fazem os travamentos das principais e que constituem os elementos portantes do piso e da cobertura definindo a matriz construtiva de base. Aqui fez-se corresponder a amplitude do espaço a um sistema estrutural de escala, igualmente magnífico (figura 89).

No contexto do complexo edificado do Tribunal, e em particular do volume suspenso, procurou-se reinterpretar a amplitude espacial, considerando a organização tripartida do volume e a sumptuosidade da grande estrutura com proposta para minimizar os pontos de apoio ao solo. Neste enquadramento conceptual, desenhou-se uma estrutura com dois eixos principais cada um definido por duas treliças. A duplicação das treliças relaciona-se com a necessidade de acomodar os acessos de serviço e de criar um momento de maior densidade estrutural para conectar com os apoios de betão em zonas não periféricas do volume. Estes dois eixos articulam-se com duas treliças em fachadas opostas que por sua vez se ligam a outras duas das fachadas Norte e Sul, estas complementadas por pilares (figuras 91 e 92). O sistema estrutural completa-se com a

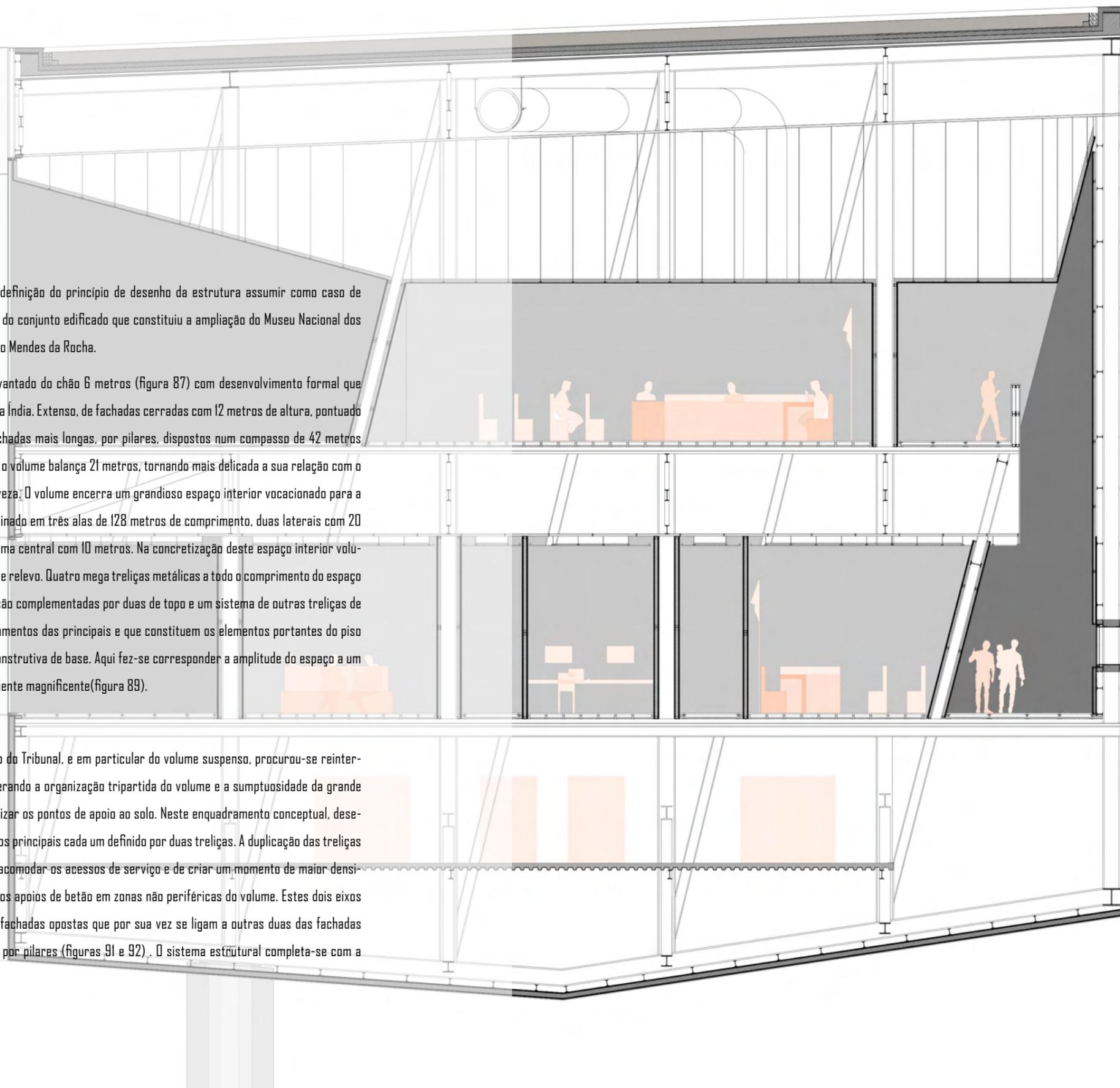




Fig.93- Corte perspectivado da secção das secretarias

disposição de vigas treliçadas na perpendicular das treliças principais com um compasso de aproximadamente 5 metros e uma altura de 1,80 metros, ajustada aos vãos que vencem (figura 94). Excepcionalmente no piso térreo, a dimensão vertical das vigas treliçadas, sofre um aumento com o objetivo do volume suspenso comprimir o edificado que se desenvolve no piso térreo (figura 93).

Este intencional gesto formal criou a oportunidade da definição de um piso técnico, espaço servidor de todos os outros espaços servidos, no que respeita à instalação de um incomensurável número de redes infraestruturais imprescindível ao bom funcionamento do novo complexo judicial. Neste espaço servidor, para além das instalações das redes infraestruturais - de abastecimento de água e de energia elétrica, de telecomunicações, de ar condicionado, de ventilação forçada, de combate a incêndio, de aquecimento de águas sanitárias, de redes prediais de esgotos, de organização de cabelagem para os sistemas de vigilância e de informação, etc. - propõem-se a localização de equipamentos de várias instalações e de espaços de controlo e monitorização das mesmas. A relevância deste piso térreo prende-se, ainda, com o retirar de pressão sobre a cobertura, para instalação de equipamentos. A opção de colocar equipamentos na cobertura, constituía uma solução de difícil integração com a envolvente próxima e sobretudo de enquadramento com a cidade, na medida em que o edifício se insere na malha urbana da Baixa, existindo muitos pontos de vista sobre o desenvolvimento das suas coberturas. As vigas treliçadas são interrompidas nos momentos de rompimento do volume.

A megaestrutura, no seu interior, é dividida, para a criação de espaços, com gesso cartonado nas paredes e no teto, de forma a tornar o espaço limpo e com uma linguagem clara para a circulação facilitada do mesmo. Neste contexto, os planos inclinados e as suas interseções são reforçadas pela luz/sombra e ganham uma dimensão de perceção total a nível dos espaços criados. O pavimento em terrazzo é utilizado num objetivo de contraste com as paredes brancas, definindo um limite horizontal cinza de grande extensão prefigurando uma ideia de continuidade assegurada à amplitude espacial. Nas salas de audiência, espaço mais importante no programa, o pavimento em madeira foi eleito por duas principais razões: uma pelo tempo de reverberação elevado e outra pelo conforto térmico e visual inigualável proporcionado pelo próprio material. A intenção de desenho destas salas encontra-se associado às propriedades dos materiais, despidos, com ausência de símbolos, cele-

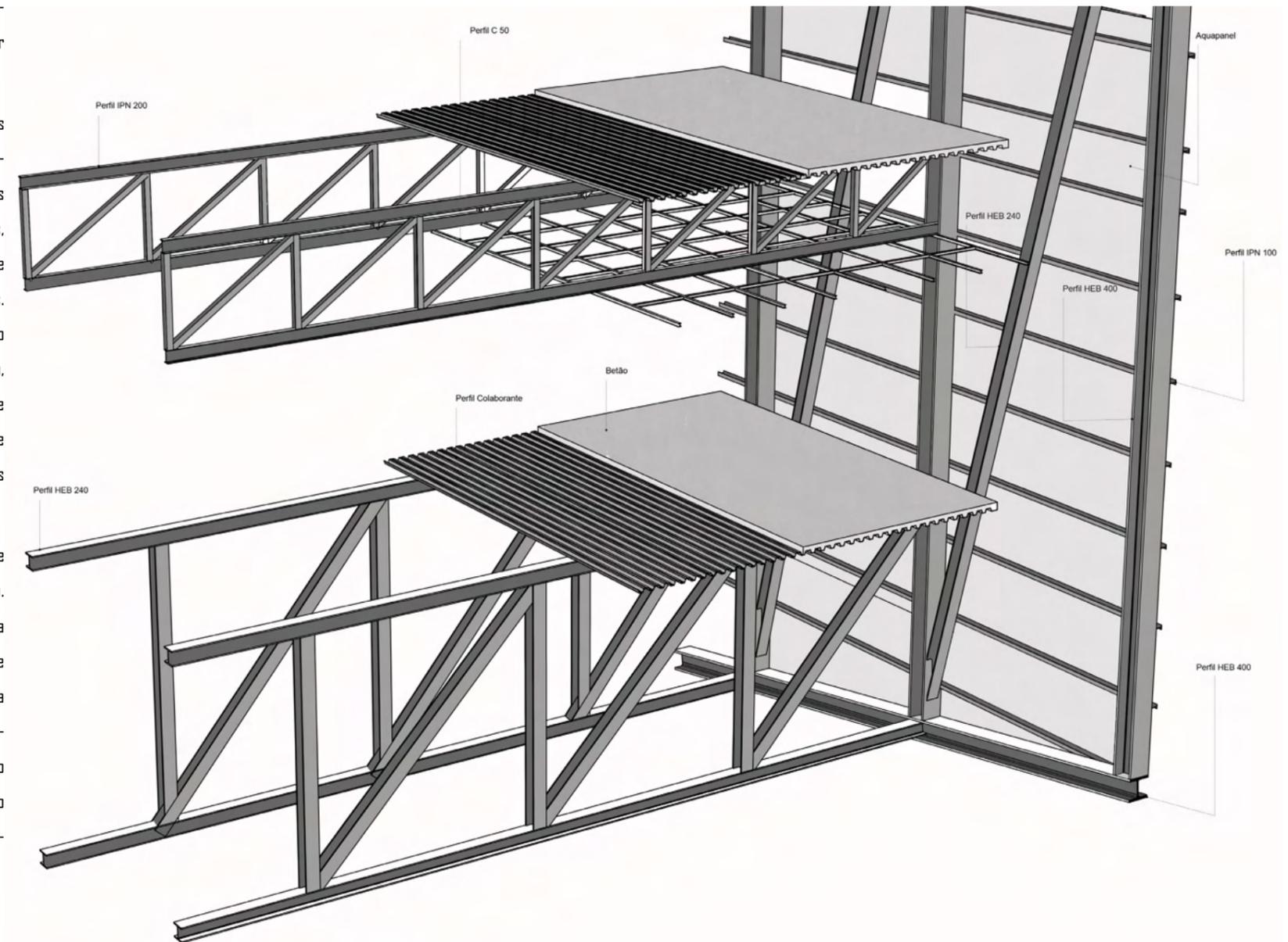
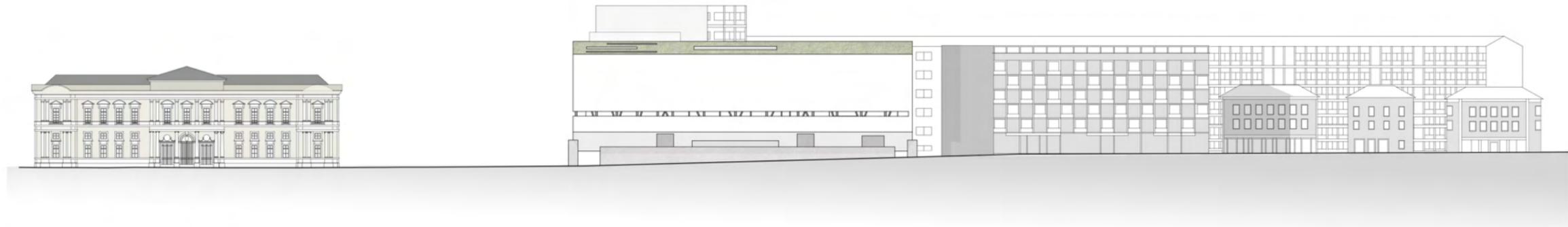
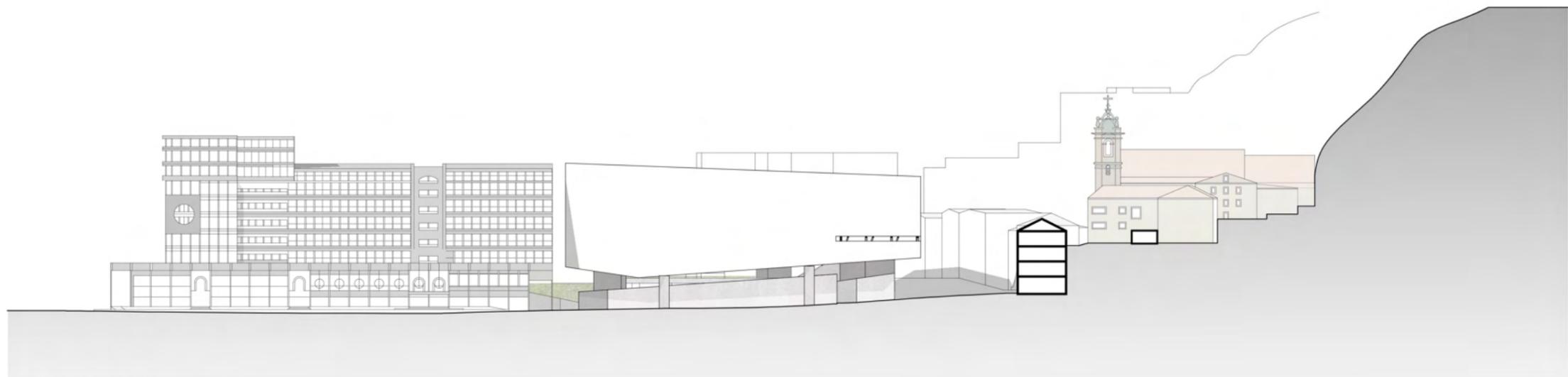


Fig.94- Esquema construtivo dos pisos



Rua Figueira da Foz | Alçado Nascente



Rua João Machado | Alçado Sul

3.5. Construção e espacialidade

brando o ato da justiça como um momento de solenidade e sobriedade, sem ruído visual. Ainda nestes espaços, a alternância de pés-direitos e os recortes do teto, permitem a separação de funções no interior das salas, vindo substituir o patamar existente nas salas de audiência tradicionais que separam o público e o arguido dos órgãos de poder judicial, despindo assim este espaço de preconceitos associados a um estigma social.

A vontade da fachada ser encerrada do exterior e aberta em pontos de interesse urbano (figura 95) para um proveito maior da paisagem e do seu impacto no interior, está relacionada com a privatização das atividades exercidas nas zonas restritas do tribunal, funcionando como uma capa de toda a complexa estrutura, mostrando-a apenas nos vãos pontuais rasgados na horizontal, com o intuito de revelar a sua estrutura complexa que contrasta com a textura lisa do aquapanel, que isola a peça do exterior e lhe atribui uma leveza horizontal de cor branca.

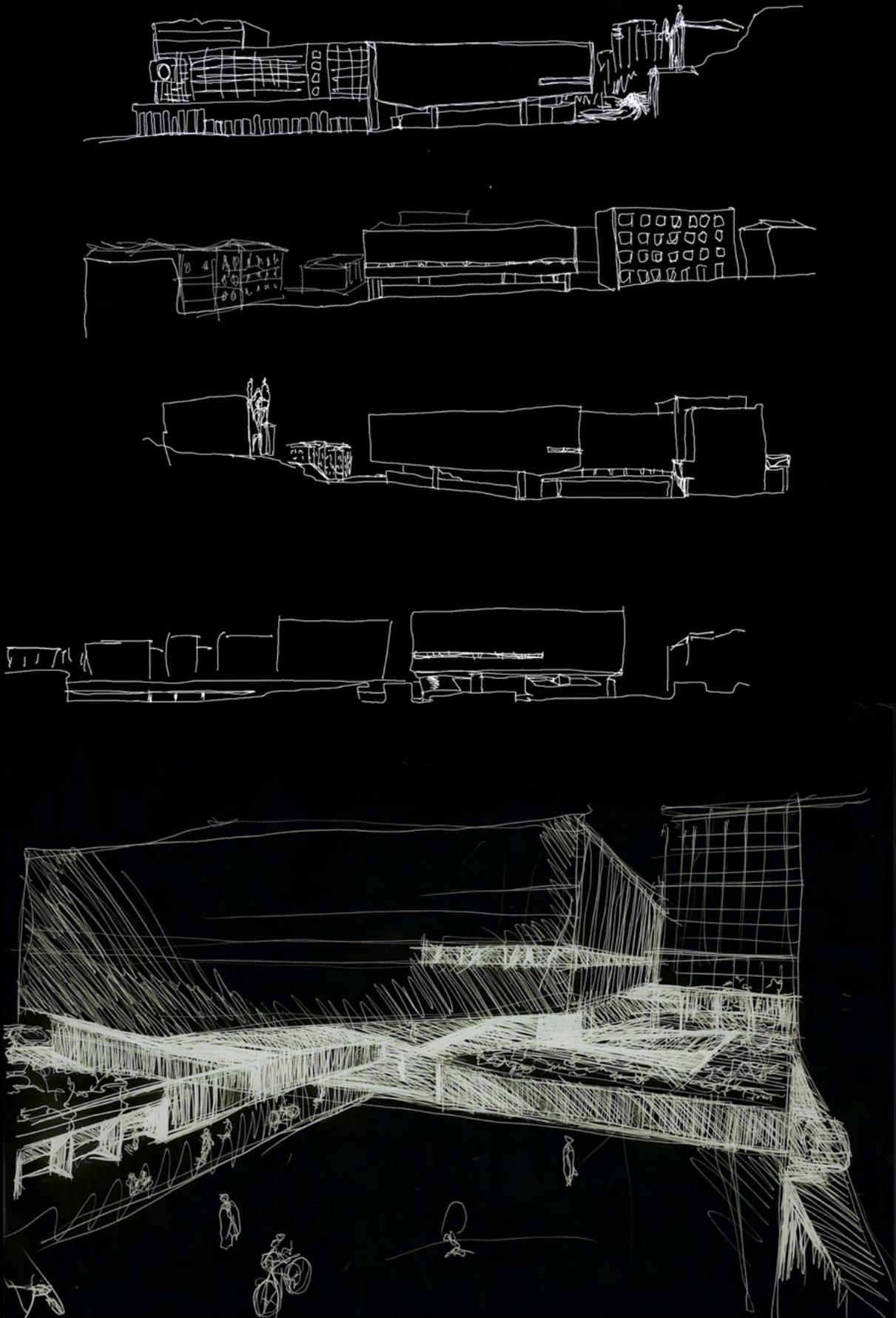


Fig.96- Desenhos Ilustrativos do Quarteirão

V Considerações Finais

Analisaram-se as fragilidades da Baixa a par com as suas características compositivas singulares. A fragmentação morfológica que se faz sentir no seu núcleo medieval e que se estende para Norte, a par com a importância dos colégios que contribuem para uma escala monumental, constituem um confronto entre tipologias, morfologias e funcionalidades díspares e desligadas, trazem com elas a perceção de uma fragmentação urbana reforçada pela evolução temporal. A perfuração que trouxe esse tempo ao núcleo da Baixa, consequência da falta de manutenção e do abandono daqueles que são os elementos de formação da zona baixa da cidade, desrespeitam os seus princípios compositivos. Hoje, está-se perante uma zona desertificada, onde o mau uso dos espaços se torna a realidade do dia-a-dia e onde a fluidez pedestre se encontra ausente.

Não bastou conduzir esta dissertação apenas para a construção de um tribunal da Comarca de Coimbra sem tratar a Baixa. Foi essencial a preparação do lugar de maneira a implementar soluções espaciais que respeitassem tanto os princípios formativos, como os elementos identitários desse mesmo lugar. A proposta urbana tinha como objetivo a procura de uma unidade de conjunto arquitetónico existente e atribuir um reforço de importância àquele que constitui um dos elementos primários de formação da Baixa Coimbrã, o Rio Mondego. Em tom de debate, em contexto académico e com tendência para ecos de utopia, procurou-se uma renaturalização fundamentada na revitalização dos circuitos hídricos naturais procurando respiração da densa malha medieval em virtude de um ambiente fluido, agradável, salubre, são e habitável.

A criação do Tribunal procurou adicionar um maior valor patrimonial à fração da Baixa da cidade como forma de emergir o cidadão na condição de pedestre, explorando a cidade ao nível do piso térreo e pisos superiores de maneiras distintas. A procura da dignidade para aquele sítio, abandonado, pouco delimitado e descaracterizado pelo vazio, levou à criação de um volume construído circunscrito no loteamento e aberto para a Baixa.

A vontade de pertença do Objeto arquitetónico ao lugar, levou estas peças a diluírem-se na paisagem e a pertencerem a ela. Pensado para as pessoas, nas suas medidas, nas suas proporções e dimensões, nos seus *Degraus da intimidade* da monumentalidade do programa e da instituição que servem.

Projetar é um processo de constante pesquisa e experimentação na procura incessante de soluções e de respostas firmes estando cientes da diversidade das mesmas. Essencial para o processo de projeto, a experimentação desempenhou um papel fundamental nesta dissertação, envolvendo a exploração de novas abordagens, materiais e tecnologias tanto na realização das soluções construtivas, como no seu desenho. Projetar é um acumular individual de experiências, vontades e olhares que encaminham para as escolhas de projeto. A mão pensante foi um instrumento primordial no momento de projetar as soluções eleitas. A constante experimentação através do desenho e da exploração de soluções, a complexidade do exercício de projeto e o poder de síntese na obtenção dos resultados de pesquisa, foram transportados para o Complexo do tribunal da Comarca de Coimbra. A dissertação presente foi o resultado de uma caminhada de conhecimento intensiva, complexa, exigente, mas prazerosa.

VI Referências Bibliográficas

- Branco, P. (2015).** *Os tribunais como espaços de reconhecimento, funcionalidade e de acesso à justiça*. Porto: Vida Económica Editorial.
- Calmeiro, M. (2014).** *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Fernandes, M. G. (2018).** *Morfogénese e intenções, planos e projetos de atravessamento da Baixa de Coimbra: outros contributos de um geógrafo. Em Espaços e tempos em Geografia: homenagem a António Gama*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1343-7_20
- Garrett, A. de A. (1955).** *Palestra em Coimbra sobre o seu Plano Regulador*.
- Lobo, R. (2005).** *Santa Cruz e a Rua da Sofia: Vol. B* (Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Ed.: 6.a ed.).
- Neves, J. M. d. (2015).** *Museu Nacional dos Coches: Lugar, projeto e obra = site, project and finished work*. Uzina Books.
- Nunes, A. M. (2003).** *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo: Templos da justiça e arte judiciária*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra.
- Nunes, M. (1990).** *Coimbra - imagens do passado 1940 - 1960*. Livraria Minerva.
- Paulo Mendes da Rocha arquitetura.** (2014). En Blanco, (15).
- Rossa, W. (2001).** *Diversidade - urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade* (1a) [Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra]. Disponível em: <https://estudo-geral.uc.pt/handle/10316/2110?mode=simple>
- Rossa, W. (2015).** *FOMOS CONDENADOS À CIDADE - Uma década de estudos sobre Património Urbanístico*.
- Santos, L. Dos. (1983).** *Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra*.
- Tostões, A. ; Guerra, F. (2008).** *Arquitectura Portuguesa Contemporânea*. Clube do Coleccionador dos Correios.
- Tric, O. (1999).** *Conception et projet en architecture: Articulation des composantes enveloppe, structure, usage et coût dans la conception et au sein du système d'acteurs*. Harmattan.
- Zumthor, P. (2003).** *Atmosferas: Entornos arquitectónicos - As coisas que me rodeiam*. Editorial Gustavo Gili, SL.
- Zumthor, (2004).** *Pensar la arquitectura*. Editorial Gustavo Gili

VII Lista de Figuras

Figura contracapa – Desenho à mão do Alçado sul do Tribunal. Produzido pela autora.

Figura 1 – **Anoitecer do D'Arq.** Fotografia tirada pela autora.

Figura 2 – **Fotografia aérea com localização do quarteirão a intervir.** Retirado do *Google Earth Pro*, editada pela autora.

Figura 3 – **Esboço interpretativo da situação de urbe no século XII.** Desenho realizado pela autora sobre o esboço de A. Fernando Martins. Retirado de *Morfogénese e intenções, planos e projectos de atravessamento da Baixa de Coimbra.*

Figura 4 – **Planta reconstrução de Coimbra 1845.** Retirada da Tese de Doutoramento *Urbanismo Antes do Planos: Coimbra 1834 - 1934, Vol.II* de Margarida Relvão, editada pela autora.

Figura 5 – **Axonometria da zona pertencente aos séculos XII e XVIII.** Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editada pela autora.

Figura 6 – **Fotografia aérea com indicação dos Colégios da Rua da Sofia e Igrejas de Santa Cruz e Santa Justa circundada a amarelo.** Fotografia retirada do *Google Earth Pro*, editada pela autora

Figura 7 – **Esboço do Palácio da Justiça, desenho à mão levantada.** Produzido pela autora..

Figura 8 – **Esboço do Colégio e Igreja de Nossa Senhora do Carmo.** Produzido pela autora.

Figura 9 – **Esboço do Palácio da Justiça.** Produzido pela autora.

Figura 10 – **Axonometria da zona pertencente aos séculos XIX e XX.** Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editada pela autora.

Figura 11 – **Cheias de 1946.** Retirado de *Coimbra: Imagens do Passado 1940 - 1960* de Mário Nunes.

Figura 12 – **Cheias de 1948.** Retirado de *Coimbra: Imagens do Passado 1940 - 1960* de Mário Nunes.

Figura 13 – **Cheias de 1948.** Retirado de *Coimbra: Imagens do Passado 1940 - 1960* de Mário Nunes.

Figura 14 – **Largo da Portagem 1954.** Retirado de *Coimbra: Imagens do Passado 1940 - 1960* de Mário Nunes.

Figura 15 – **Inauguração da Ponte de Santa Clara 1954.** Retirado de *Coimbra: Imagens do Pas-*

sado 1940 - 1960 de Mário Nunes.

Figura 16 - Inauguração da Ponte de Santa Clara 1954. Retirado de *Coimbra: Imagens do Passado 1940 - 1960* de Mário Nunes.

Figura 17 - Demolição de edifícios para abertura da Avenida Fernão de Magalhães, Largo das Ameias. Retirado de *Coimbra: Imagens do Passado 1940 - 1960* de Mário Nunes.

Figura 18 - Casa do Sal, desaterro para a Avenida Fernão de Magalhães. Retirado de *Coimbra: Imagens do Passado 1940 - 1960* de Mário Nunes .

Figura 19 - Avenida Fernão de Magalhães com Fábrica dos Limas à direita, 1954. Retirado de *Coimbra: Imagens do Passado 1940 - 1960* de Mário Nunes.

Figura 20 - Axonometria da zona pertencente ao século XXI. Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editada pela autora.

Figura 21 - Reconstituição do Plano de Abel Dias Urbano 1919. Produzido pela autora.

Figura 22 - Reconstituição do Plano de Luís Benavente 1936. Produzido pela autora.

Figura 23 - Fotomontagem do núcleo do quarteirão. Produzido pela autora.

Figura 24 - Esboço do esquema do quarteirão entre as Ruas João Machado, da Sofia e Direita. Produzido pela autora.

Figura 25 - Eixos preponderantes lineares e não lineares. Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editado pela autora.

Figura 26 - Vista aérea Praça 8 de Maio. Retirado do *Google Earth Pro*.

Figura 27 - Fotografia Praça 8 de Maio na atualidade. Fotografia da autora.

Figura 28 - Vista aérea Largo da Portagem. Retirado do *Google Earth Pro*.

Figura 29 - Fotografia Largo da Portagem na atualidade. Fotografia da autora.

Figura 30 - Vista aérea Terreiro da Erva. Retirado do *Google Earth Pro*.

Figura 31 - Fotografia Terreiro da Erva na atualidade. Fotografia da autora.

Figura 32 - Vista aérea Praça do Comércio. Retirado do *Google Earth Pro*.

Figura 33 - Fotografia Praça do Comércio na atualidade. Fotografia da autora.

Figura 34 - Vista aérea Bota-Abaixo. Retirado do *Google Earth Pro*.

Figura 35 - Fotografia Bota-Abaixo na atualidade. Fotografia da autora.

Figura 36 - Modelo 3D da Baixa e da Alta de Coimbra na atualidade. Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editado pela autora.

Figura 37 - Planta análise de Cércias da Baixa. Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editado pela autora.

Figura 38 - Estacionamento arbitrário numa das extremidades do quarteirão, fachada cega do Hotel Tivoli. Fotografia da autora

Figura 39 - Fotografia atual da Rua da Sofia, sentidos de trânsito. Fotografia da autora.

Figura 40 - Planta análise da Mobilidade. Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editado pela autora.

Figura 41 - Desenho, Nota da Campo da vivência da Praça 8 de Maio e início da Rua Ferreira Borges. Produzido pela autora.

Figura 42 - Planta análise de Funcionalidades do Edificado. Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editado pela autora.

Figura 43 - Planta análise de Zonas Verdes. Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editado pela autora.

Figura 44 - Fotografia Rua Direita na atualidade. Fotografia da autora.

Figura 45 - Fotografia Palácio da Justiça de Coimbra na atualidade, Eng. Manuel Castelo Branco. Fotografia da autora.

Figura 46 - Fotografia Palácio da justiça de Lisboa na atualidade, Arq. Januário Godinho. Disponível em

Figura 47 - Fotografia Palácio da Justiça de Córdoba, Arquitectos Mecanno + AYESA. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/906944/palacio-da-justica-mecanno-plus-ayesa>

Figura 48 - Fotografia do Compus de Justiça, Lisboa, Arquitetos Frederico Valsassina. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/601536/campus-da-justica-parcela-sul-slash-frederico-valsassina-arquitectos>

Figura 49 - Desenho da Baixa e terreno a interencionar. Desenho da autora.

Figura 50 - Proposta inicial para a intervenção urbana. Desenho da autora.

Figura 51 - Proposta inicial do interior do volume principal. Desenho da autora.

Figura 52 - Proposta pensada para a intervenção urbana. Desenho da autora.

Figura 53 - Planta atual da Baixa de Coimbra. Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editado pela autora.

Figura 54 - Fotomontagem do percurso pedonal e cicloviário à Beira-rio. Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editado pela autora.

Figura 55 - Fotomontagem da proposta do metro implantado no jardim à Beira-rio. Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editado pela autora.

Figura 56 - Planta proposta urbana. Realizado pelo grupo de Atelier de Projeto I, editado pela autora.

Figura 57 - Fotomontagem do núcleo de intervenção urbana. Produzido pela autora.

- Figura 58** - 3D do núcleo da proposta de intervenção urbana. Produzido pela autora.
- Figura 59** - Alçado da Rua Da Louça com intervenção. Produzido pela autora.
- Figura 60** - Desenho axonométrico à mão da proposta do Tribunal da Comarca de Coimbra. Desenho da autora.
- Figura 61** - Esquisso da definição dos limites do loteamento. Desenho da autora.
- Figura 62** - Esquisso da procura de alinhamentos e eixos. Desenho da autora.
- Figura 63** - Esquisso do surgimento da forma e alinhamentos. Desenho da autora.
- Figura 64** - Esquisso da proposta até ao objeto arquitetónico final. Desenho da autora.
- Figura 65** - Esquisso do nível térreo do Complexo. Desenho da autora.
- Figura 66** - Esquisso do volume principal suspenso. Desenho da autora.
- Figura 67** - Esquisso da forma e ideia de continuidade da galeria do Hotel Tivoli. Desenho da autora.
- Figura 68** - Esquisso do estudo da estrutura, das entradas e colunas de acessos verticais. Desenho da autora.
- Figura 69** - Esquisso do estudo das escadas Miradouro/Monumentais. Desenho da autora.
- Figura 70** - Axonometria explodida do interior do quarteirão. Produzida pela autora.
- Figura 71** - Fotomontagem vista interior do quarteirão. Produzida pela autora.
- Figura 72** - Axonometria do quarteirão com a proposta. Produzida pela autora.
- Figura 73** - Fotomontagem da galeria criada na continuidade da Rua João Machado. Produzida pela autora.
- Figura 74** - Planta piso 0, escala 1.1000. Produzida pela autora.
- Figura 75** - Esquisso inicial da criação do quarteirão. Desenho da autora.
- Figura 76** - Gráficos de proporção das áreas dos espaços dividido por juízos. Produzidos pela autora.
- Figura 77** - Gráfico de proporção das áreas do programa por juízos. Produzido pela autora.
- Figura 78** - Diagrama de cores do programa por setores. Produzido pela autora.
- Figura 79** - Planta piso 0 com legendas, escala 1.700. Produzido pela autora.
- Figura 80** - Diagrama de cores, divisões pertencentes aos juízos, piso 1 em cima, piso 2 em baixo. Produzido pela autora.

Figura 81 - Planta piso 1 e intermédio 1 com legendas, escala 1.350. Produzido pela autora.

Figura 82 - Diagrama de cores de níveis de privacidade, piso 1 em cima, piso 2 em baixo. Produzido pela autora.

Figura 83 - Planta piso 2 e intermédio 2 com legendas, escala 1.350. Produzido pela autora.

Figura 84 - Esquisso de cortes e vistas interiores. Desenho da autora.

Figura 85 - Corte Perspetivado A'. Produzido pela autora.

Figura 86 - Esquisso de planificação de pátios, divisões do secretariado, circulação e alçados. Desenho da autora.

Figura 87 - Alçado Sul do Museu Nacional dos Coches, Arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Retirado do Livro Museu Nacional dos Coches: Lugar Projeto e obra

Figura 88 - Planta piso 0 do Museu Nacional dos Coches. Retirado do Livro Museu Nacional dos Coches: Lugar Projeto e obra

Figura 89 - Planta piso 1 Museu Nacional dos Coches. Retirado do Livro Museu Nacional dos Coches: Lugar Projeto e obra

Figura 90 - Megaestrutura e apoios do piso térreo da proposta do Tribunal. Produzido pela autora.

Figura 91 - Corte construtivo escala 1.100. Produzido pela autora.

Figura 92 - Corte construtivo escala 1.100. Produzido pela autora.

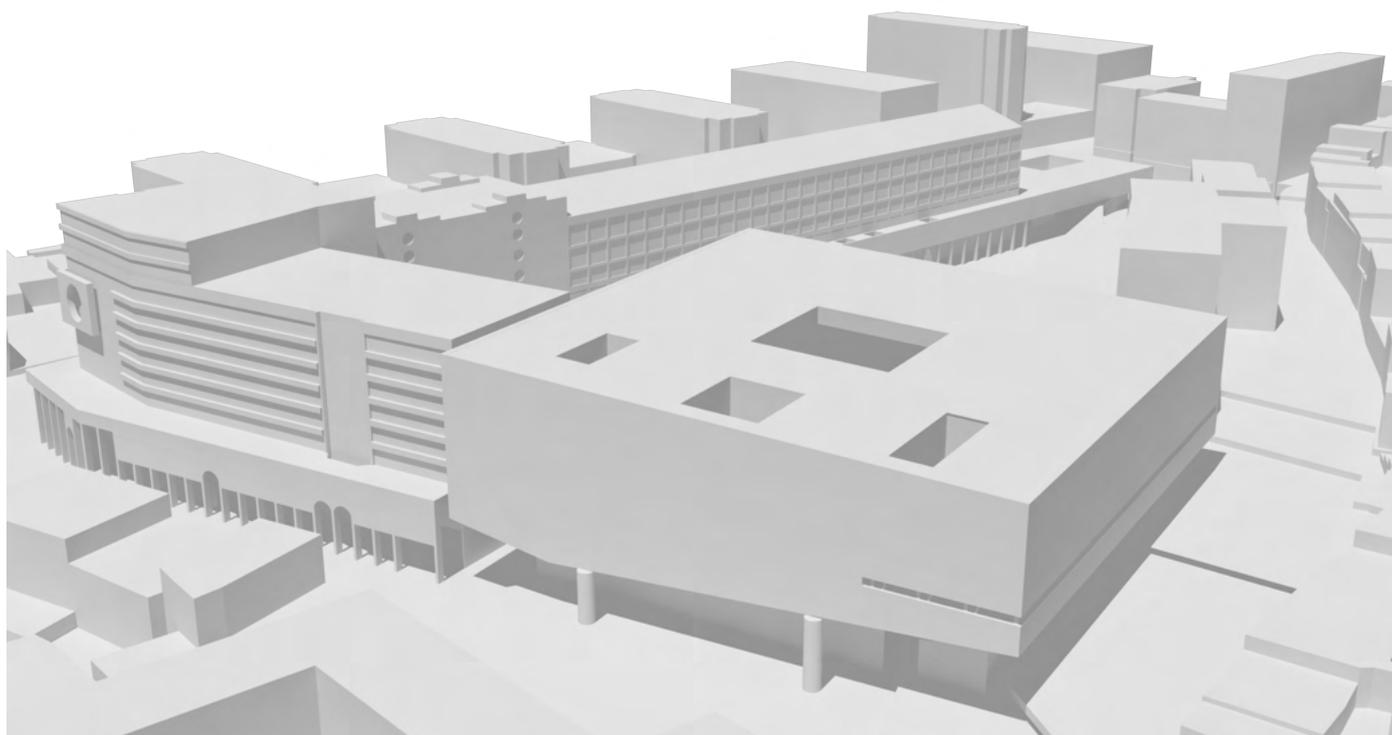
Figura 93 - Corte perspetivado da secção das secretarias. Produzido pela autora.

Figura 94 - Esquema construtivo dos pisos. Produzido pela autora.

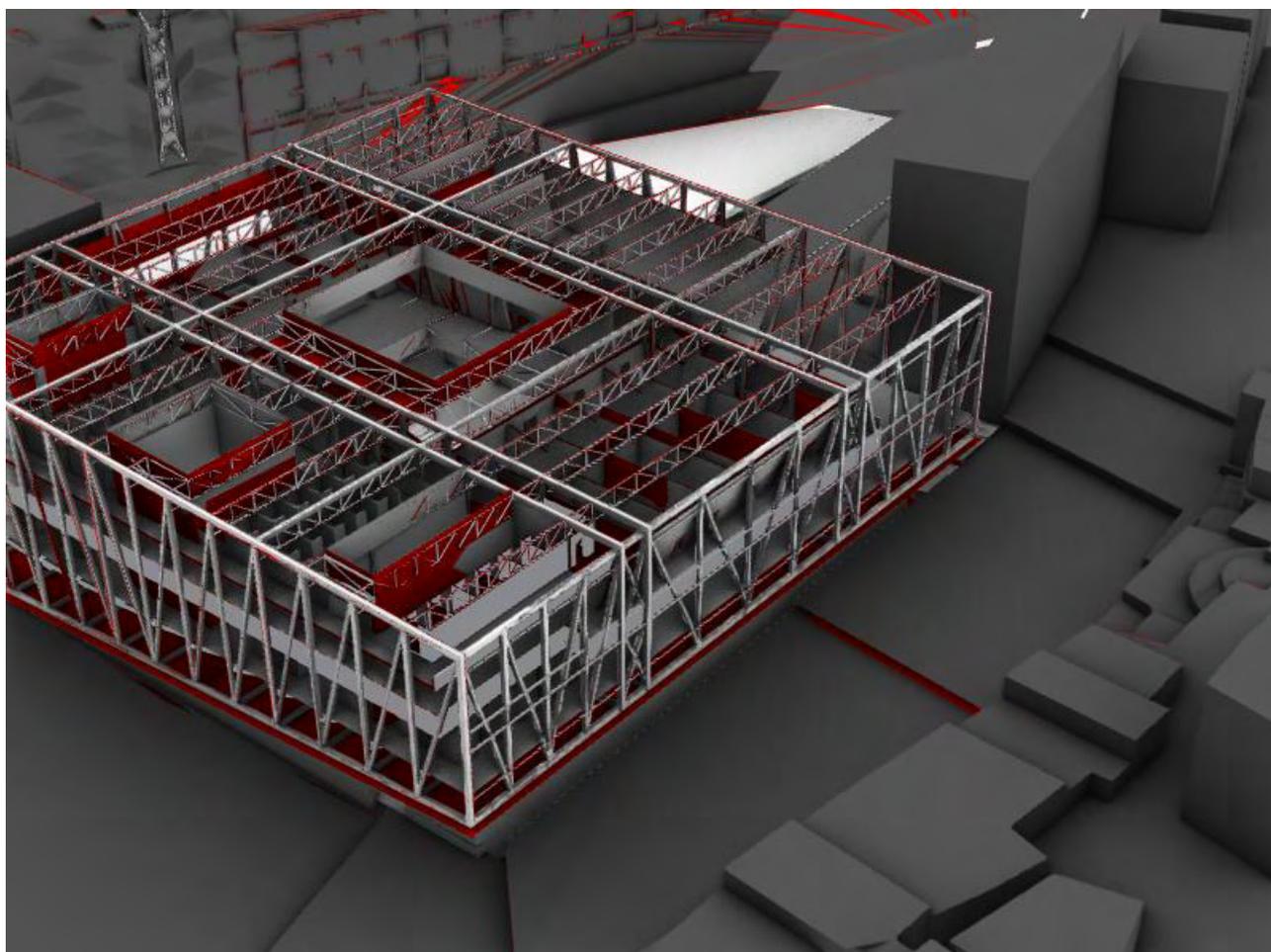
Figura 95 - Alçados do Tribunal da Comarca de Coimbra. Produzido pela autora.

Figura 96 - Desenhos ilustrativos do quarteirão. Desenhos da autora.

VIII Anexos



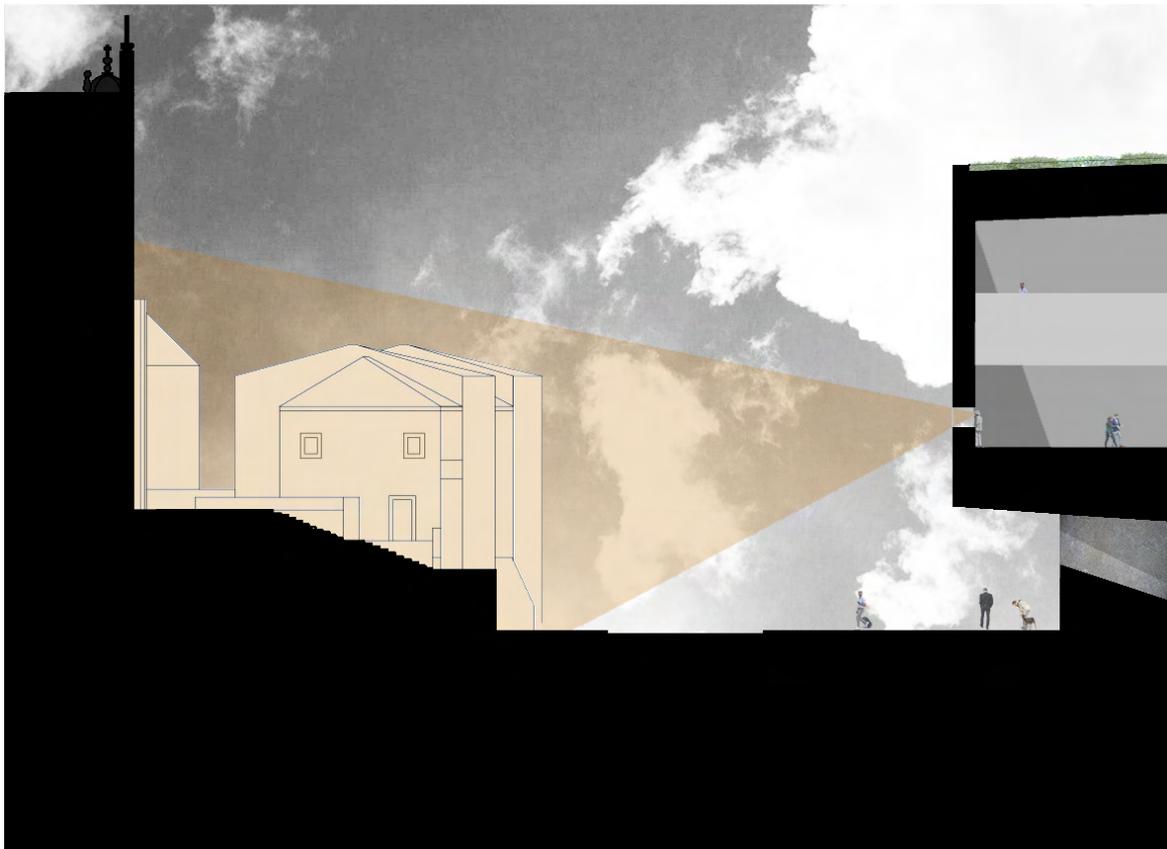
Anexo 1 - Maquete 3D do quarteirão



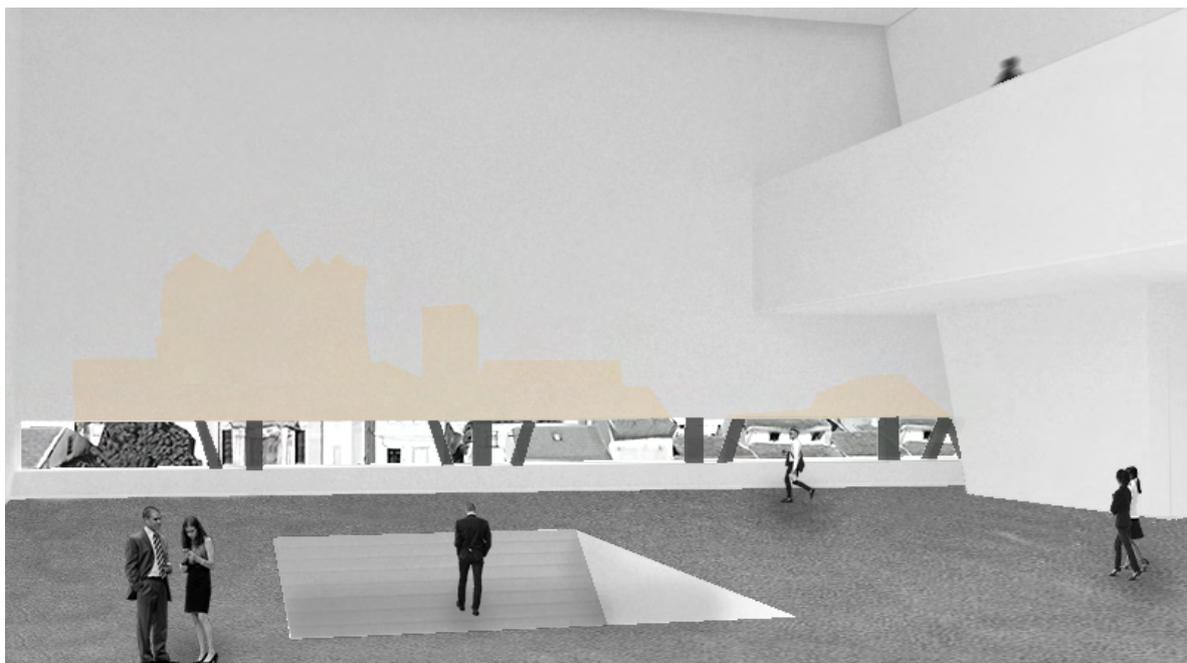
Anexo 2 - Maquete 3D da megaestrutura do volume principal

Programa de áreas Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra

Designa. Espaço	Espaços	TEPm2	DIAPm2	CCIVm2	ICm2	FMm2	TRABm2	COMm2	LCIVm2	Nºsalas total	usadas
Sala de audiências	1										
1.1	Tipo 1 (modular grande)							120		1	1
1.2	Tipo 2 (modular)										0
1.3	Tipo 3 (genérica)			80		80	80	80	80	3/2	6
1.4	Tipo 4 (não criminais)			60		x	60	60	60	6/x	6
1.5	Tipo 5 (não criminais)					x	x	x	x	x	0
2. Sala de deligências	2										
2.1	audiências prévias			25		25	25	25	25	2/1	3
2.2	debate instrutório				30					3	3
2.3	instrução criminal				8					8	7
2.4	ministério Público		8			12				31/8	36
2.5	reconhecimento visual		18						x	1	1
2.6	Videoconferência	8	12	8	12	8	8	8		2/1/1	5
3. Gabinetes	3										
3.1	Magistrado	14	14	14	x	14	14	14	14	18/3/3	24
3.2	Secretariado	14	14	14	14	14	14	14	14	1/1/1	3
3.3	Informático	12	14	14	12	12	14	14	14	1/1/1	3
3.4	Telefonista	12	14	14	12	12	14	14	14	1/1/x	3.4
4. unidade de processos	4										
4.1	Balcão e central		8	10		10	10	10	10	6/1/1	10
4.2	Central com atendimento	10	8	10	6	10	10	10	10	12/3/1	16
4.3	Padrão	8	8	X	x	x	X	X	X	x	0
4.4	Maior volume										0
5. Espaços Comuns	5										
5.1	Átrio de audiências			720	x	160	720	720	720	1	3
5.2	Átrio de entrada	720	6	66	x	160	66	66	66	1	2
5.3	Arquivo	x	240	x	240	900	x	x	x	1	1 (OPSP)
5.4	Biblioteca e reuniões		20	20	20	20	20	20	20	1	
5.5	Núcleo de celas		8		8						3
5.6	Copa	28	12	28	12	16	28	28	28		
5.7	Economato	20	12	20	12	13	20	20	20	1	
5.8	Espólio		50								
5.9	Sala multiusos										
5.10	Sala mandatários	14	14	14	14	14	14	14	14	2/x/1	



Anexo 4 - Fotomontagem de corte e vista do vão para a Igreja de Santa Justa



Anexo 5 - Fotomontagem esquemática da ambiência do momento de entrada

Programa de áreas Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra

5.11	Sala de testemunhas	10	8	10	8	10	10	10	10	20/3/4	
5.12	Sala técnica	12	X	12	X	X	12	12	12	1	
5.13	balneários										
5.14	Refeitório										
5.15	Bar										
6. Espaços específicos	6										
6.1	Espaços de apoio à família					16				1	
6.2	Núcleo de detenção de menores					16				1	
6.3	Sala de detenção de menores					16				1	
6.4	Sala de exames médicos						16			1	
7. gestão do tribunal	7										
7.1	Sala de apoio técnico										
7.2	Sala de reuniões (sede)										
7.3	Gabinete										
7.4	Secretariado										
7.5	Arquivo										
10	recepção										
10.1	Arquivo										
10.2	Antecâmara de controlo de segurança										

Registo e notariado

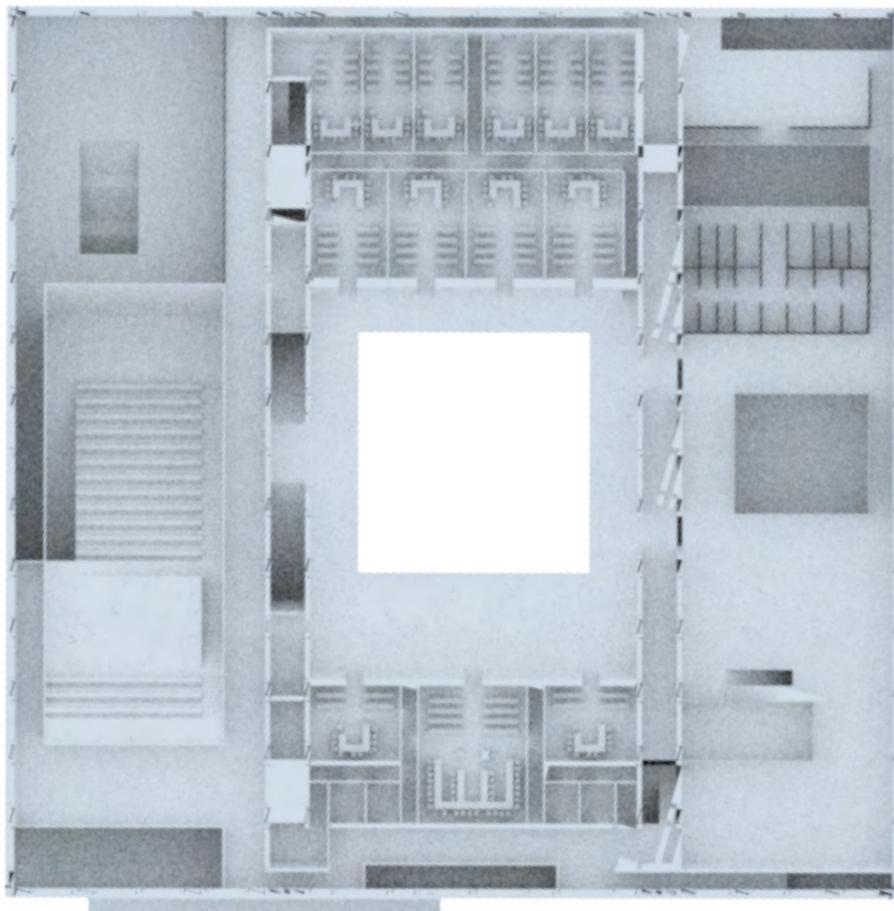
Espaços	Áreas	Nº compartimentos
8. FrontOffice		
8.1 atendimento	12	1
8.2 Sala de atos	20	1
8.3 Atendimento privado	16	2
8.4 Gabinete	12	0 (open space)
9. BackOffice		
9.1 Gab. do conservador	16	7
9.2 Secretária	6	1
9.3 arquivo	50	3



Anexo 6 - Fotomontagem esquemática do interior do quarteirão



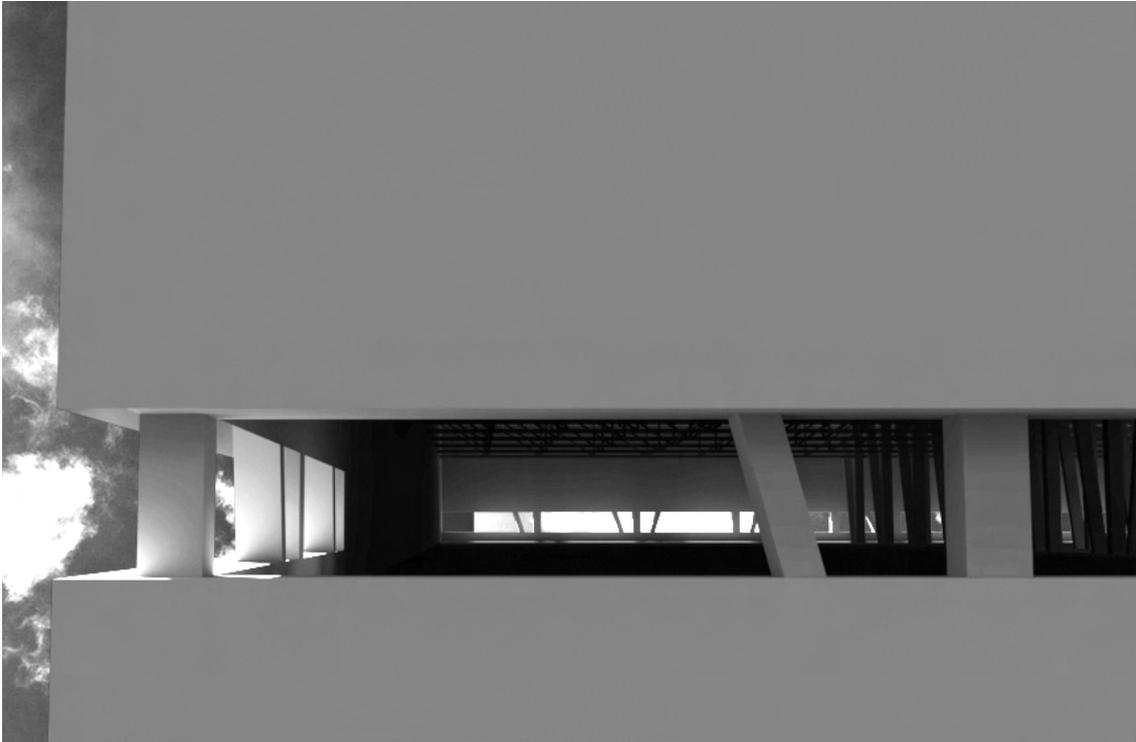
Anexo 7 - Fotomontagem esquemática da ambiência do interior do volume principal em fase de processo



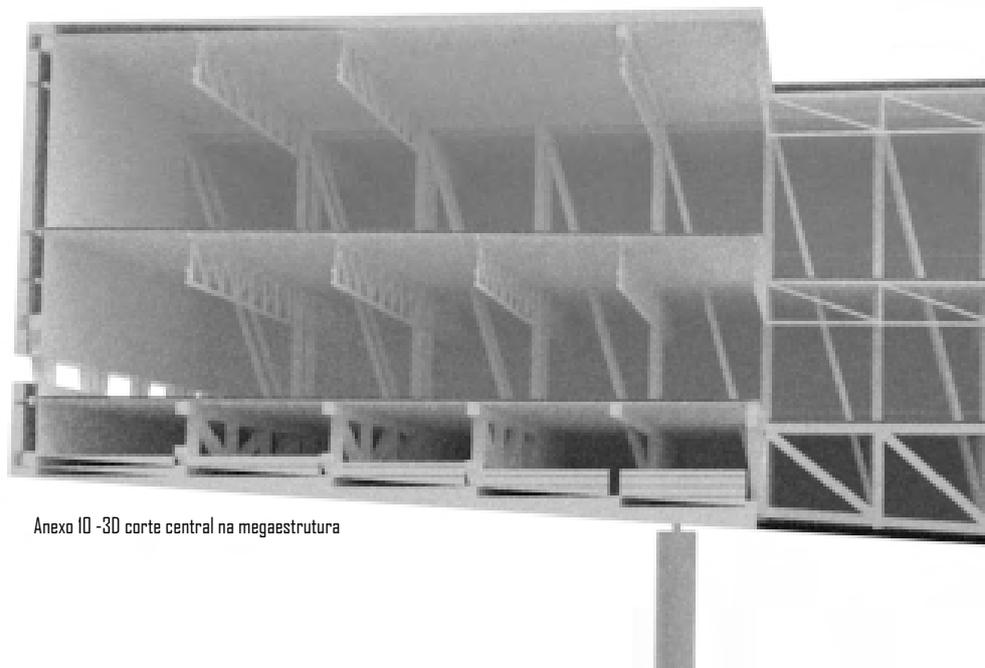
Anexo 8 - 3D da secção horizontal do último piso em fase de processo



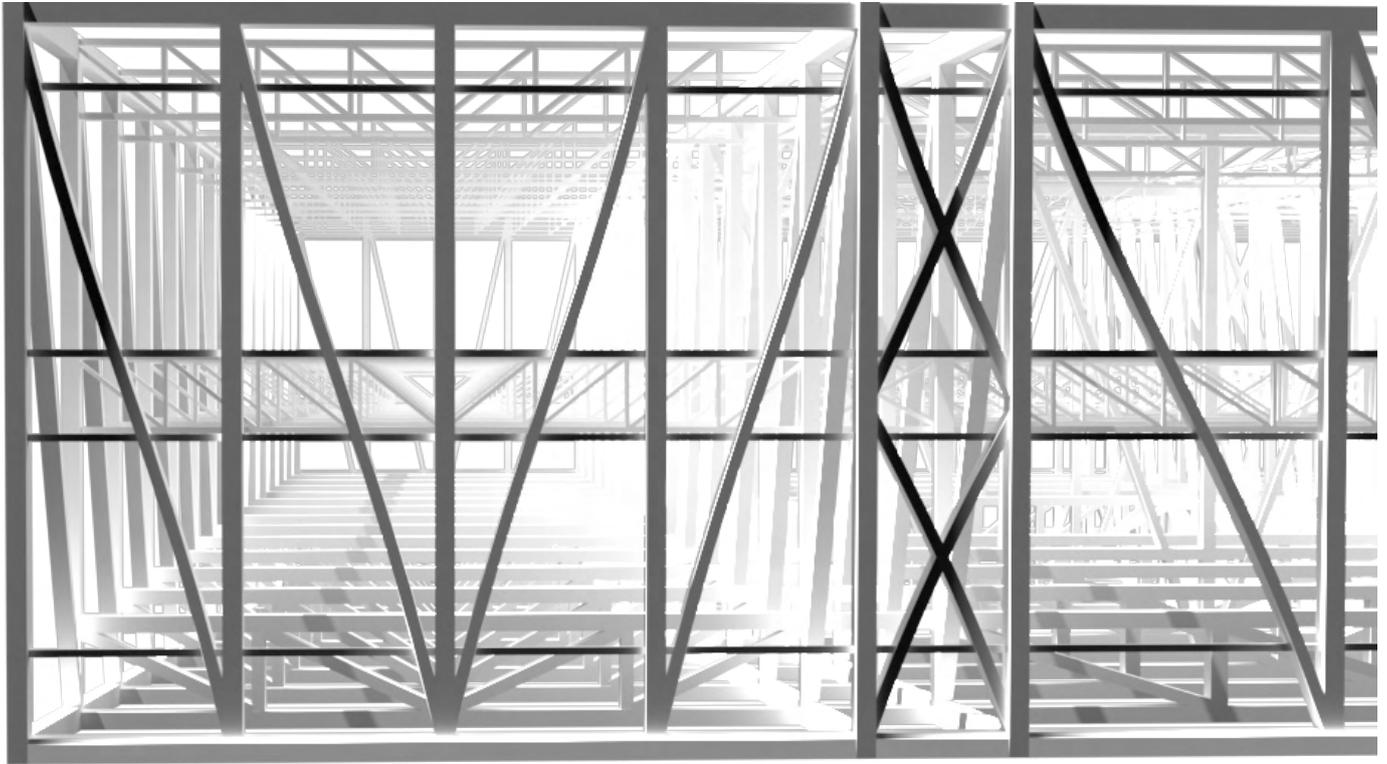
Anexo 7 - Fotomontagem esquemática da ambiência do interior do volume principal, corredor do segundo piso.



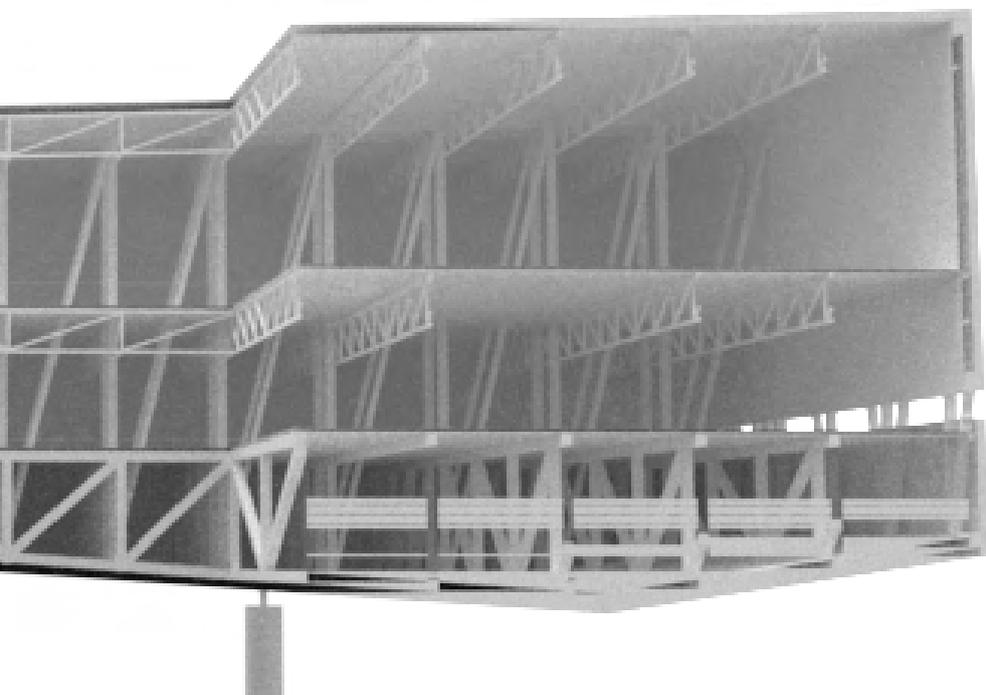
Anexo 8 - Fotomontagem esquemática do vão

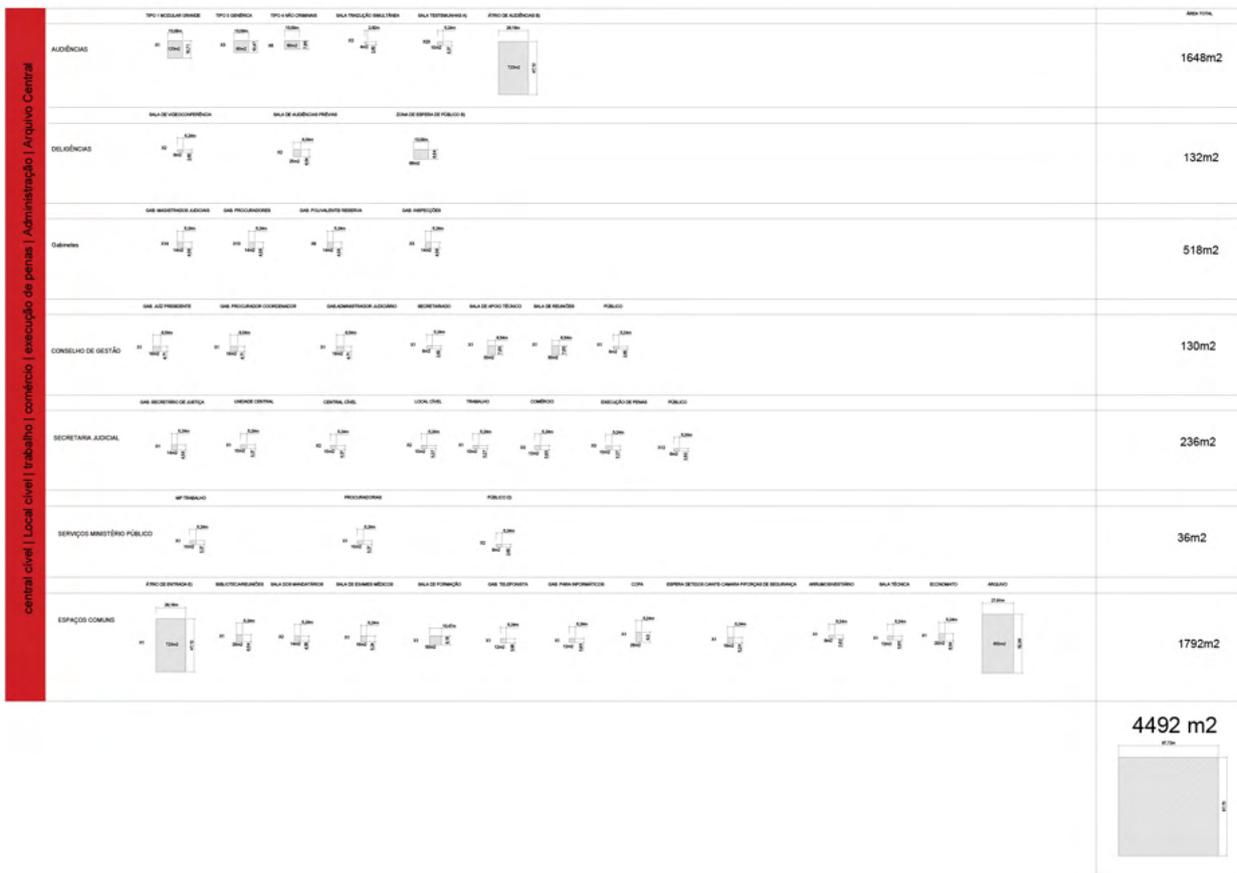


Anexo 10 - 3D corte central na megaestrutura



Anexo 9 - 3D de uma secção da megaestrutura





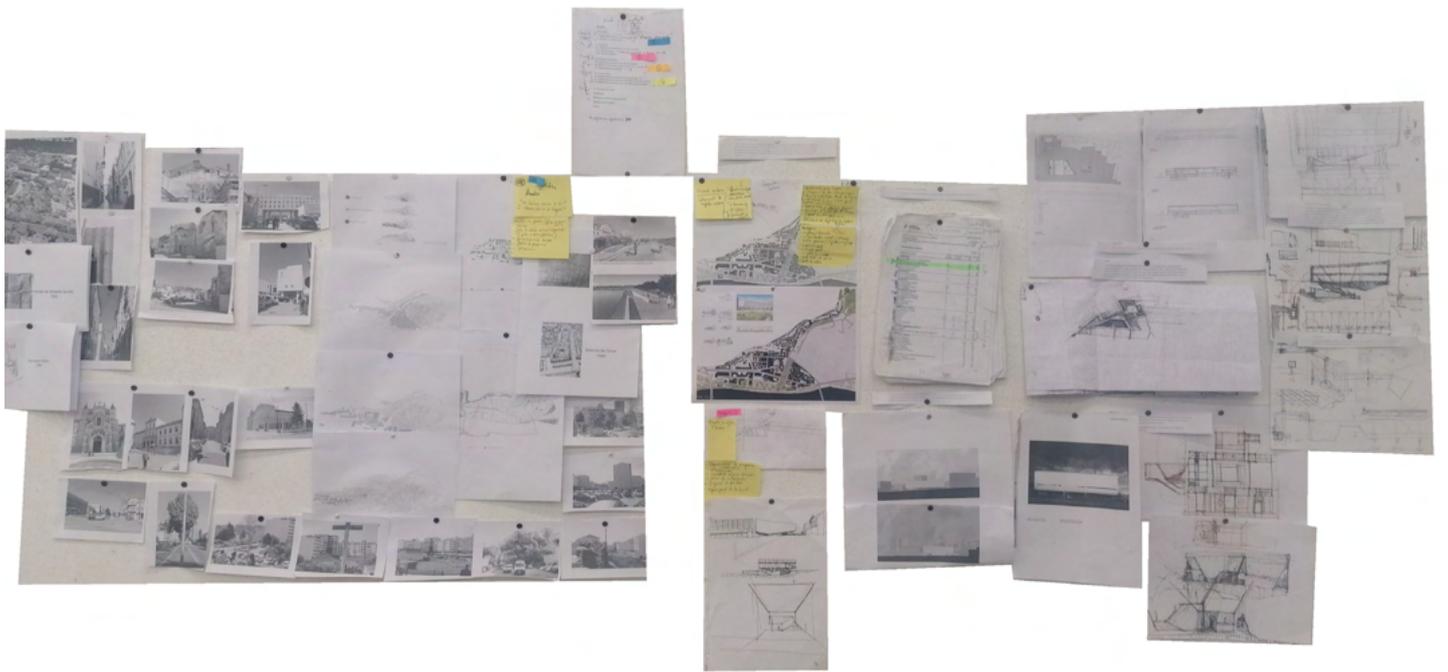
Anexo II - Diagrama proporcional de espaços pertencentes a: Central cível, Local cível, Juízo de trabalho, Juízo de Comércio, Execução de penas, Administração e Arquivo Central

Juízo de família e menores	<p>TIPO DE AUDIÊNCIA</p>	<p>SALA TERMOBOMBA</p>	<p>TIPO DE AUDIÊNCIAS</p>	ÁREA TÍPICA						
	AUDIÊNCIAS			360m ²						
	<p>SALA DE VIDEOCONFERÊNCIA</p>	<p>SALA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA</p>	<p>ZONA DE ESPERA DE PÚBLICO</p>							
	DELIÊNCIAS			66m ²						
	<p>SALA DE MENSAGENS JUDICIAIS</p>	<p>SALA DE PROCLAMAÇÕES</p>	<p>SALA DE PLACARDOS/RECLAM.</p>	<p>SALA DE REPOSIÇÃO</p>						
	GRÁFICOS				126m ²					
	<p>SALA SECRETARIA DE JUIZIA</p>	<p>UNIDADE CENTRAL</p>	<p>PÚBLICA MENORES</p>	<p>PÚBLICO</p>						
	SECRETARIA JUDICIAL				86m ²					
<p>SALA DE MENORES</p>	<p>SALA DE AUDIÊNCIA PARA MENORES</p>	<p>PÚBLICO</p>								
SERVIÇOS MINISTÉRIO PÚBLICO				30m ²						
<p>SALA DE ATENDIMENTO DE CONSUMIDOR</p>	<p>SALA DE TÉCNICA</p>	<p>PÚBLICO</p>								
SERVIÇOS LIGADOS À FAMÍLIA				38m ²						
<p>ÁREA DE ENTRADA</p>	<p>RELAÇÃO/RELAÇÃO</p>	<p>SALA DE MENSAGENS</p>	<p>SALA DE INFORMÁTICA</p>	<p>CPM</p>	<p>ESP. DE TUDO COM O COM. DE PROTEÇÃO DE BALANÇA</p>	<p>ARMAZENAMENTO</p>	<p>SALA TÉCNICA</p>	<p>ESC. DE JUIZIA</p>	<p>ARQUIVO</p>	
ESPAÇOS COMUNS										1155m ²
										<p>1861 m²</p>

Anexo I2 - Diagrama proporcional de espaços pertencentes ao Juízo de Família e Menores

DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E ACÇÃO PENAL	<p>SALA DE QUALIFICAÇÃO DESENTES SALA TESTEMUNHAS</p>	Área Total
	AUDIÊNCIAS	114m ²
	<p>SALAS SECRETARIA JUDICIAL SALAS PROCURADOR SALAS FOLHANTES (PL) PERITOS SALAS REPOSIÇÃO</p>	GABINETES
	360m ²	
	<p>SALAS SECRETARIA DE JUSTIÇA UNIDADE CENTRAL REPARTIÇÃO GERAL PÚBLICO</p>	SECRETARIA JUDICIAL
	36m ²	
<p>UNIDADES DE PROCESSO SALAS REPOSIÇÃO DE PROCESSO PÚBLICO</p>	SERVIÇOS MINISTÉRIO PÚBLICO	
28m ²		
<p>RELAÇÃO DE REQUERIMENTOS SALA DE HABILITAÇÃO SALAS PARAFORMÁTICAS SALA DE RECONHECIMENTO SALAS PARA ALOJAMENTO DE CRIMADOS REPOSICIONAR INFORMÁTICA COZINHA SALA PARA ENTREVISTAS SALAS PARA ENTREVISTAS ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E MOTOCICLETAS ESPRITADO</p>	ESPAÇOS COMUNS	
30m ²		
	568 m ²	

Anexo 13 - Diagrama proporcional de espaços pertencentes ao DIAP

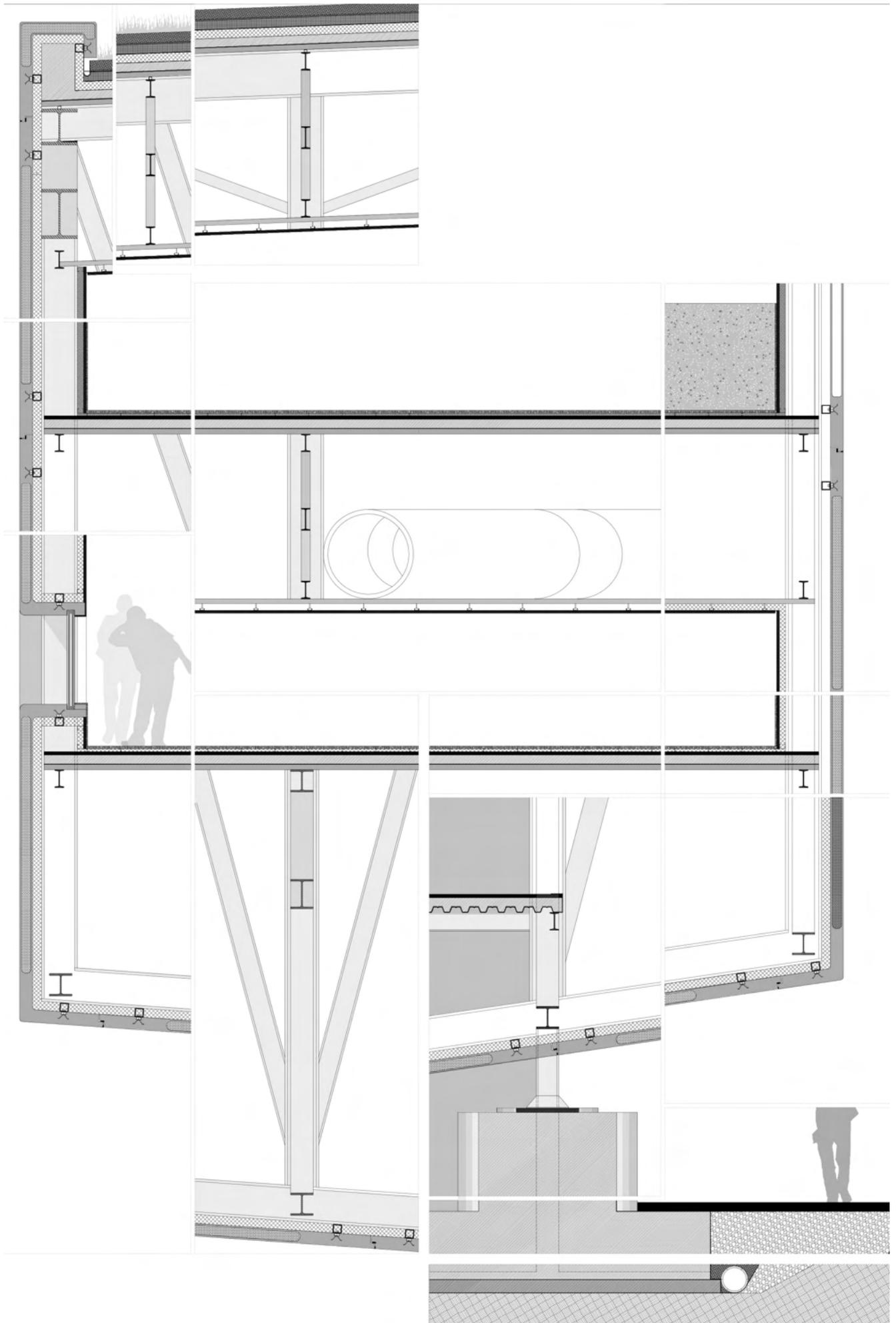


Anexo 14 - Organograma organizacional da dissertação





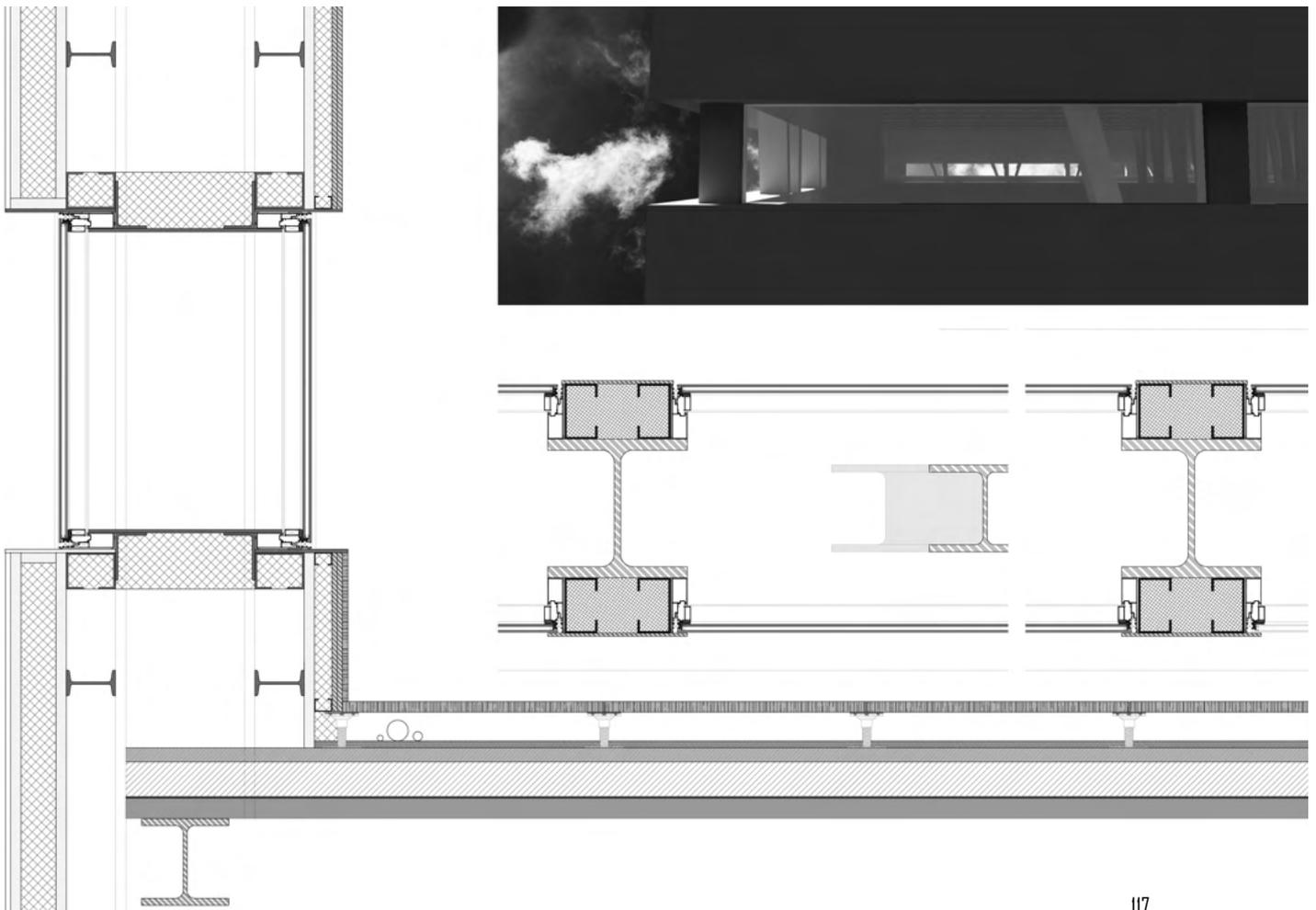
Anexo 15 - Experimentação da planta de cobertura escala 1:1000



Anexo 16 - Corte construtivo da montagem do edifício com opção do acabamento da fachada em GRC (Glassfibre Reinforced Concrete)



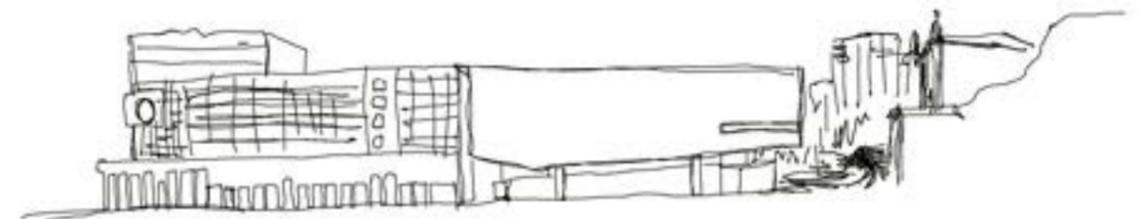
Anexo 17 - Corte perspectivado do caixilho Principal, opção com perfis de aço



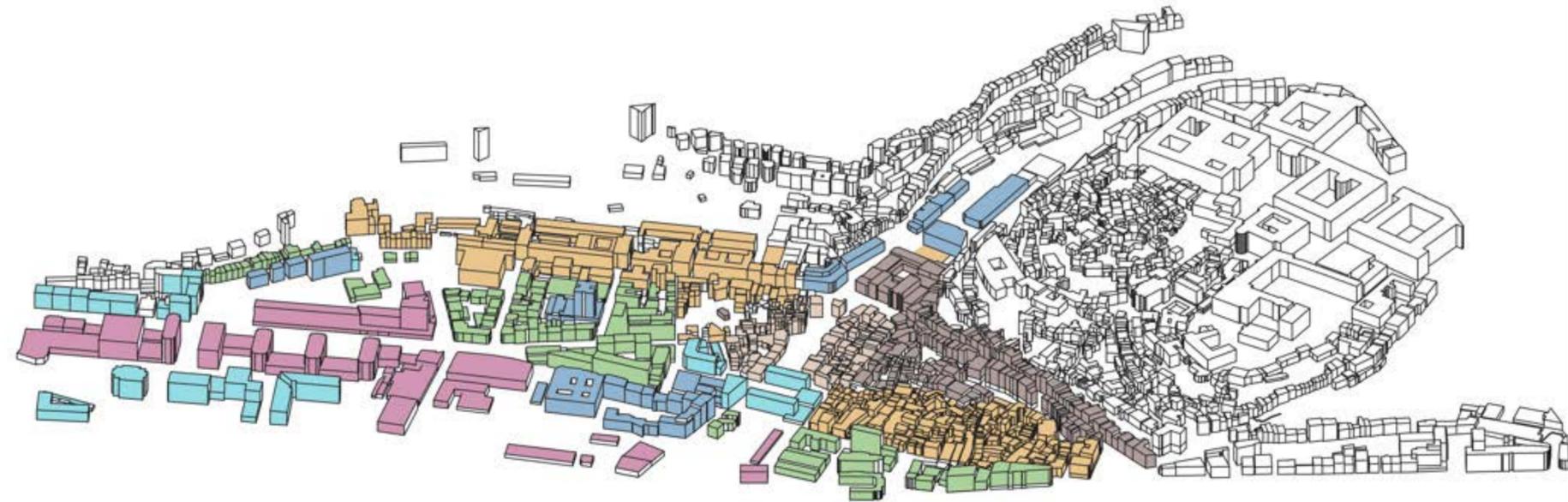
Anexo 18 - Corte e planta pormenorizado do caixilho principal e fotomontagem do vão

Um Edifício para a Justiça, um Complexo Judicial para Coimbra

Complexidade, experimentação e síntese no processo de Projeto







1- Praça 8 de Maio



2- Largo da Portagem



3- Terreiro da Erva



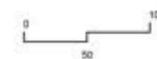
4- Praça do Comércio

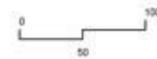
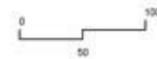


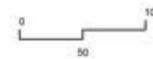
5- Bota-abixo

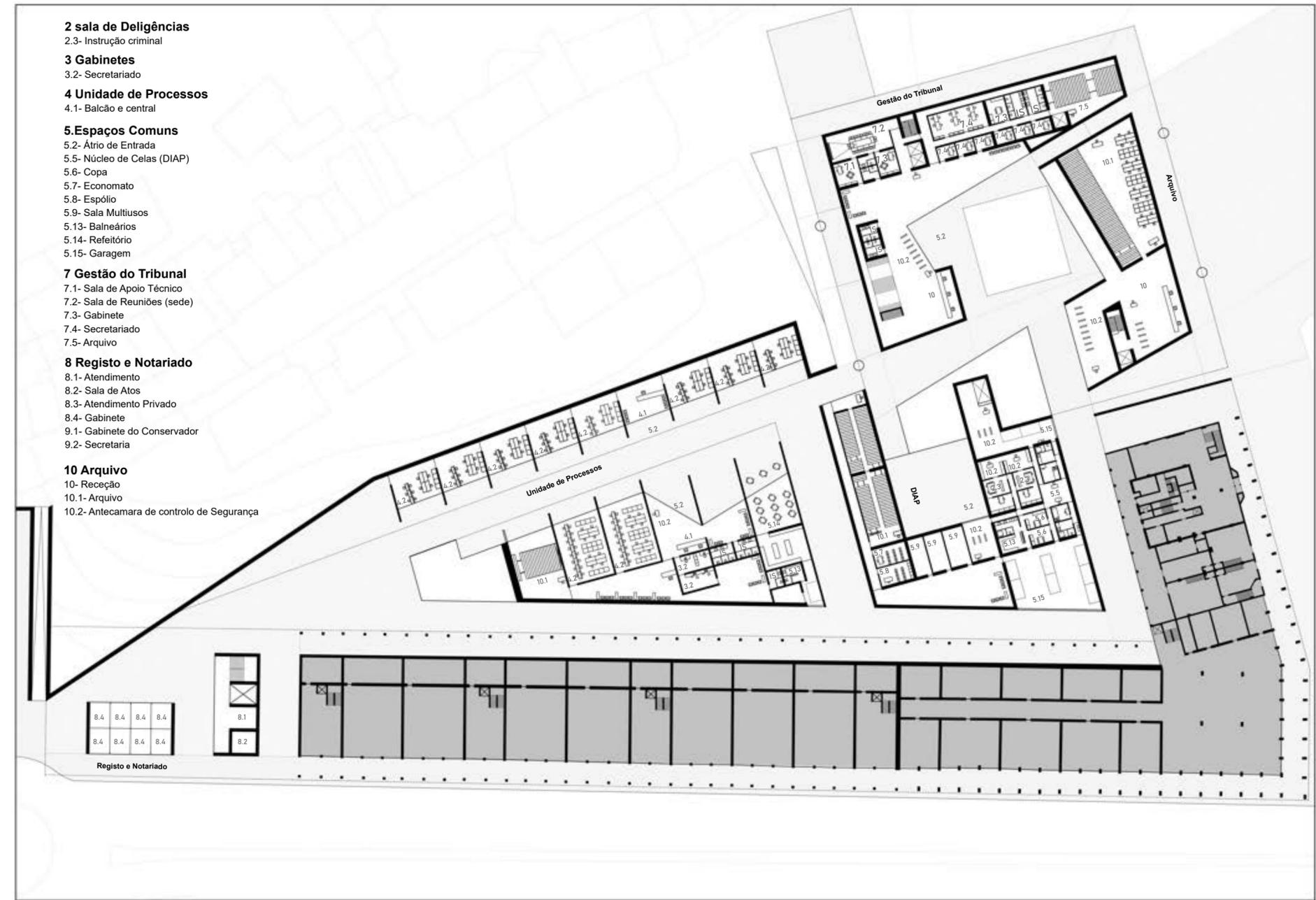
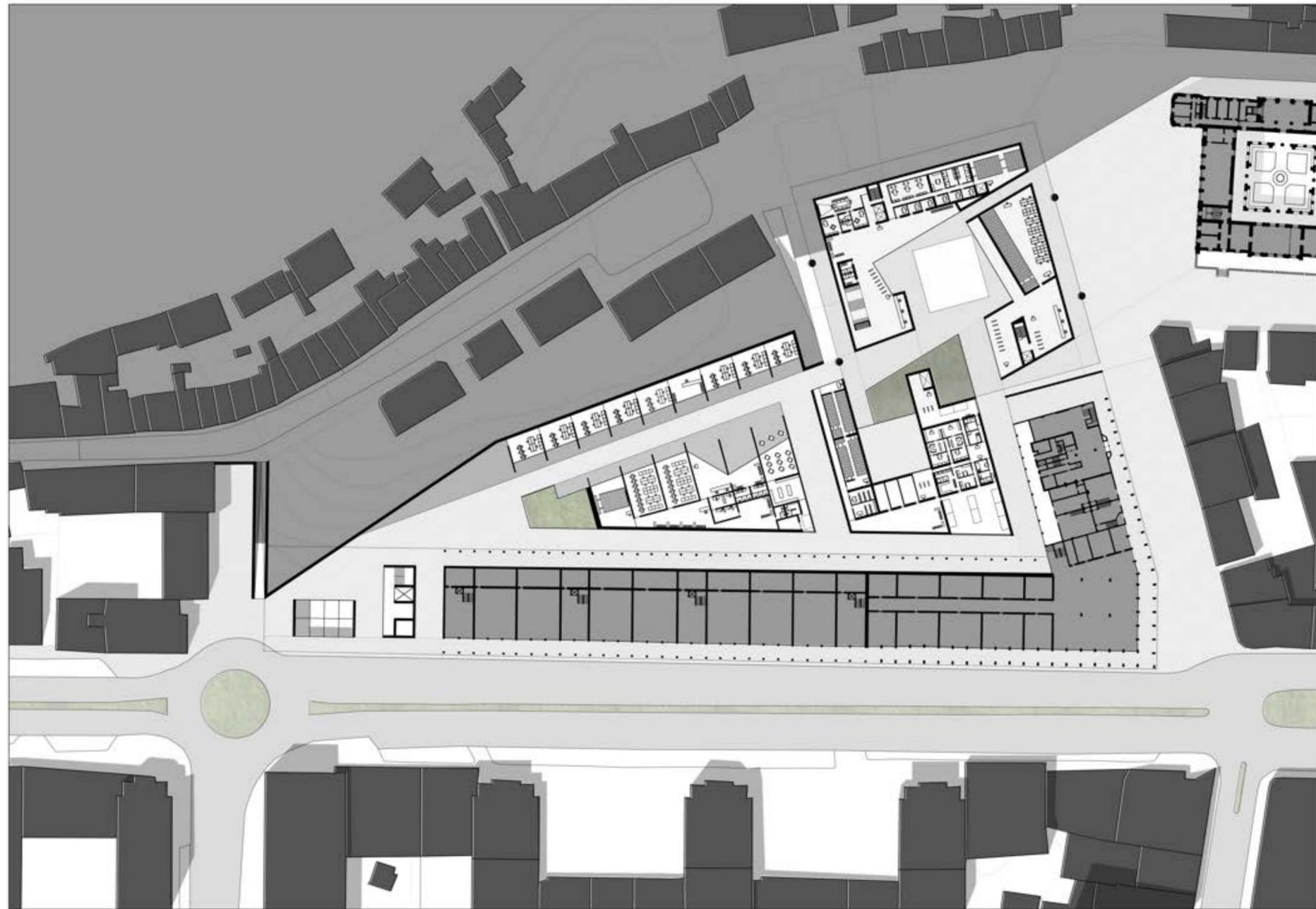


- Eixos estruturantes lineares
- Eixos lineares secundários
- Eixos estruturantes não lineares

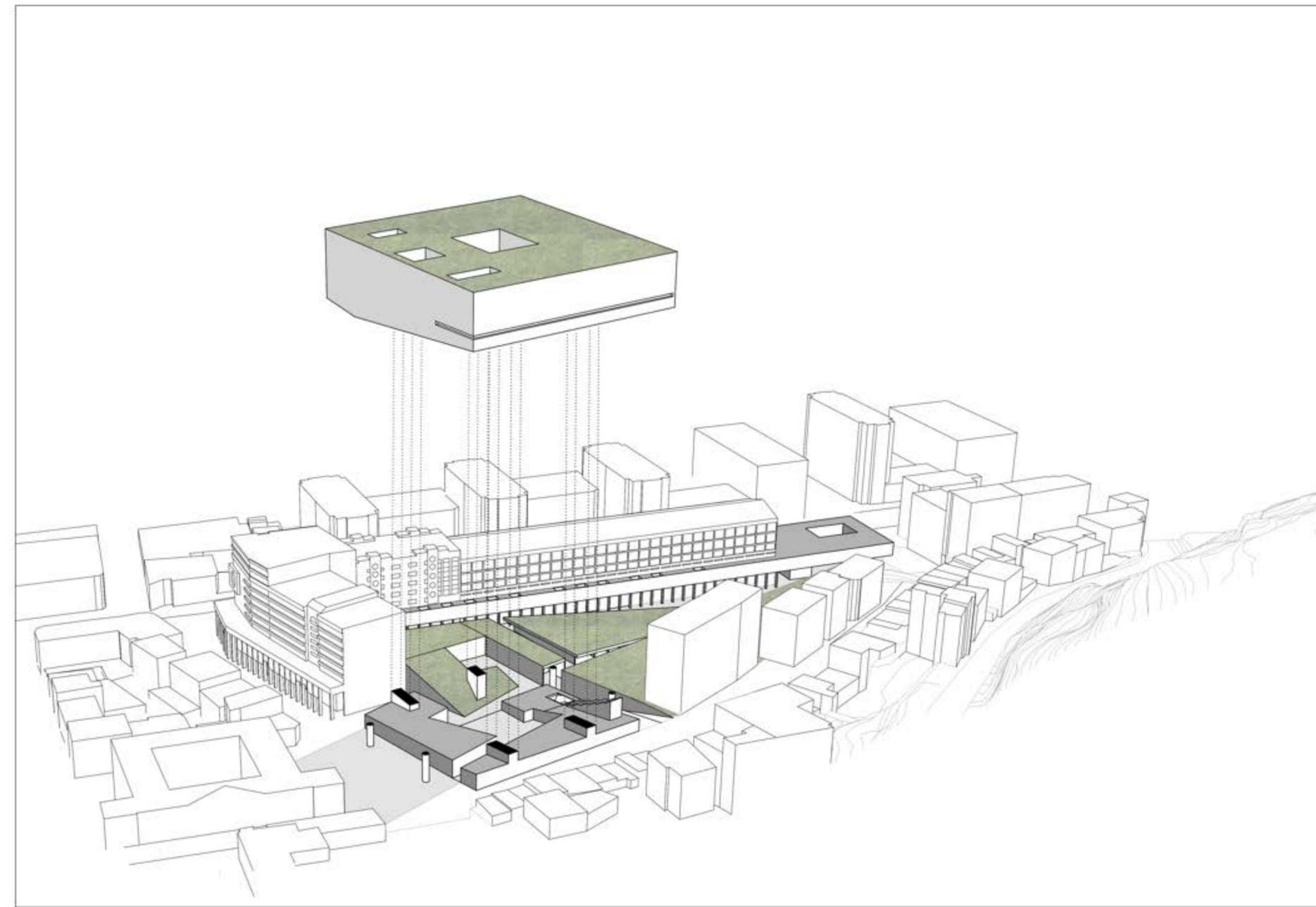
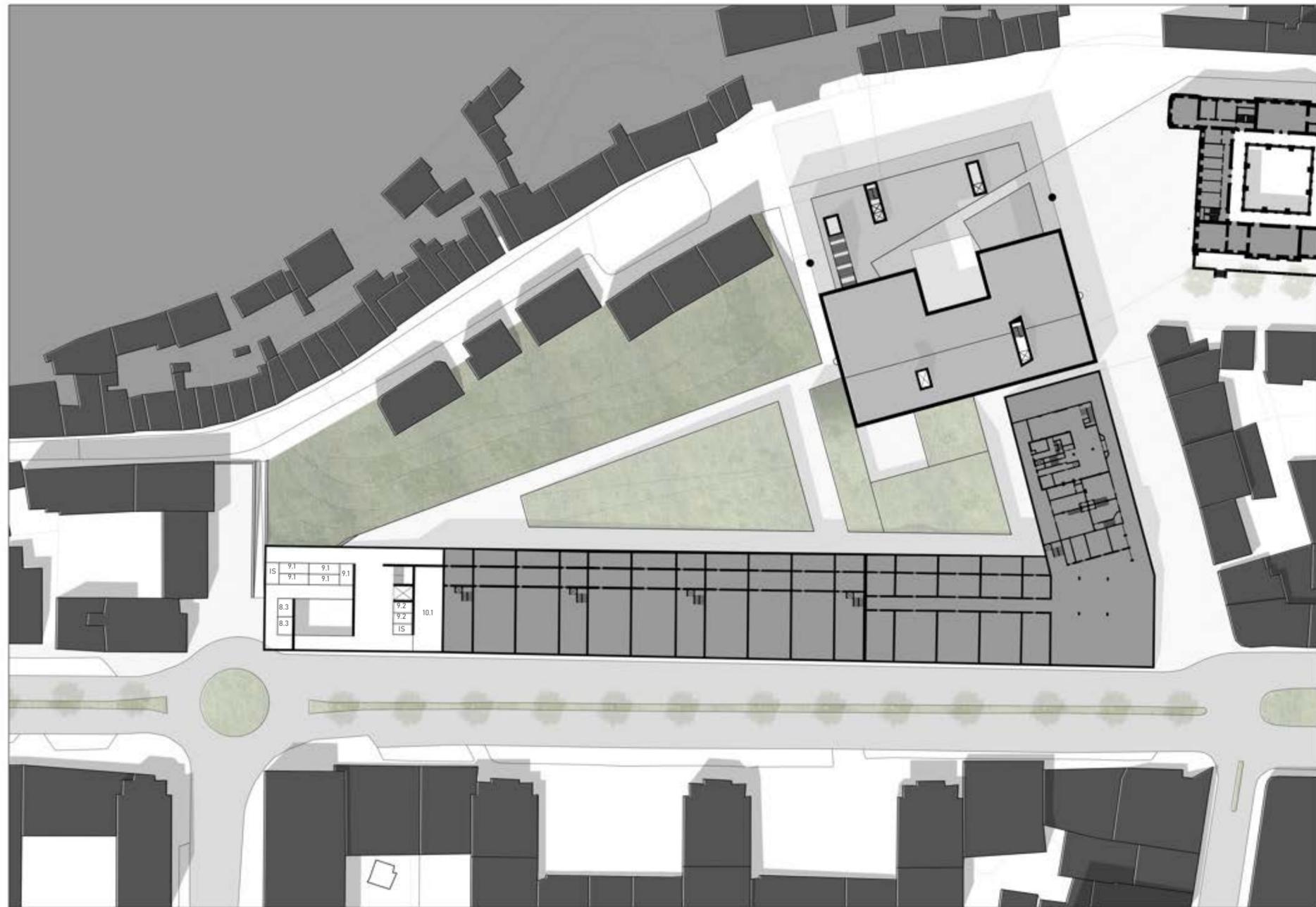


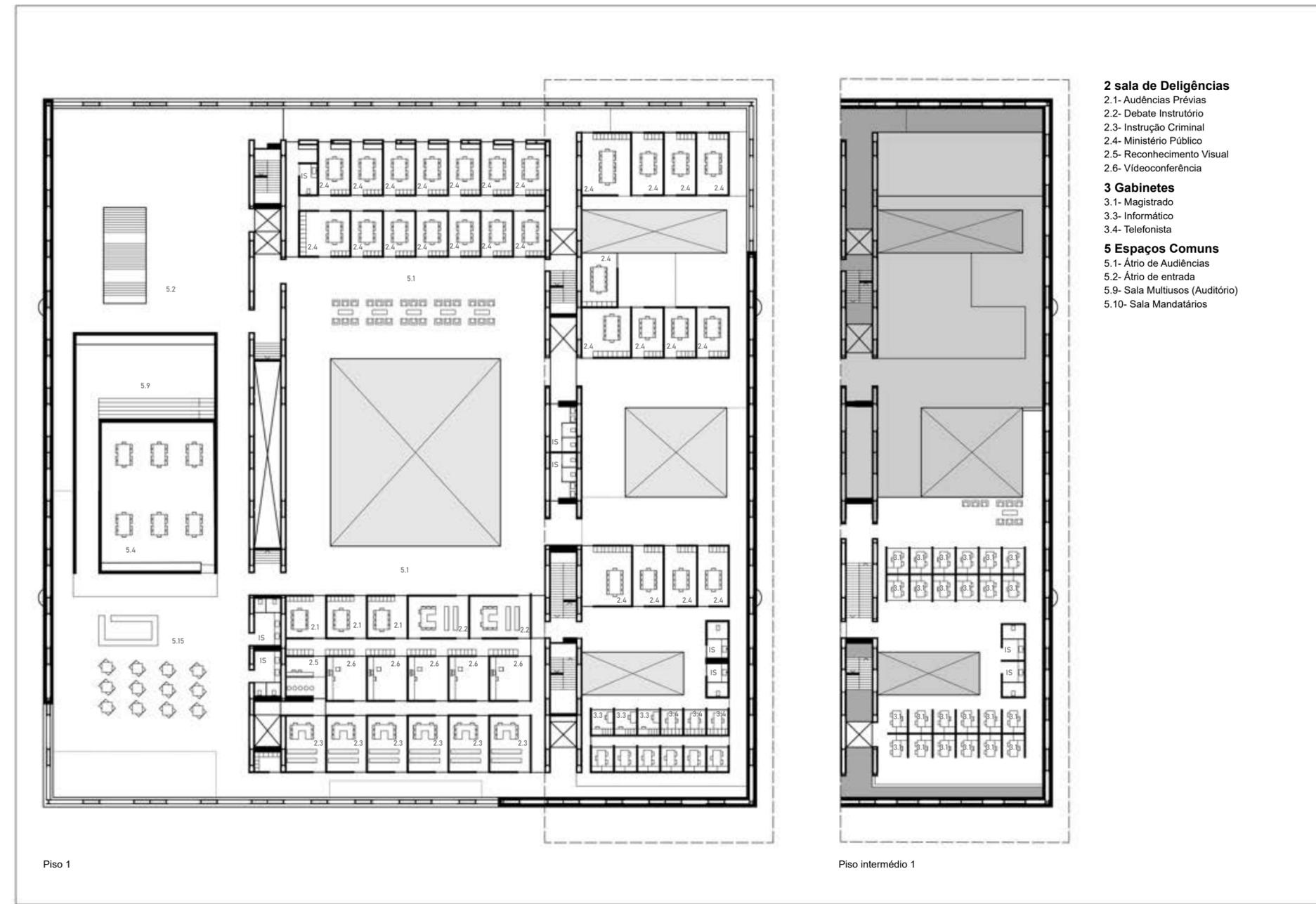
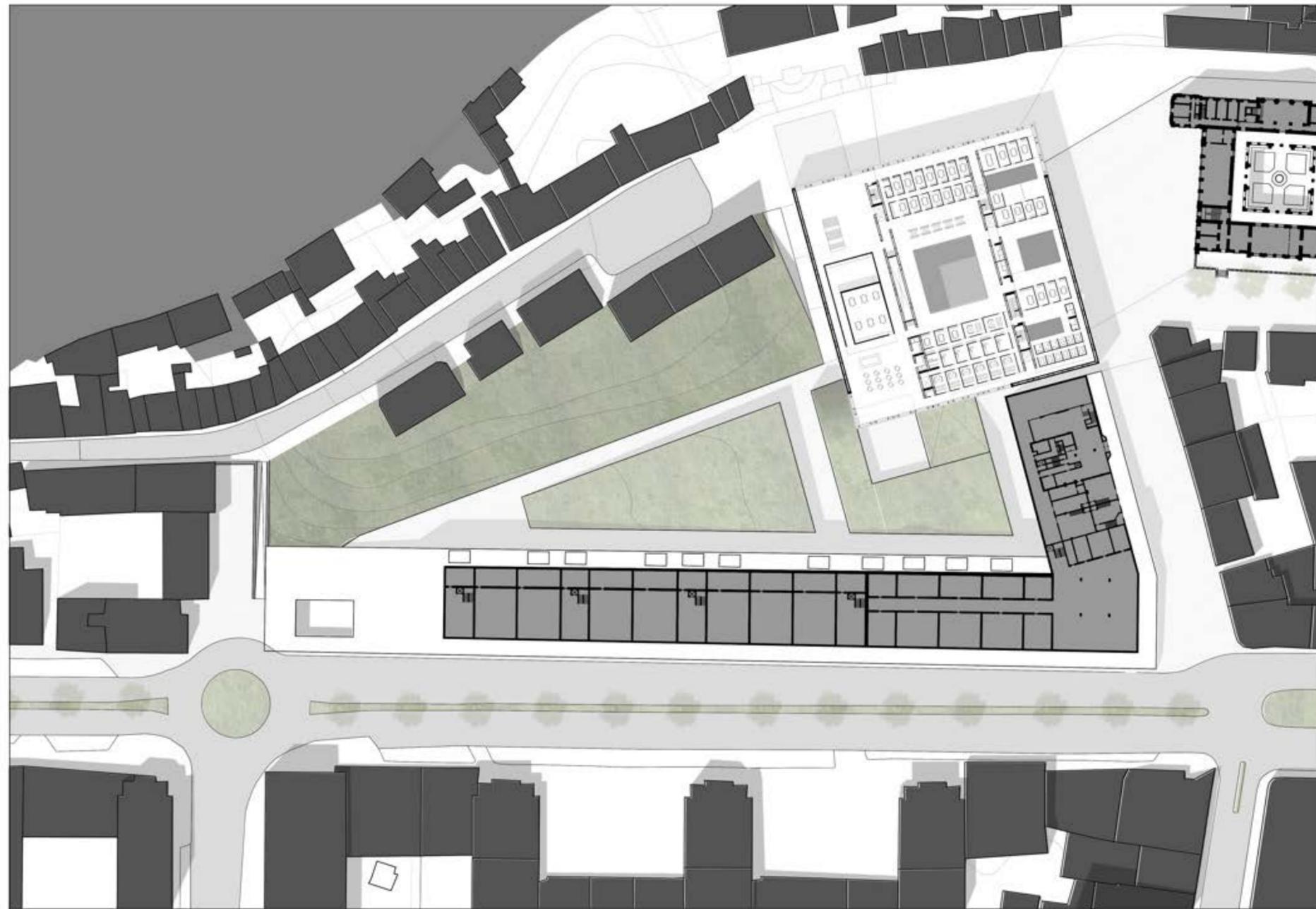






- 2 sala de Deligências**
2.3- Instrução criminal
- 3 Gabinetes**
3.2- Secretariado
- 4 Unidade de Processos**
4.1- Balcão e central
- 5 Espaços Comuns**
5.2- Atrio de Entrada
5.5- Núcleo de Celas (DIAP)
5.6- Copa
5.7- Económico
5.8- Espólio
5.9- Sala Multiusos
5.13- Balneários
5.14- Refeitório
5.15- Garagem
- 7 Gestão do Tribunal**
7.1- Sala de Apoio Técnico
7.2- Sala de Reuniões (sede)
7.3- Gabinete
7.4- Secretariado
7.5- Arquivo
- 8 Registo e Notariado**
8.1- Atendimento
8.2- Sala de Atos
8.3- Atendimento Privado
8.4- Gabinete
9.1- Gabinete do Conservador
9.2- Secretária
- 10 Arquivo**
10- Recepção
10.1- Arquivo
10.2- Antecâmara de controlo de Segurança

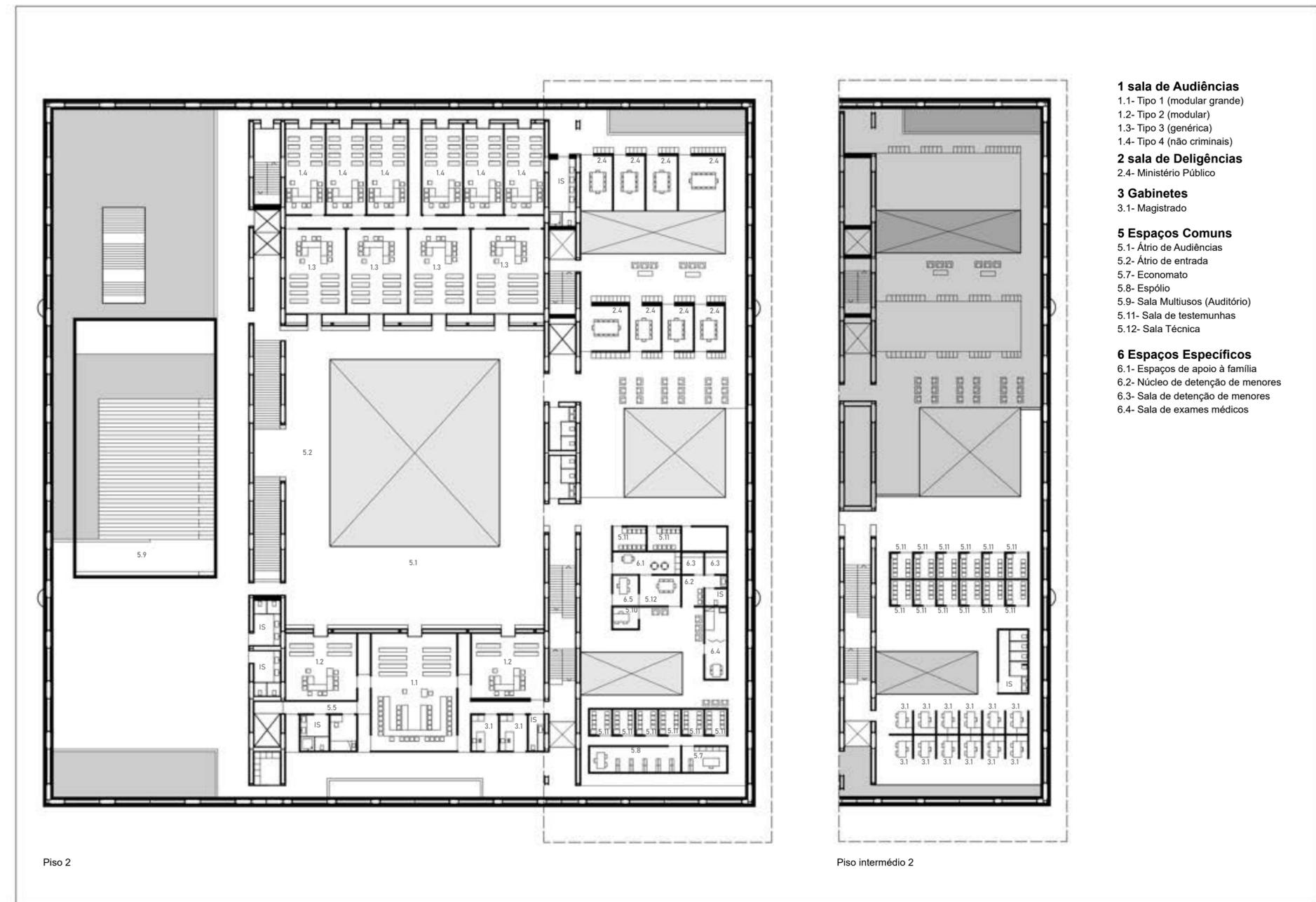
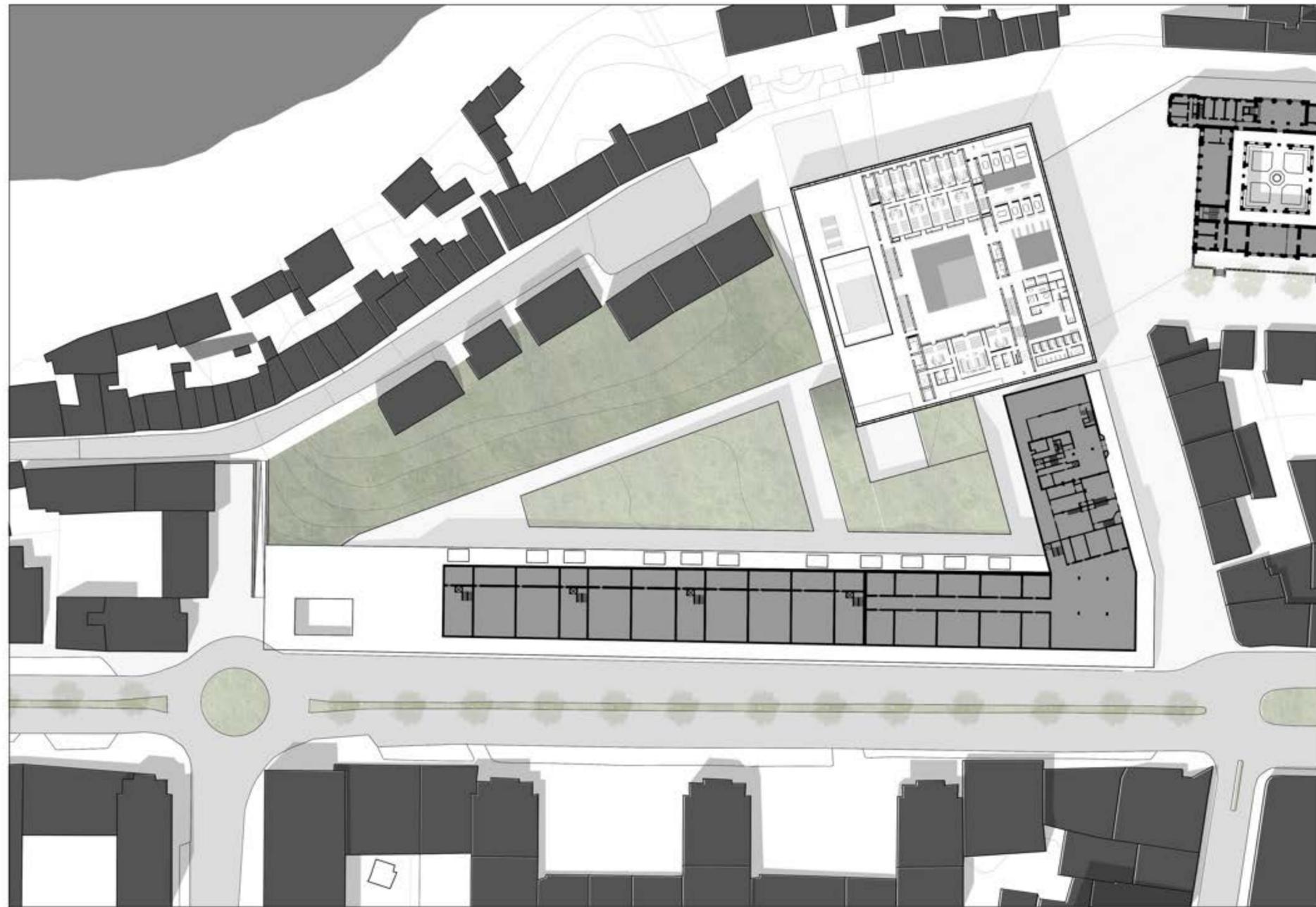




- 2 sala de Delibências**
- 2.1- Audiências Prévias
- 2.2- Debate Instrutório
- 2.3- Instrução Criminal
- 2.4- Ministério Público
- 2.5- Reconhecimento Visual
- 2.6- Videoconferência
- 3 Gabinetes**
- 3.1- Magistrado
- 3.3- Informático
- 3.4- Telefonista
- 5 Espaços Comuns**
- 5.1- Átrio de Audiências
- 5.2- Átrio de entrada
- 5.9- Sala Multiusos (Auditório)
- 5.10- Sala Mandatários

Piso 1

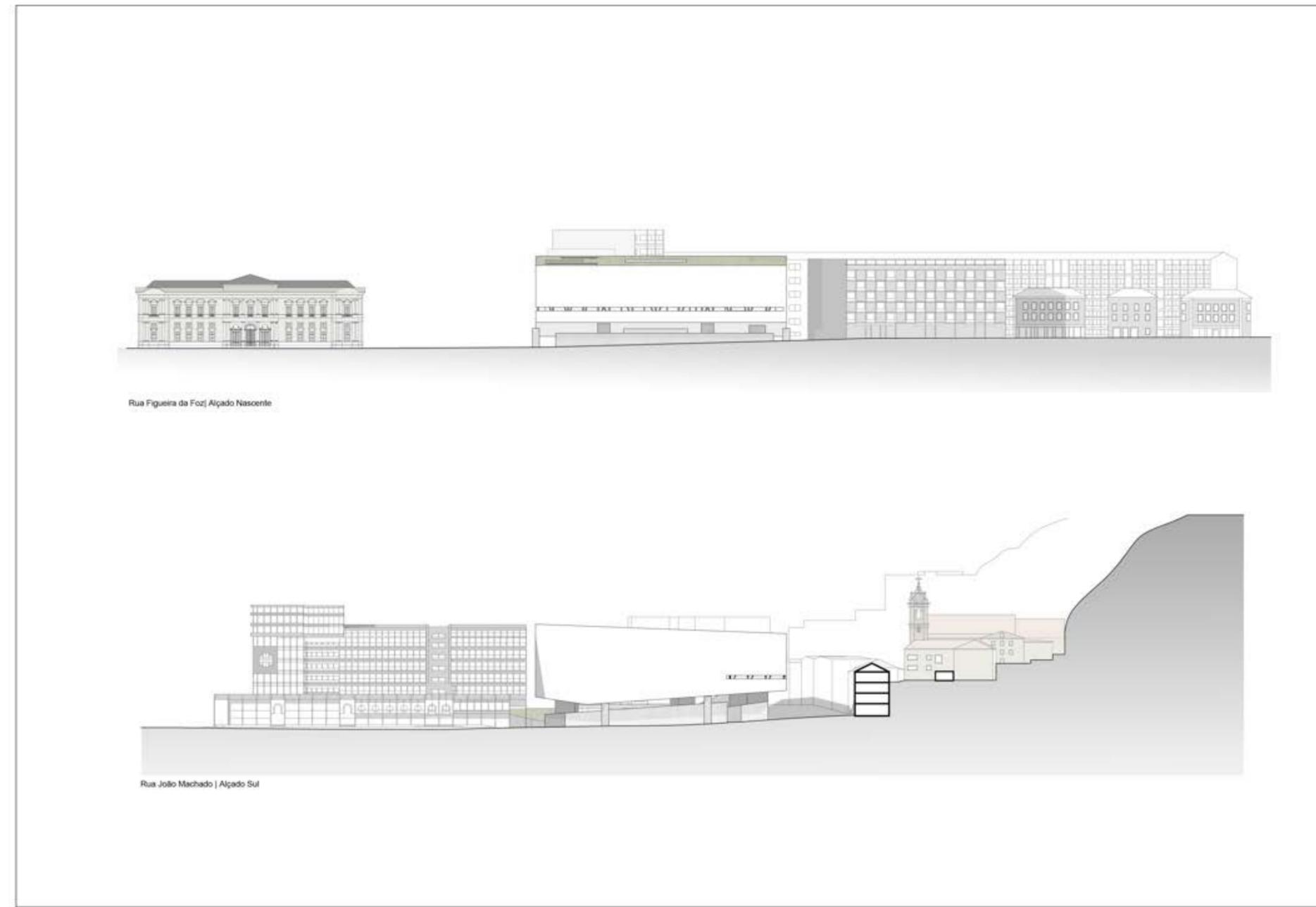
Piso intermédio 1



Piso 2

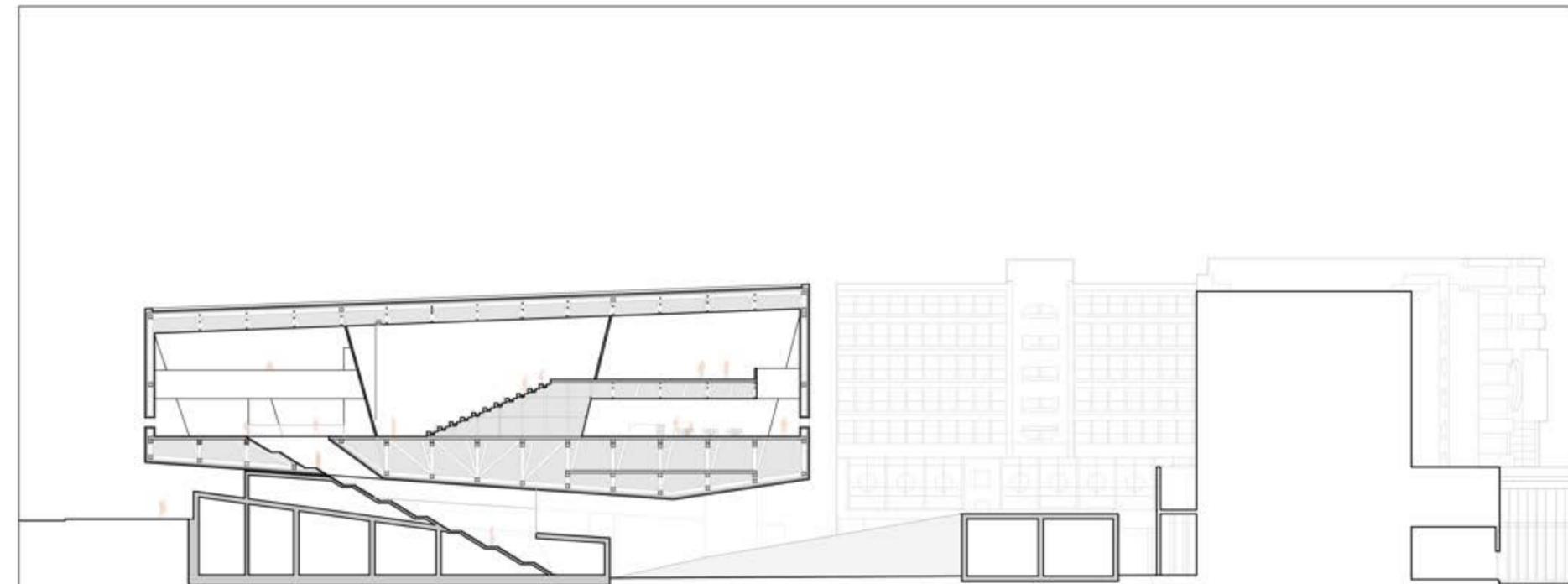
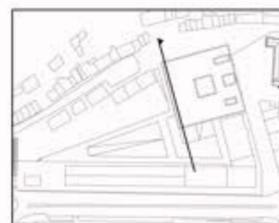
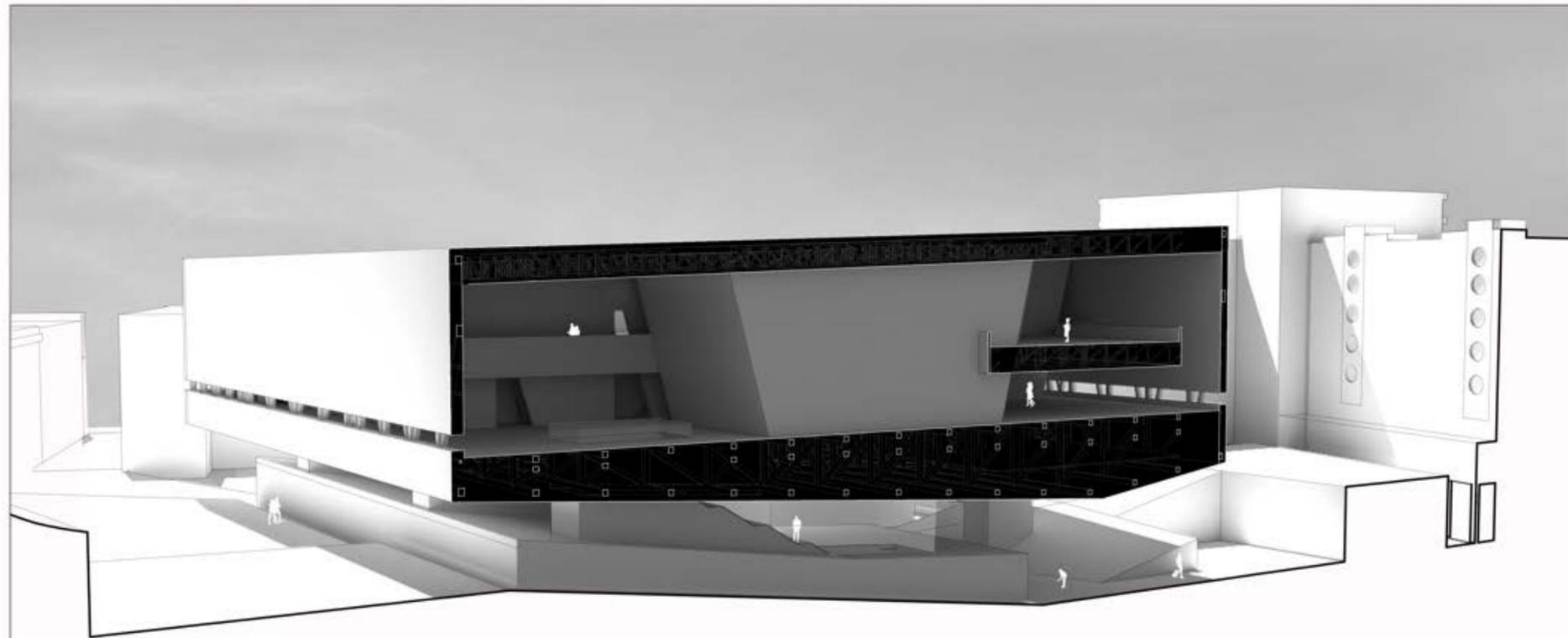
Piso intermédio 2

- 1 sala de Audiências**
 - 1.1- Tipo 1 (modular grande)
 - 1.2- Tipo 2 (modular)
 - 1.3- Tipo 3 (genérica)
 - 1.4- Tipo 4 (não criminais)
- 2 sala de Deliberação**
 - 2.4- Ministério Público
- 3 Gabinetes**
 - 3.1- Magistrado
- 5 Espaços Comuns**
 - 5.1- Atrio de Audiências
 - 5.2- Atrio de entrada
 - 5.7- Economato
 - 5.8- Espólio
 - 5.9- Sala Multiusos (Auditório)
 - 5.11- Sala de testemunhas
 - 5.12- Sala Técnica
- 6 Espaços Específicos**
 - 6.1- Espaços de apoio à família
 - 6.2- Núcleo de detenção de menores
 - 6.3- Sala de detenção de menores
 - 6.4- Sala de exames médicos

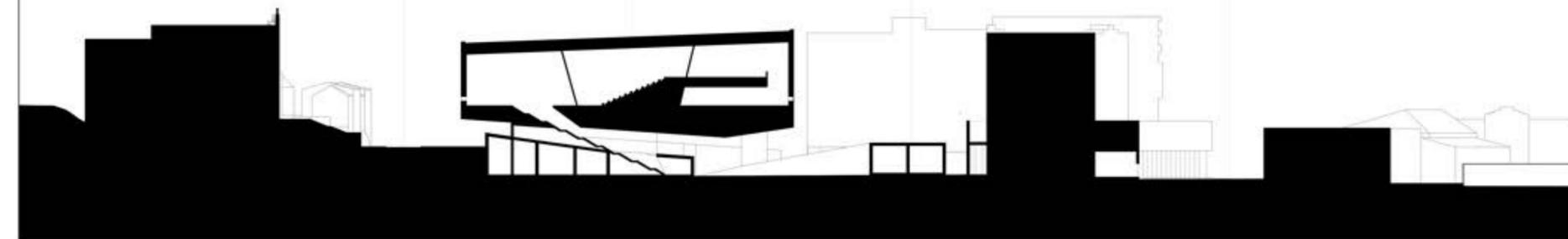


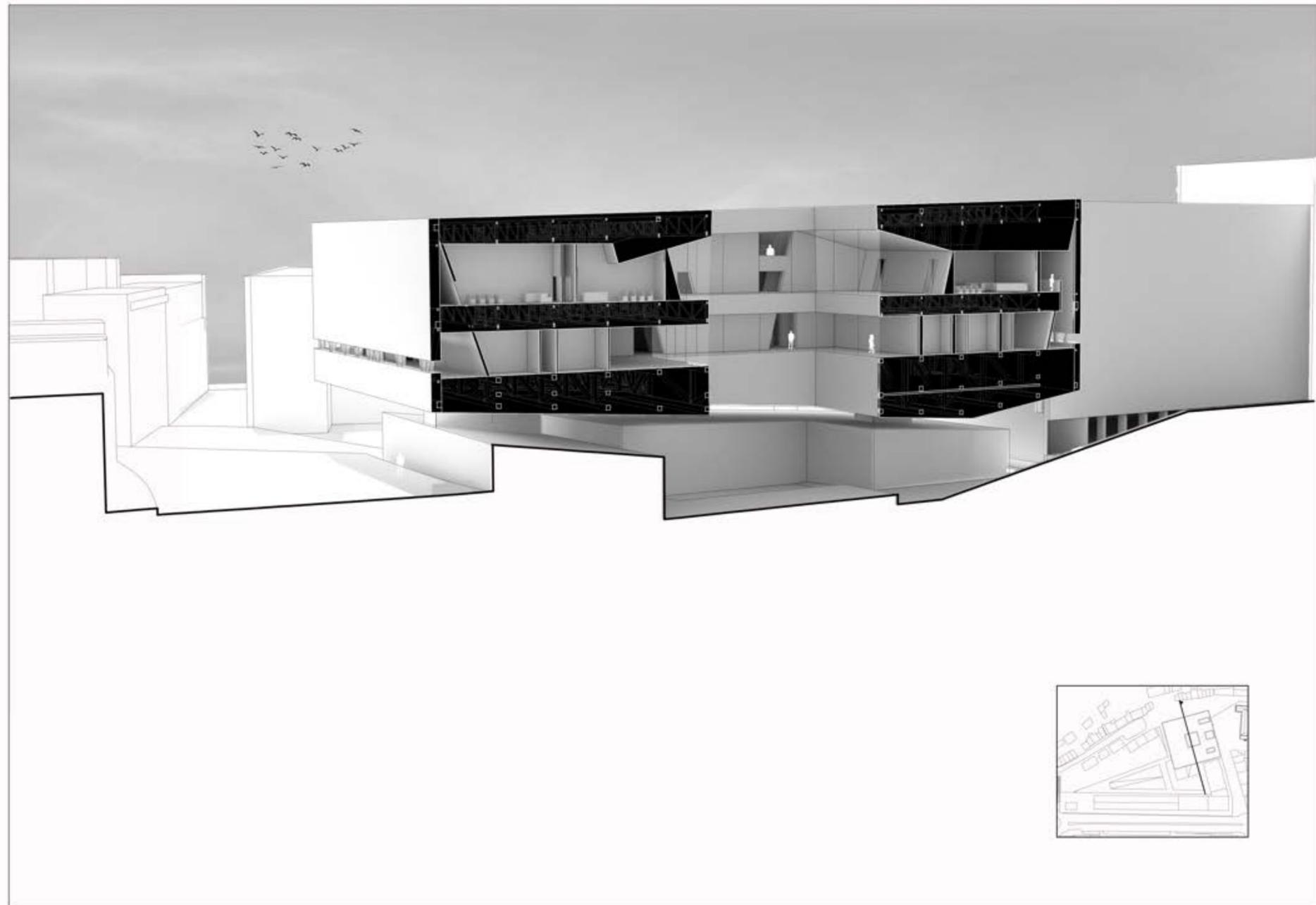
Rua Figueira da Foz | Alçado Nascente

Rua João Machado | Alçado Sul



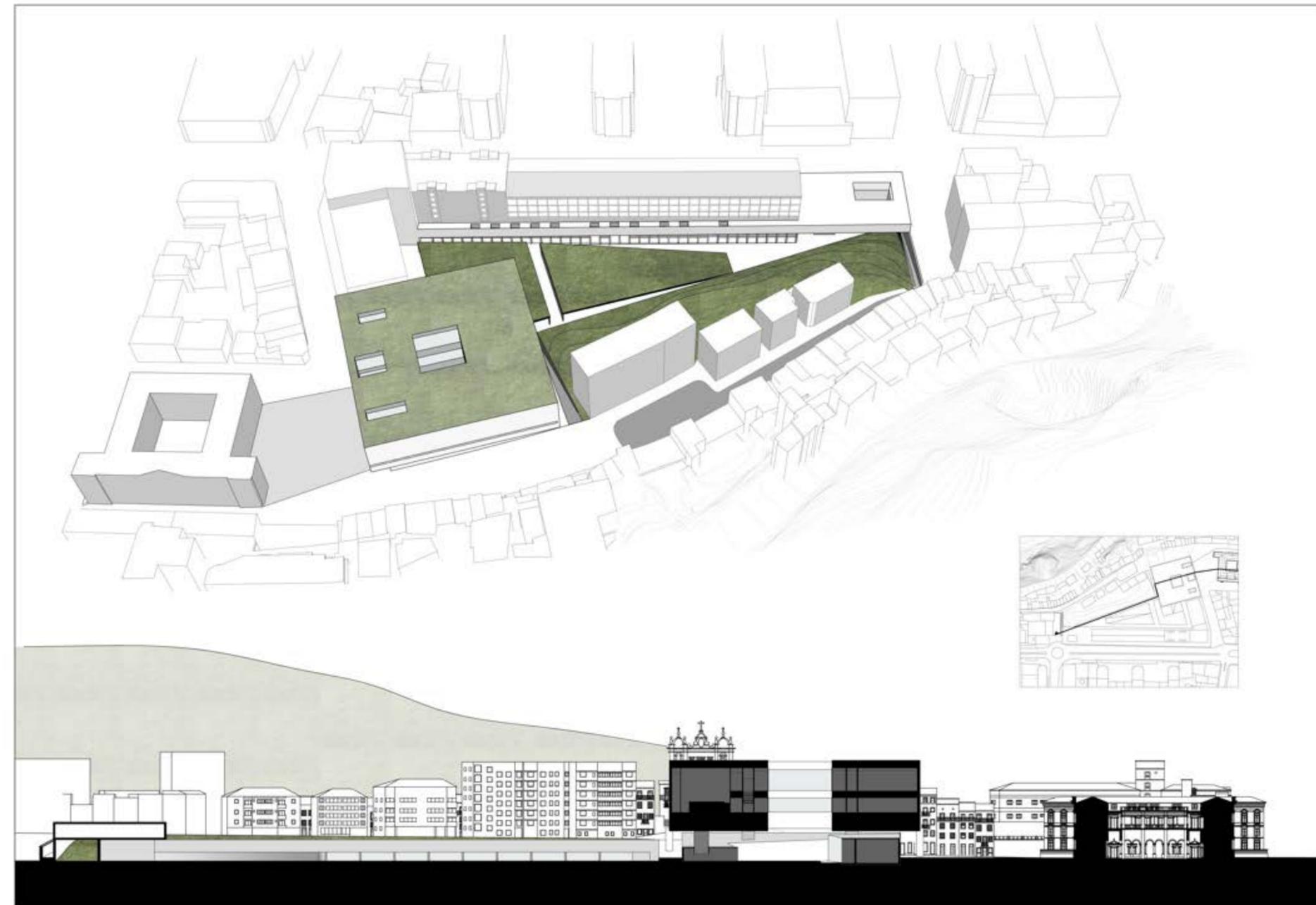
Rua Figueira da Foz Edifício principal do Tribunal Departamento de Investigação e Ação Penal Av. Fernão de Magalhães





Um Edifício para a Justiça, um Complexo Judicial para Coimbra | Complexidade, experimentação e síntese no processo de projeto
 Dulce Liliana Rodrigues Branco | Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura sob orientação do Professor Doutor António Alberto de Faria Bettencourt | Departamento de Arquitetura, FCTUC

Corte perspectivado B'



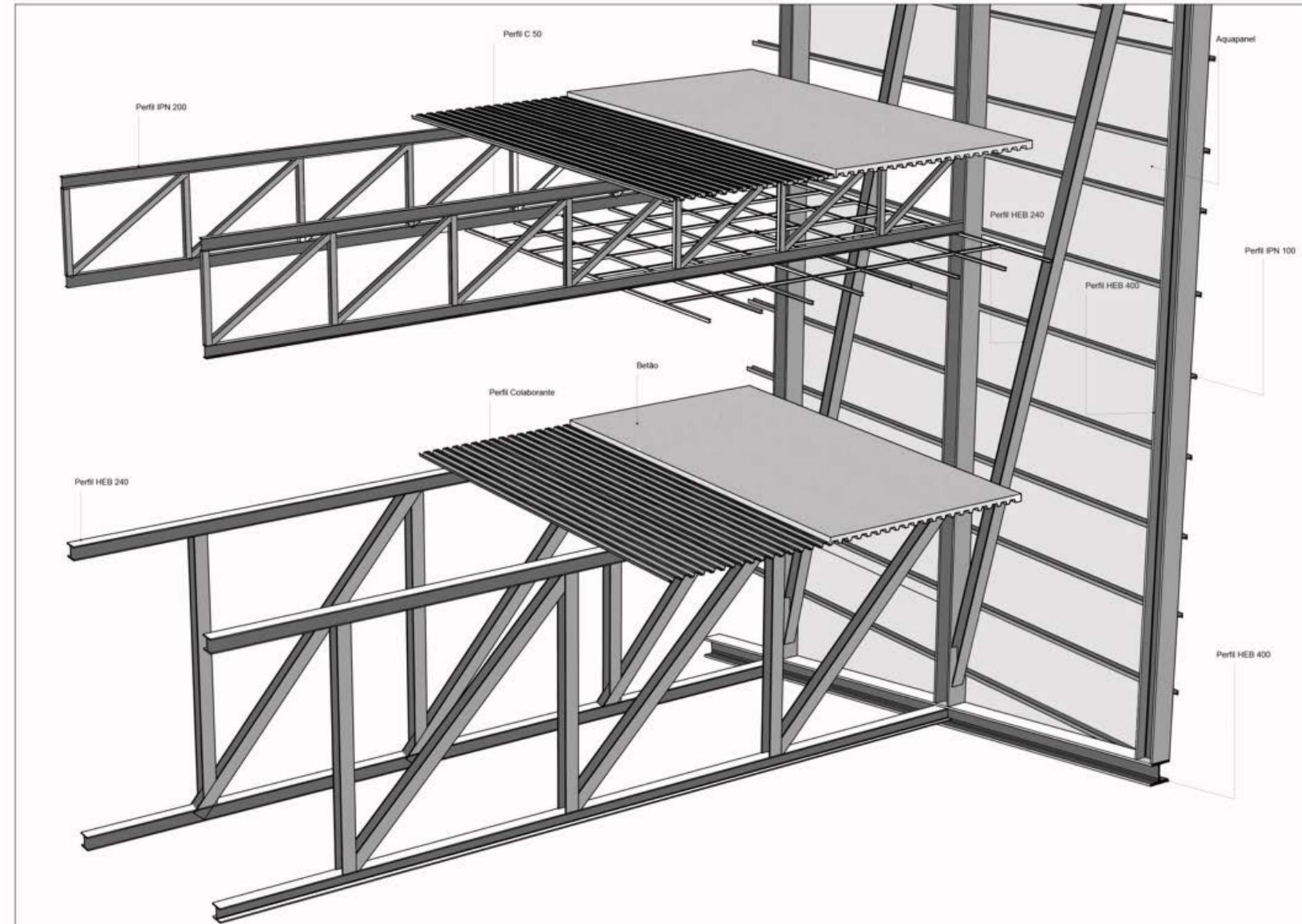
Um Edifício para a Justiça, um Complexo Judicial para Coimbra | Complexidade, experimentação e síntese no processo de projeto
 Dulce Liliana Rodrigues Branco | Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura sob orientação do Professor Doutor António Alberto de Faria Bettencourt | Departamento de Arquitetura, FCTUC

Axonometria geral do quarteirão e corte D escala 1.1000



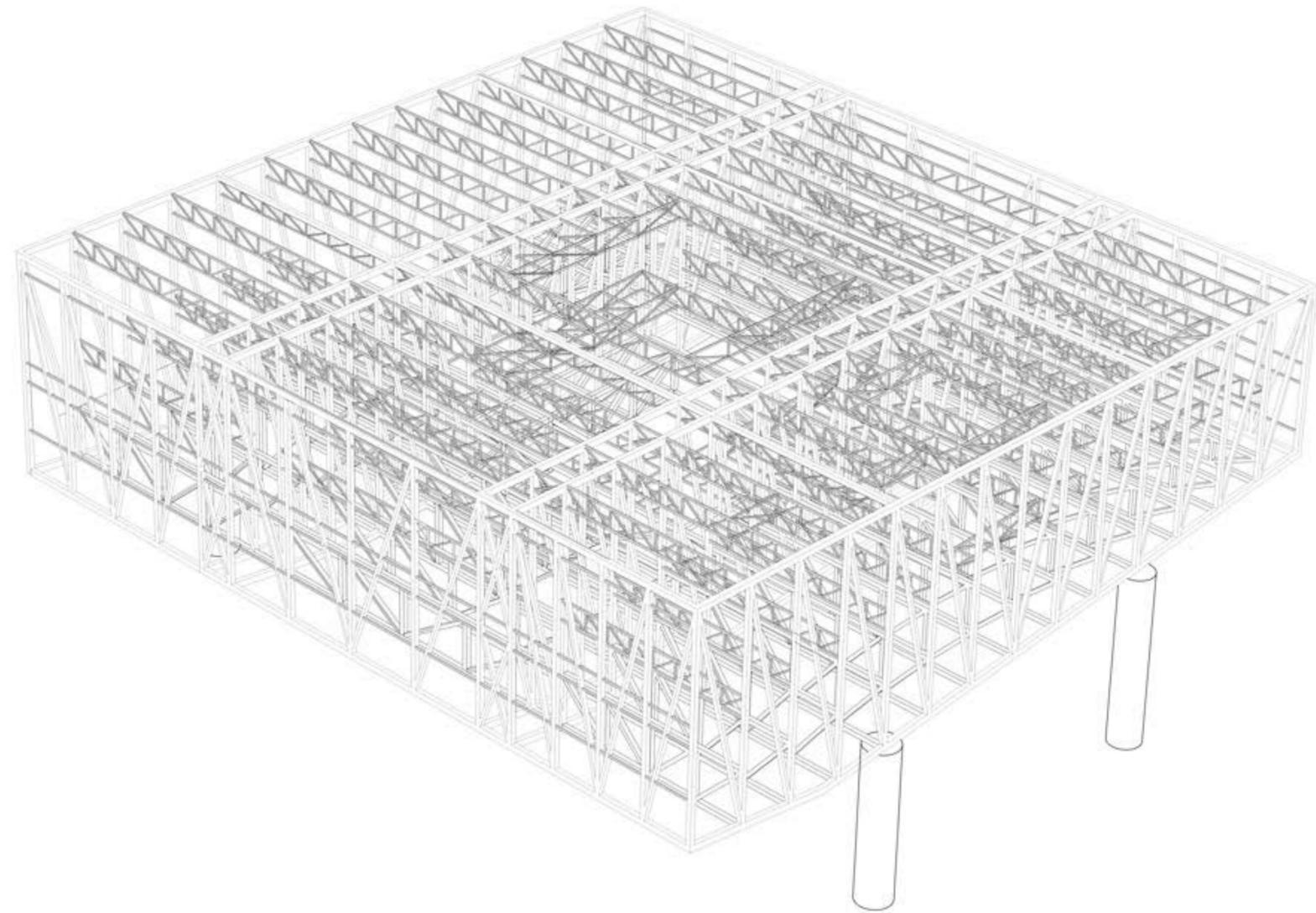
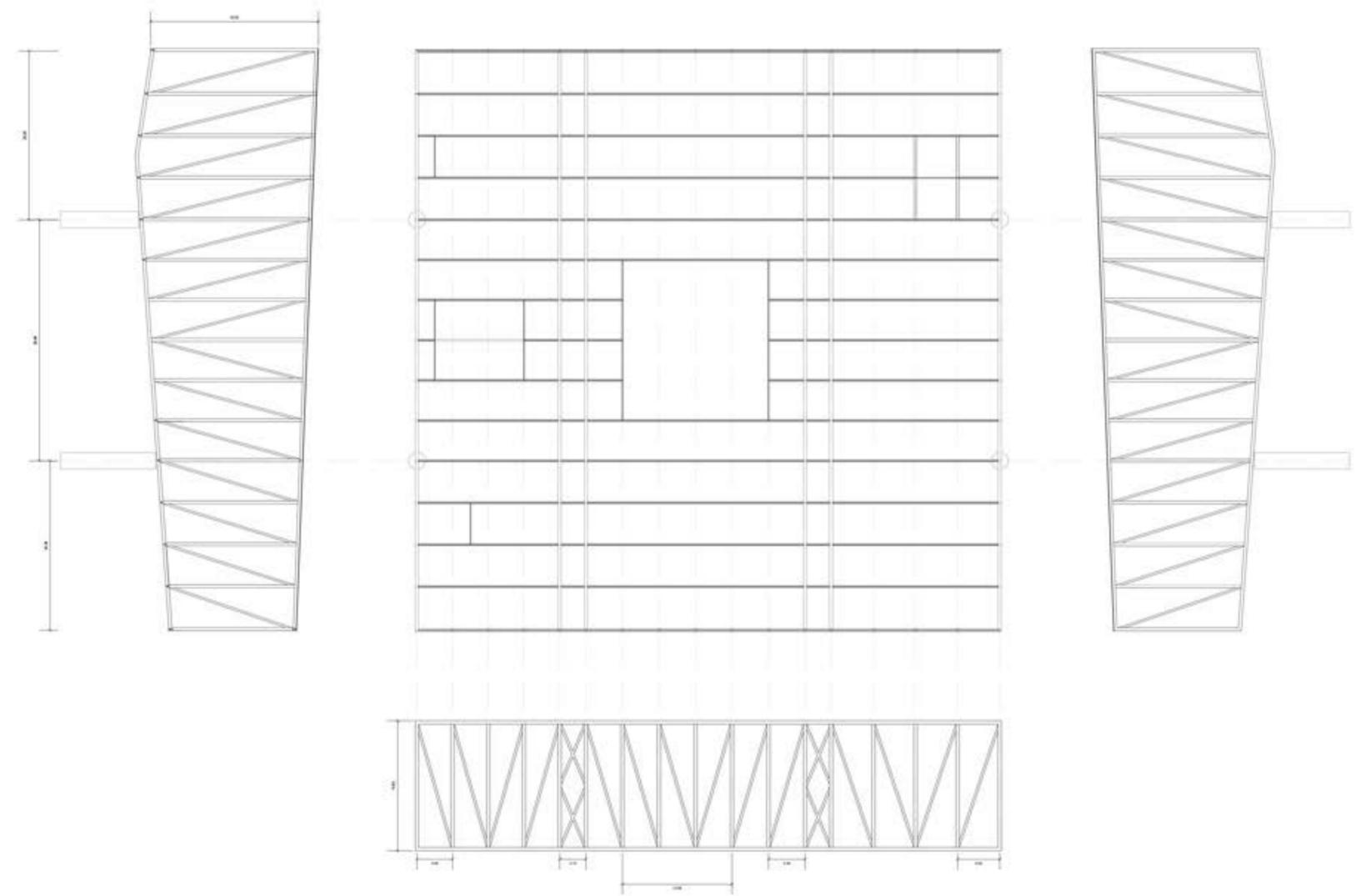
Um Edifício para a Justiça, um Complexo Judicial para Coimbra | Complexidade, experimentação e síntese no processo de projeto
 Dulce Liliana Rodrigues Branco | Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura sob orientação do Professor Doutor António Alberto de Faria Bettencourt | Departamento de Arquitetura, FCTUC

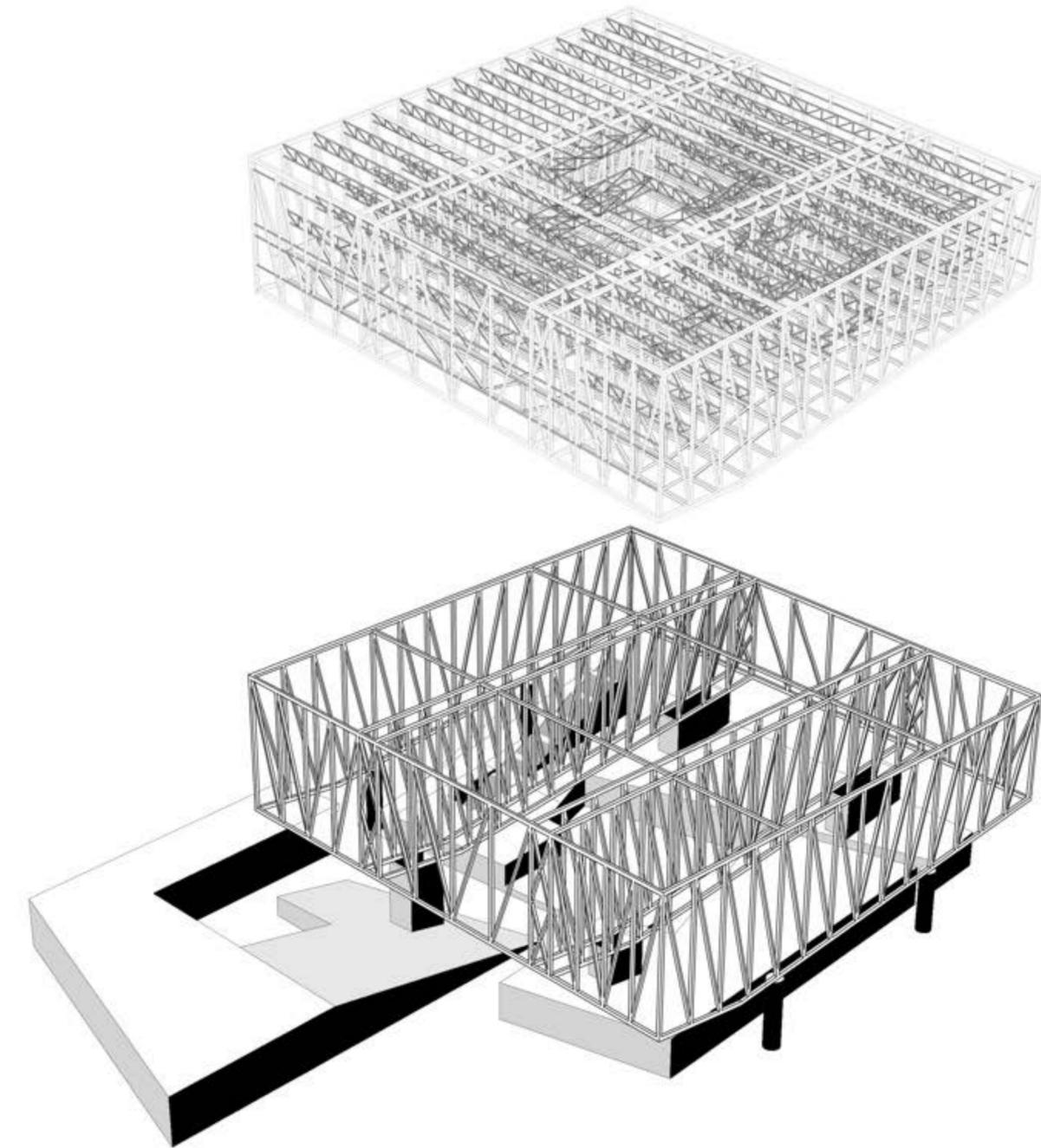
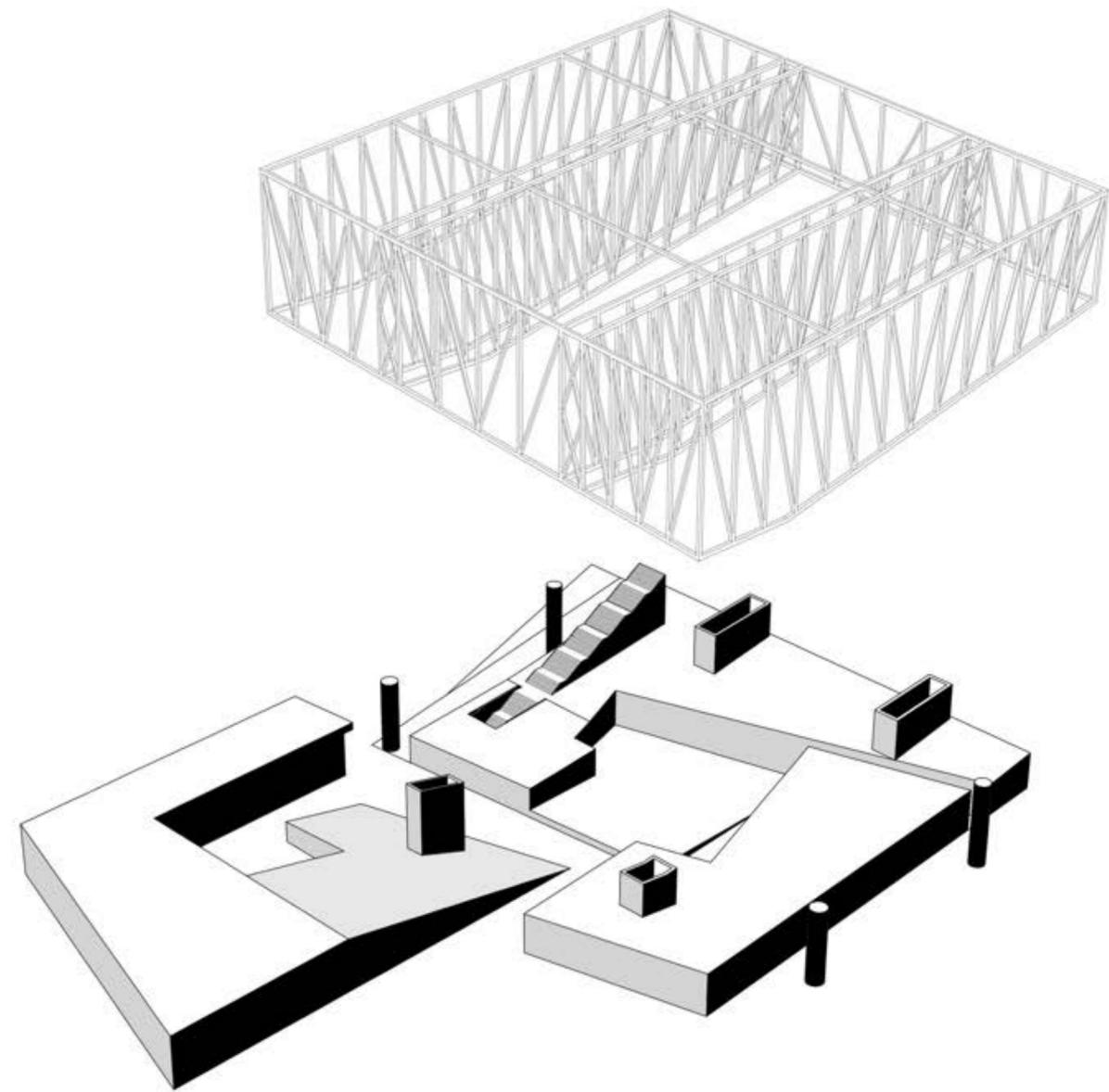
Corte perspectivado A

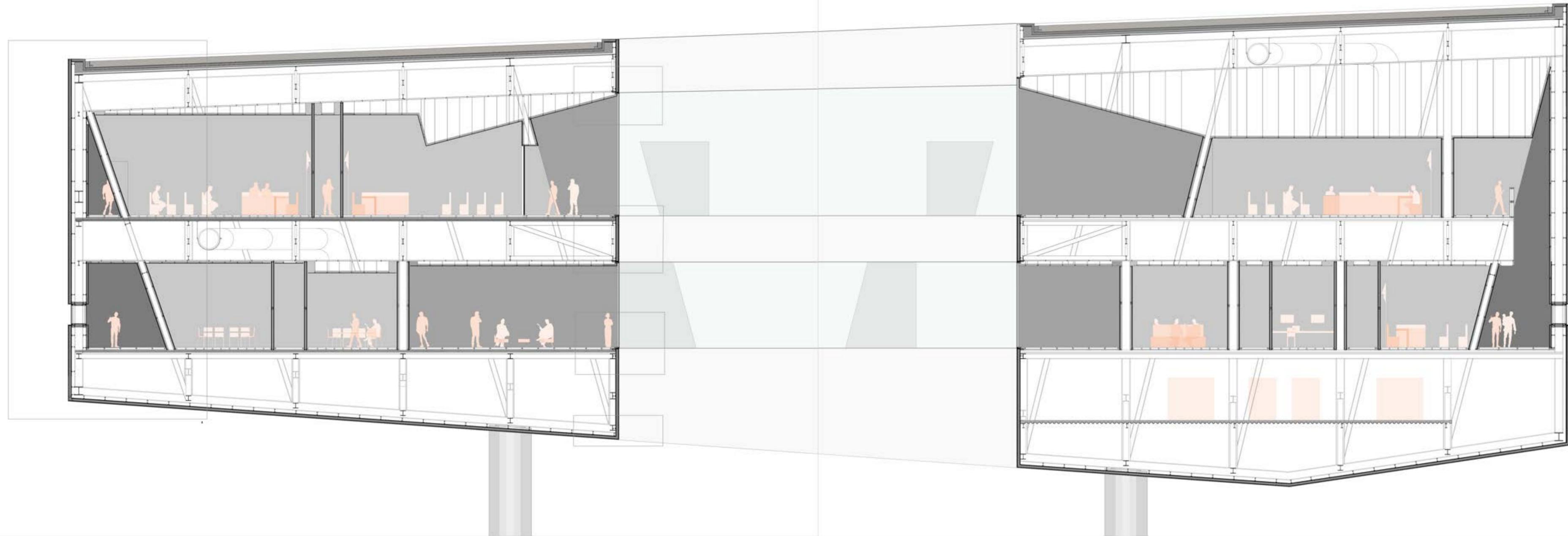


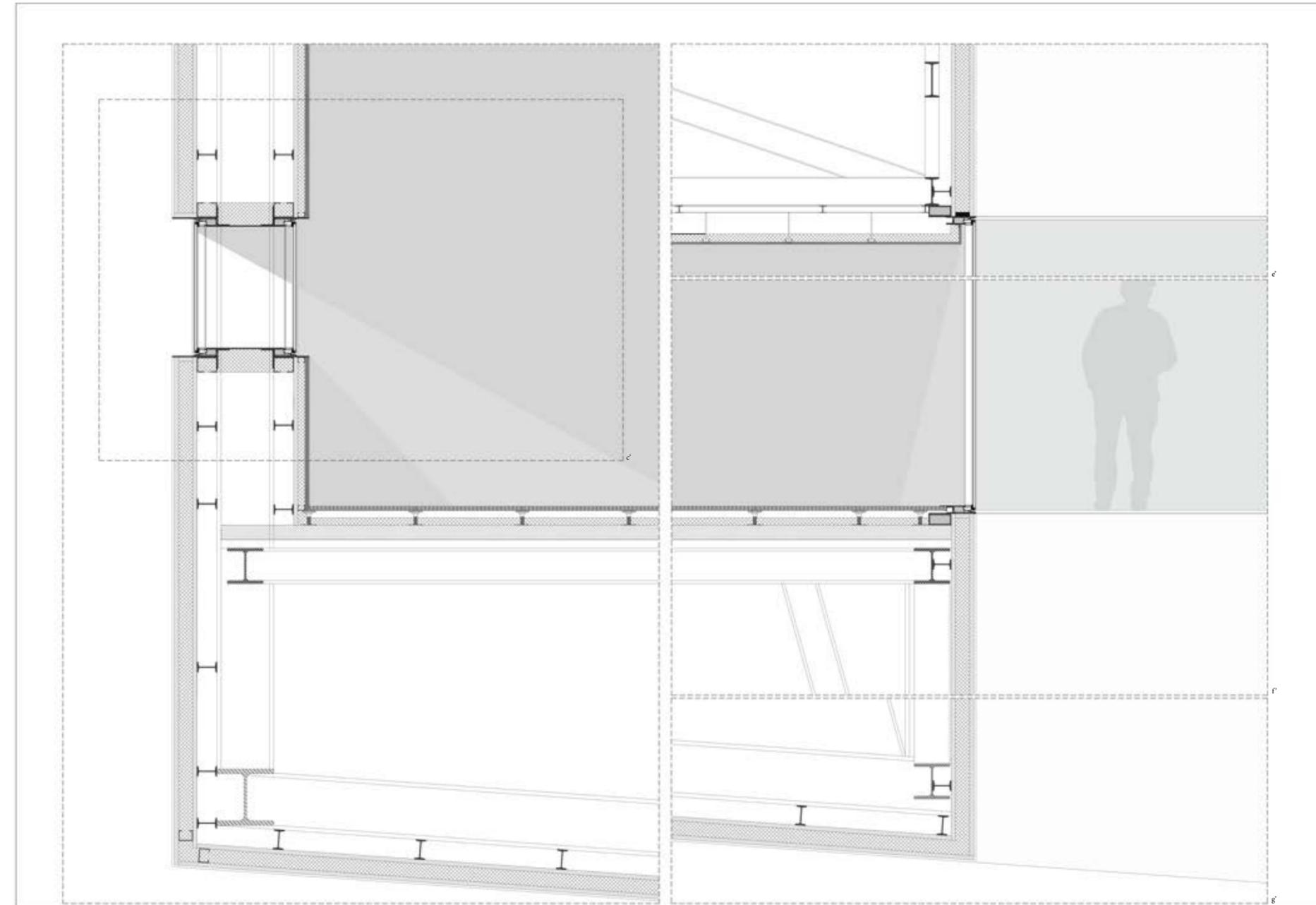
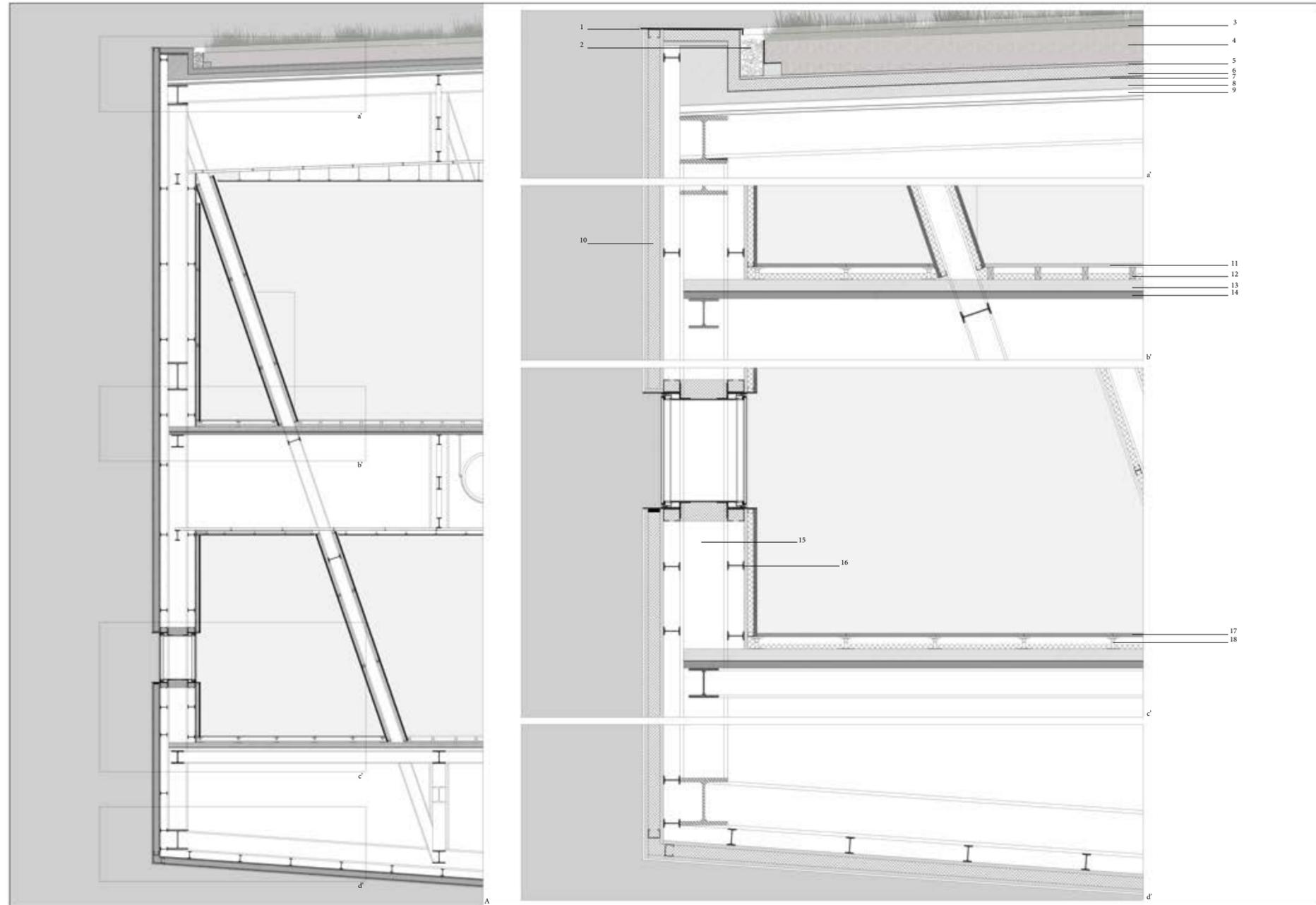
Um Edifício para a Justiça, um Complexo Judicial para Coimbra | Complexidade, experimentação e síntese no processo de projeto
 Dulce Liliana Rodrigues Branco | Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura sob orientação do Professor Doutor António Alberto de Faria Bettencourt | Departamento de Arquitetura, FCTUC

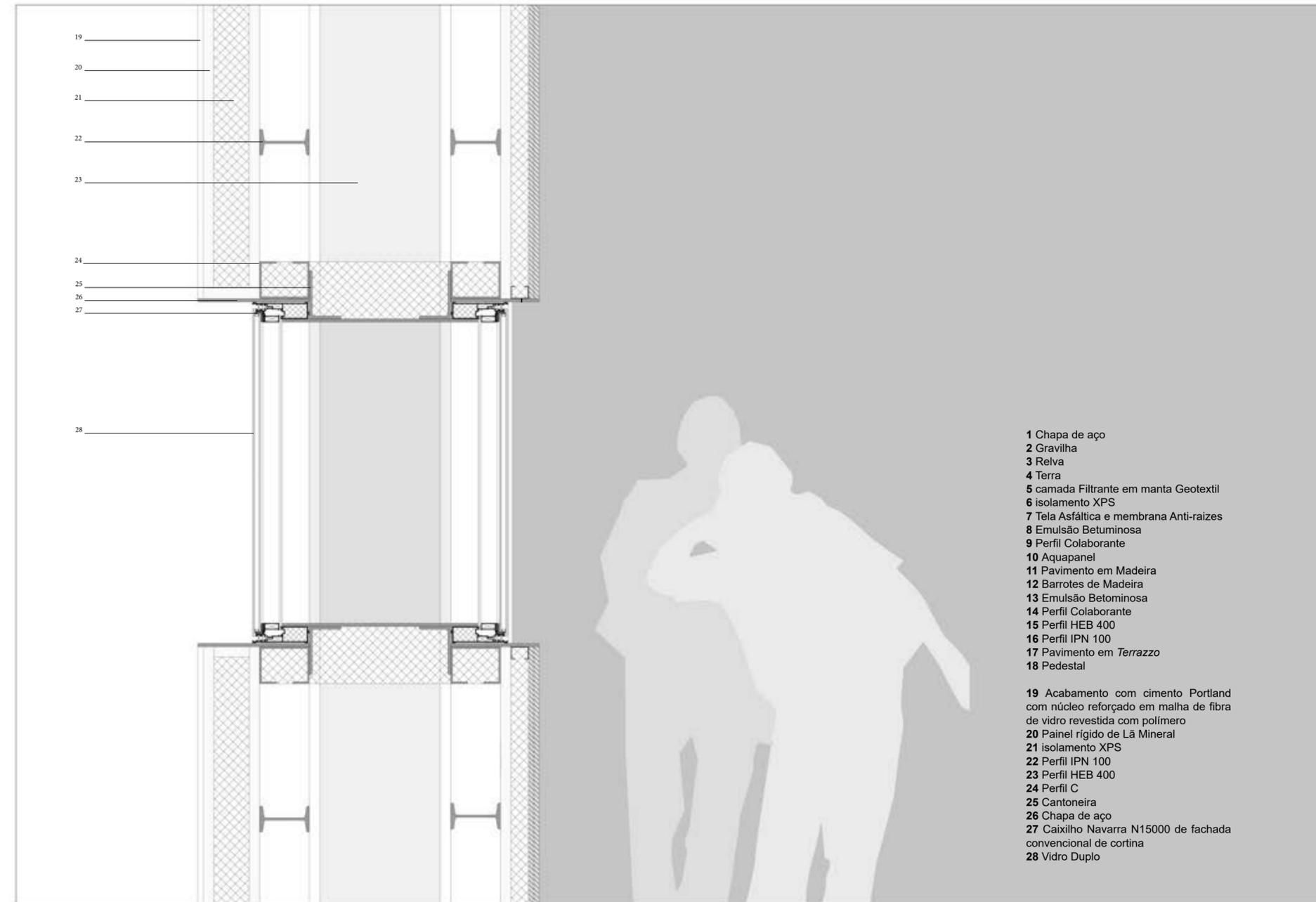
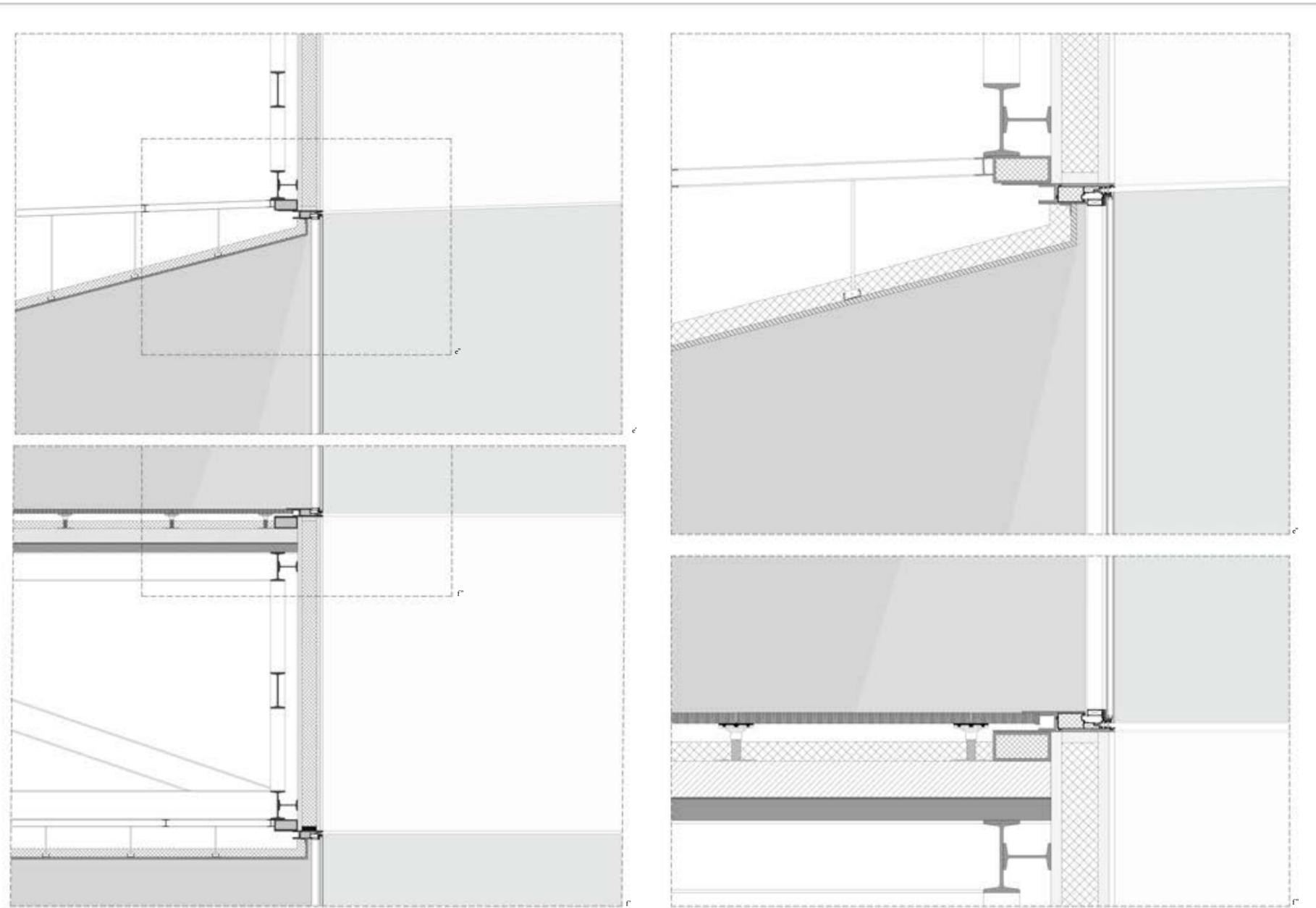
Axonometria do esquema construtivo dos pisos 1 e 2







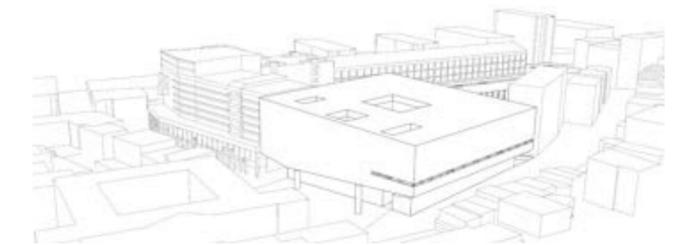




- 1 Chapa de aço
- 2 Gravelha
- 3 Relva
- 4 Terra
- 5 camada Filtrante em manta Geotextil
- 6 isolamento XPS
- 7 Tela Asfáltica e membrana Anti-raízes
- 8 Emulsão Betuminosa
- 9 Perfil Colaborante
- 10 Aquapanel
- 11 Pavimento em Madeira
- 12 Barrotes de Madeira
- 13 Emulsão Betuminosa
- 14 Perfil Colaborante
- 15 Perfil HEB 400
- 16 Perfil IPN 100
- 17 Pavimento em Terrazzo
- 18 Pedestal

- 19 Acabamento com cimento Portland com núcleo reforçado em malha de fibra de vidro revestida com polímero
- 20 Painel rígido de Lã Mineral
- 21 isolamento XPS
- 22 Perfil IPN 100
- 23 Perfil HEB 400
- 24 Perfil C
- 25 Cantoneira
- 26 Chapa de aço
- 27 Caixilho Navarra N15000 de fachada convencional de cortina
- 28 Vidro Duplo

Processo



Um Edifício para a Justiça, um Complexo Judicial para Coimbra

Complexidade, experimentação e síntese no processo de Projeto

